

DISCURSO POLÍTICO

NA PÓS-MODERNIDADE

ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA
[ORGANIZADOR]




Diálogos

DISCURSO POLÍTICO

NA PÓS-MODERNIDADE

ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA
[ORGANIZADOR]



EDITOR-CHEFE

Geison Araujo Silva

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carla Barros Sobreira (Unicamp)

Bárbara Olímpia Ramos de Melo (UESPI)

Diógenes Cândido de Lima (UESB)

Jailson Almeida Conceição (UESPI)

José Roberto Alves Barbosa (UFERSA)

Joseane dos Santos do Espírito Santo (UFAL)

Julio Neves Pereira (UFBA)

Juscelino Nascimento (UFPI)

Lauro Gomes (UPF)

Letícia Carolina Pereira do Nascimento (UFPI)

Lucélia de Sousa Almeida (UFMA)

Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB)

Marcel Álvaro de Amorim (UFRJ)

Meire Oliveira Silva (UNIOESTE)

Rita de Cássia Souto Maior (UFAL)

Rosangela Nunes de Lima (IFAL)

Rosivaldo Gomes (UNIFAP/UFMS)

Silvio Nunes da Silva Júnior (UFAL)

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

Copyright © Editora Diálogos - Alguns direitos reservados
Copyrights do texto © 2022 Autores e Autoras



Este obra está licenciado com uma [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](#). Esta obra pode ser baixada, compartilhada e reproduzida desde que sejam atribuídos os devidos créditos de autoria. É proibida qualquer modificação ou distribuição com fins comerciais. O conteúdo do livro é de total responsabilidade de seus autores e autoras.

Capa: Geison Araujo / Adobe Stock

Diagramação: Beatriz Maciel

Revisão: Autores e autoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611

Discurso político na pós-modernidade / Organizador Antonio Edson Alves da Silva. – Tutóia, MA: Diálogos, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-89932-59-8

1. Discurso - pesquisa e análise 2. Linguagem e línguas I. Silva, Edson Alves da. II. Título.

CDD 400

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



<https://doi.org/10.52788/9786589932598>



Editora Diálogos
 contato@editoradialogos.com
 www.editoradialogos.com

Sumário

Prefácio.....	7
Apresentação.....	11
1 Um golpe planejado e executado: a cena política em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016	13
Antonio Edson Alves da Silva	
2 O discurso na cena política brasileira do final do século XX: a questão da promulgação da Constituição Federal de 1988	33
Tayson Ribeiro Teles	
3 A pandemia no discurso político de Jair Bolsonaro	53
Beatriz Miranda Moitinho	
Caroline Nogueira de Lima	
Sueli de Britto Salles	
4 Uma análise das imagens de si no pronunciamento de posse presidencial de Jair Messias Bolsonaro: um (im) provável Presidente do Brasil.....	73
Thiago Barbosa Soares	

5 Signos ideológicos no primeiro discurso de Bolsonaro sobre a pandemia	98
<i>Priscila Aline Rodrigues Silva</i>	
<i>Rayssa Duarte Marques Cabral</i>	
6 Ex, futuro presidente? A polêmica presente em tweets do ex-presidente Lula	113
<i>Cláudio Humberto Lessa</i>	
<i>Denise de Souza Assis</i>	
<i>Jéssica Gomes</i>	
7 Contração dialógica orientada em discursos de presidentes brasileiros.....	136
<i>Erick Kader Callegaro Corrêa</i>	
<i>Sara Regina Scotta Cabral</i>	
8 Discursos da mídia sobre política: uma análise de representações atribuídas ao fenômeno da corrupção....	163
<i>Jéssica Cantele de Freitas</i>	
Sobre o organizador	189
Sobre os autores	190
Índice remissivo	200

Prefácio

Mudar é difícil, mas é possível.
(Paulo Freire)

A convite do organizador desta obra, recebi a valorosa missão de iniciar as frutíferas discussões/reflexões frente à esfera política, mais especificamente sobre o discurso político na Ppós-modernidade, tema este recorrente ao longo desta coletânea. Assim, como bem sabemos, o interesse do Prof. Me. Antonio Edson Alves da Silva, atualmente doutorando do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (PosLA/UECE), pelo tema ganhou maior visibilidade com a publicação de seu primeiro livro intitulado Análise de Discurso Crítica do golpe de 2016 na mídia hegemônica brasileira (2021).

Desta vez, o linguista aplicado, munido por ideias críticas e reflexivas responsáveis à vida do homem, junta-se a outras vozes para debater acerca das artimanhas do discurso político no país, que contribuem para a construção de uma sociedade cada vez mais estratificada socioaxiologicamente, por exemplo. Assim, para efetivar seus propósitos frente ao tema, os pesquisadores evocam diferentes vertentes dos estudos da linguagem, como, por exemplo, a Análise do Discurso Francesa, a Análise do Discurso Crítica, a Análise Dialógica do Discurso, a Linguística Sistémico-Funcional, a fim de problematizarem determinadas práticas discursivas autoritárias, abusivas, negacionistas, monológicas, centrípetas, dentre outras, no interior da esfera política,

ao longos desses últimos anos, que culminaram, por exemplo, com o golpe de 2016, um lamentável acontecimento da nossa história que, injustamente, destituiu a presidenta Dilma Rousseff do executivo nacional, conforme destaca Silva (2022).

Na esteira da discussão sobre as artimanhas do discurso político advindos da elite dominante do nosso país, estarrecidos, observamos esses mesmos discursos arbitrários ganhando força, e ecoando por toda a América do Norte, América Central e América do Sul. Destaque para os governos de Donald Trump, nos Estados Unidos da América, e Jair Messias Bolsonaro, no Brasil, considerados por muitos como potentes inimigos da democracia. Nesse sentido, suas administrações foram alicerçadas no autoritarismo, na valoração de políticas neoliberais, na disseminação de fakenews, no negacionismo da ciência acentuada no contexto pandêmico da Covid-19, no descaso com o meio ambiente, na falta de incentivos à cultura, na intolerância com grupos minoritários, na falta de incentivos às políticas públicas que possibilitam melhores condições de vida às pessoas mais carentes, dentre outros.

Preocupados com essas questões, O livro Discurso Político na Pós-Modernidade é um convite para refletirmos acerca das diversas práticas discursivas políticas dos nossos tempos, e como elas influenciam às várias esferas da criatividade ideológica, assim como as formações das consciências centrífugas ou centrípetas dos sujeitos, enfim, nas nossas relações com o mundo e com o outro.

Por fim, ancorados no pensamento Freiriano que, “Mudar é difícil, mas é possível”, chegamos no final de mais um ciclo de governo presidencialista, marcado por ininterruptas crises sociais, políticas, econômicas, culturais etc., em virtudes dessas questões, externalizamos

toda a nossa plenitude emotivo-volitiva em lutar por novos tempos, em que os arbitrários discursos que compõem a atual esfera política brasileira, um dos fios condutores de diálogos entre os textos que compreendem esta brilhante obra, sejam substituídas por novas alocuções democráticas, que contribuem para as mudanças das nossas práticas sociais e discursivas, possibilitando assim a construção de uma sociedade marcada pela abundância, liberdade, igualdade e a alegria entre os homens.

Prof. Me. José Alberto Ponciano Filho

Doutorando e mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de
Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA/UECE).

Apresentação

Este livro é uma coletânea de oito capítulos escritos por professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas Instituições de Ensino Superior (IES) em todo território nacional, que atendendo ao urgente chamado do nosso tempo, propuseram apresentar algumas de suas pesquisas, na perspectiva de endossar a reflexão necessária sobre o Discurso Político na Pós-Modernidade.

No primeiro capítulo – *Um golpe planejado e executado: a cena política em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016* – pretendo trazer uma reflexão inicial sobre o jogo político empreendido pelas elites brasileiras, apoiado pela grande mídia hegemônica, no que configurou como cenário propício à farsa política, jurídica e midiática do impeachment que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do executivo nacional, abrindo assim, precedentes ao abismo político-social que o país se afundou ao longo dos tempos.

No segundo capítulo – *O discurso na cena política brasileira do final do século XX: a questão da promulgação da Constituição Federal de 1988* – O autor Tayson Ribeiro Teles, da Universidade Federal do Acre, analisa, sob a ótica de Mikhail Bakhtin, Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, a constituição discursiva sobre a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1998, o qual foi enunciado pelo então Deputado Federal Constituinte Ulysses Guimarães, em 05 de outubro de 1988.

No terceiro capítulo – *A Pandemia no Discurso Político de Jair Bolsonaro* – as autoras Beatriz Miranda Moitinho, Caroline Nogueira de

Lima e Sueli de Britto Salles realizam suas discursões sob as epistemologias sociointeracionistas da linguagem, tendo como recorte a Análise de Discurso Francesa, na perspectiva de compreender a construção do Ethos discursivo no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU em 22 de setembro de 2020, realizado pelo então presidente Jair Bolsonaro.

No quarto capítulo – *Uma análise das imagens de si no pronunciamento de posse presidencial de Jair Messias Bolsonaro: um (im)provável presidente do Brasil* – Thiago Barbosa Soares “analisa, sob a ótica de Ethos discursivo, como foram mobilizadas e construídas as imagens de si através do pronunciamento de posse presidencial de Jair Messias Bolsonaro em 2019. Seu trabalho está vinculado ao arcabouço teórico-metodológico no Discurso Político, cunhado, principalmente, por Patrick Charaudeau.

No quinto capítulo – *Signos ideológicos no primeiro discurso de Bolsonaro sobre a pandemia* – Priscila Aline Rodrigues Silva e Rayssa Duarte Marques Cabral analisam o primeiro discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente da República do Brasil, no que diz respeito a pandemia do COVID-19, uma doença respiratória provocada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (Sars-CoV-2), a fim de compreender os efeitos de sentido dos signos “família”, “deus” e “pátria”, sob a perspectiva de Bakhtin.

No sexto capítulo – *Ex, futuro presidente? A polêmica presente em tweets do ex-presidente Lula* – Cláudio Humberto Lessa, Denise de Souza Assis e Jéssica Gomes apresentam uma análise de cinco tweets publicados pelo ex-presidente Lula em sua conta oficial, no período de junho a setembro de 2021, buscando compreender as principais modalizações discursivas num possível jogo discursivo em torno das eleições presidenciais de 2022.

No sétimo capítulo – *Contração dialógica orientada em discursos de presidentes brasileiros* – Erick Kader Callegaro Corrêa e Sara Regina Scotta Cabral, partindo da perspectiva hallidayana de linguagem, estudam os fenômenos relacionados ao alto índice de incidência de negação nos discursos dos presidentes brasileiros. Para as autoras, em consonância com Horn (2001), O fenômeno de negação “ocupa a encruzilhada de desenvolvimentos em teoria linguística, psicolinguística, filosofia da linguagem e da mente e da história das ideias” (HORN, 2001, p. xiv).

No oitavo capítulo – *Discursos da mídia sobre política: uma análise de representações atribuídas ao fenômeno da corrupção* – Jéssica Cantele de Freitas se debruça ao estudo do discurso midiático oficial sobre a cena política no que tanje, principalmente, a modalização em torno do que vem a ser classificado como corrupção. A autora se baseia na proposta teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), especificamente sobre o Sistema de Avaliatividade e a representação dos atores Sociais.

Portanto, esperamos que esta obra lance luz às reflexões inerentes ao cenário político brasileiro e que possa contribuir com futuras pesquisas que ousem investigar, sob as mais variadas vertentes discursivas, as artimanhas do discurso político, como forma de conhecimento que impulsione a mudança e a transformação social.

CAPÍTULO 1

Um golpe planejado e executado: a cena política em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

INTRODUÇÃO

A jovem democracia brasileira, instituída em sua Carta Magna em 1988, foi duramente golpeada em 2016, tendo em vista a forma em que partidos autointitulados de direitas com o apoio da grande mídia corporativa conseguiu derrubar a primeira presidenta brasileira, eleita democraticamente com mais de 54 milhões de votos. Dilma Rousseff é uma política e economista brasileira, que durante o governo Lula exerceu a função de Ministra da Casa Civil (2005-2010). “Sua vida foi marcada por engajamento nos movimentos sociais junto ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, posteriormente, ao Partido dos Trabalhadores (PT)” (SILVA, 2019).

Em 2013, em todo território nacional, iniciou com muito vigor uma onda de manifestações, que inicialmente cobravam acerca do aumento da tarifa de transporte público, e, posteriormente, de forma estratégica mudou o discurso endurecendo críticas aos governos petistas. Nesse cenário, o papel da grande mídia foi decisivo, a princípio ela cobrava repressão policial contra as manifestações, sendo em sua grande maioria chamados de vândalos, muda seu discurso de forma estratégica e passa a noticiar o movimento como sendo pacífico e legítimo. Os grandes símbolos, como a bandeira do Brasil, o Hino Nacional, os manifestantes com camisas da seleção brasileira, trazem um teor nacionalista e patriota ao movimento.

Silva (2019) e Sousa (2016) classificam o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, como

¹ Texto derivado do artigo: “A conjuntura do golpe de 2016: Uma análise de discurso crítica da mídia hegemônica brasileira”, publicado na Revista Boletim de Conjuntura (BOCA), disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/SilvaGolpe>. Acesso em: 02 mai. 2022.

um Golpe de Estado, em virtude dos episódios criados pela farsa parlamentar, judicial e midiática, desde seu primeiro mandato, em sintonia com movimentos ditos antipartidários que posteriormente tiveram seus membros inseridos em pleitos eleitorais. Nessa perspectiva, em abril de 2016, mais de 8 mil juristas lançam um manifesto contra o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, caracterizando-o, como sendo um golpe contra a Constituição e o Estado de Direito.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar criticamente a conjuntura desse evento político midiático contra as instituições democráticas brasileiras e para tanto, toma-se como referencial teórico-metodológico o diálogo multidisciplinar entre Silva (2019), Souza (2016) e Guerra (2017), tendo em vista a natureza interpretativista e o caráter qualitativo desta pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA CONJUNTURA DO GOLPE DE 2016

O processo de constituição do Golpe de 2016 está fincado no pensar do próprio capitalismo que vivenciamos em nossa sociedade, uma vez que, conforme Souza (2016), há no Brasil uma elite que detém o poder financeiro e que tem total força para desenhar os rumos que o país deve tomar, tendo em vista a necessidade de aumentar sua riqueza e explorar cada vez mais a classe trabalhadora. Na contramão dessa concepção, depois de anos em que o país era gerenciado pelas grandes corporações, em 2003, a população cansada da exploração sistemática, elege um governo oriundo da classe trabalhadora, ou seja,

um metalúrgico, semianalfabeto e nordestino. Essa caracterização, atribuída ao ex-presidente Lula, tem raízes profundas no próprio preconceito das elites dominantes.

O Governo Lula, entre acertos e equívocos, ao assumir, em 2002, manteve alguns marcos que foram essenciais para o desenvolvimento do país, como metas da inflação, mesmo diante da opinião pública que se voltava para questionar a capacidade do metalúrgico em exercer o papel de maior importância política de um país. Nesse sentido, utilizamos dados apresentados pela jornalista Ruth Costas, da *BBC News Brasil*, com matéria veiculada em 13 de maio de 2016, sobre o legado dos 13 anos do Partido dos Trabalhadores no poder em seis indicadores internacionais.²

Sobre o aspecto relacionado à economia, em 2002, o país ocupava a 13^a posição no *ranking* global, passando, depois de intenso trabalho do governo petista e sua equipe ministerial, ao 6º lugar, desbancando, inclusive, países da Europa que durante anos ostentavam boas posições mundiais relacionadas à economia. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2007, ocupamos a 7^a posição ultrapassando a França, com toda sua política econômica. Outro aspecto bastante relevante para se analisar acerca da conjuntura do Golpe de 2016, não se pode deixar de mencionar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o combate à pobreza nos governos petistas. Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Costas (2016) indica que a nota do Brasil era 0,649, no início dos anos 2000, e chegou aos 0,755, indicando uma melhora significativa. Essa nota é calculada com base nos indicadores como a esperança de vida ao nascer, a expectativa de anos de estudo e a renda *per capita*.

² Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 20 out. 2019.

Além disso, os programas sociais de distribuição de renda, como o Bolsa Família (junção de programas anteriores do vale gás, bolsa escola e fome zero), é retratado pela ONU como uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido, tendo em vista os dados oficiais garantirem que cinco milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza depois de sua inserção nesse programa de inclusão social. Vale lembrar, que o programa Bolsa Família condiciona seus beneficiários a frequentar rigorosamente a escola, bem como atualizar o cartão de vacinação das crianças, sendo, portanto, um instrumento de mudança social nos âmbitos de acesso à alimentação, à escolarização e à saúde.

Em sintonia com esse cenário, Fonseca (*et. al.* 2013) salienta que o “Milagre Brasileiro”, do governo Lula, foi ter ampliado o programa Bolsa Família a mais de onze milhões de famílias, triplicando sua abrangência, bem como sendo “um acréscimo significativo da massa salarial e do consumo de bens-salários³” (FONSECA *et. al.*, 2013, p. 409). Assim, outro indicador importante para ressaltar é o índice de Gini, instrumento criado pelo italiano Conrado Gini, para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, onde o Brasil melhorou no quesito a desigualdade, passando de 58,6, em 2002, para 52,9, em 2013.

No mais, entre os fatores significativos para o registro da queda da desigualdade no Brasil, Costas (2016) salienta os dados da ONU sobre os efeitos do aumento real do salário mínimo, em 80%⁴, entre 2003 e 2010, além das medidas para a formalização do mercado de trabalho brasileiro.

3 De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a classe “C” brasileira, que, em 2003, representava 37% do total da população, passou a representar 64% da população em 2008 (Ministério da Fazenda, 2010).

4 Panorama da Economia Brasileira – superando a crise”, em 15 agosto de 2009. Apresentação do Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economiabrasileira/link.htm> Acesso em: 20 jul. 2019.

Ainda, sobre a perspectiva de crescimento do país, podemos ressaltar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que buscou diagnosticar os entraves da economia brasileira para traçar metas que pudessem superar e priorizar diversos setores para investimento, sejam eles estatais ou privados, com incentivos fiscais e crédito através de órgãos oficiais, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Sobre isso, Fonseca *et. al.* (2013) afirma:

Os bancos brasileiros passaram relativamente incólumes pela atual crise, assim como grandes empresas, a exemplo de Petrobras, Vale do Rio do Doce, Gerdau, Embraer, dentre outras. Todos esses fatores somados criam um clima favorável, o qual se associa a eventos simbólicos na área externa, com o crescimento dos investimentos das empresas brasileiras no exterior (de cerca de US\$ 1 bilhão anuais nos últimos anos da década de 1990 para em torno de US\$ 25 bilhões em 2006-2008) e a presença maior do país em acontecimentos midiáticos Conferência do Clima em Copenhague, tropas no Haiti, conquista de sede das Olimpíadas e da Copa do Mundo (FONSECA *et. al.*, 2013, p. 410).

Nesse sentido, havia um clima favorável à economia brasileira, com grande crescimento econômico, bem como a própria inserção das classes mais pobres no poder de compra de bens e serviços. Onde houve a inserção da classe mais pobre, que durante mais de 500 anos, desde a colonização portuguesa no Brasil, ficou esquecida, agora, vislumbra um governo da mesma origem chegar à presidência da república, gerando inúmeros conflitos na vida econômica da elite do atraso que tudo possui, como afirmar Souza (2016). A classe mais abastarda nunca quis assinar um contrato formal com as empregadas domésticas⁵, até então vivendo em situações desumanas de subemprego e informalidade. De igual maneira,

⁵ Lei das domésticas, sancionada por Dilma Rousseff, em 01 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

não suportou dividir os mesmos voos⁶, nacionais ou internacionais, com as camadas mais populares, nem muito menos deixar que os mais pobres tivessem acesso à educação superior, à pós-graduação e aos cursos tradicionalmente elitizado, conforme dados oficiais do IBGE⁷.

A elite, elucidada por Souza (2016) e Silva (2019), é a do dinheiro que comanda todas as outras esferas de poder, tendo em vista seu maior capital que possibilita comprar todas as outras instâncias, compra a denominada elite intelectual, que possui grande prestígio a ponto de influenciar as massas, compra a própria elite política, tendo em vista seus recursos que são postos como barganha para financiar, posteriormente, pleitos eleitorais. Depois, de forma direta ou indireta, essa elite tem poder para comprar a elite jurídica, jornalística, literária etc. (SOUZA, 2016, p. 23). Assim, todas essas instâncias, que a princípio deveriam estar desvinculadas de posições específicas, acabam sendo reproduutoras do desejo da elite que domina o país.

6 Reportagem do portal de notícias Terra, em 18 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lula-as-pessoas-se-incomodam-com-o-pobre-tendo-carro-ou-andando-de-aviao,d60a5bdb753ff310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

7 Em 2004, 20% mais ricos representavam 55% dos universitários da rede pública e 68,9% da particular. Em 2013, proporções caíram para 38,8% e 43%, respectivamente. O acesso de estudantes de baixa renda nas universidades públicas aumentou significativamente entre 2004 e 2013, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, divulgada nesta quarta-feira (17), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2004, apenas 1,4% dos estudantes do ensino superior pertencentes aos 20% com os menores rendimentos (1º quintil) frequentavam universidades públicas. Em 2013, essa proporção chegou a 7,2%. Analisando de outra forma, em 2004, os 20% mais ricos do País representavam 55% dos universitários da rede pública e 68,9% da rede particular. Em 2013, essas proporções caíram para 38,8% e 43%, respectivamente. Desta forma, os 20% mais pobres, que eram apenas 1,7% dos universitários da rede pública, chegaram a 7,2%. Na rede privada, a presença dos mais pobres mais do que dobrou, saltando de 1,3% para 3,7%. A proporção de estudantes de 18 a 24 anos na universidade passou de 32,9% em 2004 para 55% em 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/acesso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Aqui, podemos associar todas essas lutas, que se dão através do discurso, como sendo um jogo de interesse da elite dominante (SOUZA, 2016) em detrimento das conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, nunca visto antes na história deste país. Nesse sentido, Souza (2016) exemplifica a farsa midiática constituída sobre a guerra no Iraque⁸, uma vez que o país é visto como uma ameaça ao restante do mundo, sendo isso verdade absoluta criada pela grande indústria petrolífera para conquistar, naquele país, todo seu potencial de exploração de petróleo⁹.

Destarte, podemos perceber que a elite do dinheiro tem poder suficiente para manipular a noção de verdade, a ponto de se eximir de toda culpa, diante de um evento social, e criar uma “ordem legal” e um “discurso político-social” (SOUZA, 2016, p. 24) silenciando todas as outras vozes e jogando a culpa em quem ela desejar, ou seja, aqueles grupos do quais ela acredita ser ameaça.

É uma dominação construída para permitir e justificar a drenagem de recursos de todos para poucos bolsos, em tempos normais. Com isso, ela faz recair n’ombro de outras elites a culpa de crises e desequilíbrios – mesmo quando no todo ou em parte provocada pela própria elite econômica (SOUZA, 2016, p. 24).

Assim, percebemos que o maior interesse da elite dominante é de enriquecer mais ainda, e com todo seu potencial de manipulação, ela consegue isentar-se de qualquer culpa, ocasionada pela ânsia de riqueza

⁸ Tropas americanas e britânicas continuam rumo a Bagdá, enfrentando resistência por parte de soldados iraquianos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030326_diariodaguerra3aw.shtml. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁹ Como a maioria dos jornalistas de esquerda, eu achava que George Bush e Tony Blair tinham invadido o Iraque para comprar barato seus campos de petróleo sob a mira das armas. Mas a verdade era pior, muito pior. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/78zx94/o-verdadeiro-motivo-por-tras-da-guerra-do-iraque. Acesso em: 20 jul. 2019.

e de poder, a ponto de criar uma falsa-verdade que é legitimada pelas outras elites, levando a opinião pública, a grande massa, a crer em tudo que ela diz. Aqui, percebemos a influência dos meios de comunicação social para tal finalidade.

Na perspectiva da *Radiografia do Golpe*, de Souza (2016), o golpe foi tramado e articulado como uma grande mentira que 1% da população brasileira, a elite do dinheiro, criou, influenciando todas as outras instâncias para legitimar essa verdade, como forma clara de criar uma instabilidade no país e convencer os outros 99% da população de que suas riquezas e sua força de trabalho devem ir para o bolso dessa pequena porcentagem. “Em português claro: como se transformam pessoas inteligentes em imbecis capazes de agir contra si mesmo sem perceber” (SOUZA, 2016, p. 27).

Eles se associam a interesses econômicos e políticos poderosos e passam a ser ensinadas em escolas e universidades, formando as elites do capital cultural que depois exercem as funções centrais para a reprodução dos privilégios. São essas as ideias dominantes que estarão na mente de quem julga sentenças, de quem escreve jornais, de quem faz a cabeça da sociedade como formadores de opinião (SOUZA, 2016, p. 37).

Desde então, percebemos como essa elite poderosa, formada por uma pequena parcela da sociedade, que está no topo da nova pirâmide social¹⁰, é capaz de legitimar o discurso que desejar para aumentar seus bens e continuar onde então, ou seja, sendo sustentada pela classe trabalhadora que tudo produz. Assim, essa elite do dinheiro,

¹⁰ Olhando para além da renda da população, a nova classificação socioeconômica do país, montada pelos pesquisadores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA-USP), leva em conta renda, escolaridade, posse de bens duráveis, acesso a serviços públicos, entre outros, num conjunto de 35 indicadores. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/nova-piramide-social-brasileira-tem-mais-16-milhoes-de-pobres-9498814>. Acesso em: 21 set. 2019.

de forma golpista, cria um cenário negativo para a economia, com ajuda da mídia, do Poder Judiciário e do Congresso, demonizando o Estado e, principalmente, no caso de 2016, o Poder Executivo Federal, como sendo o único e exclusivo culpado por esta instabilidade forjada, produzindo um discurso que visa manter as regalias e os privilégios das maiores corporações e das próprias instituições aliadas em golpear o Estado Democrático.

Veremos adiante que o casuísmo golpista de hoje deixa de demonizar o Estado para demonizar apenas o poder executivo – afinal, o Congresso foi comprado em grande medida e o poder judiciário funciona como partido corporativo para manter suas regalias e privilégios (SOUZA, 2016, p. 40).

Essa necessidade forjada de um processo, aparentemente legítimo, nada tem a ver com corrupção ou qualquer outra coisa. Esse processo, para Souza (2016) e outros teóricos como Rovai (2016) e Guerra (2017), é “a elite que mandava e manda no país pensando apenas no máximo de dinheiro no prazo mais curto possível” (SOUZA, 2016, p. 44).

Os governos petistas, com sua política que tentava agradar tanto a elite quanto as classes menos favorecidas, acabaram sendo colocados em descrédito pela turma do dinheiro, num jogo de luta de classes, com total desconfiança, sendo desacreditado e desmoralizado através dos meios de comunicação, pela mídia, que de forma partidária, veiculava diariamente notícias seletivas que incriminavam os governos do PT, numa tentativa exitosa de mudança para um sonho de desenvolvimento econômico, porém, que só beneficiaria a classe economicamente dominante, como ocorreu em situações anteriores no exemplo do golpe de 1964.

A informação distorcida, a desinformação, a manipulação dos fatos e os casos de corrupção seletiva, em seus noticiários televisivos, virtuais, impressos e radiofônicos, desde 2006, tentavam e gestavam o desejo de interromper o governo petista, com os famigerados casos do Mensalão, Petrolão e, posteriormente, o que se denominou em Operação Lava Jato. “O Mensalão foi o ensaio geral para o golpismo de agora, especialmente do seu núcleo fundamental: a ação concertada entre mídia e aparato jurídico-policial do Estado” (SOUZA, 2016, p. 50). Ainda, deve ser levado em consideração, a posteriori, as chantagens sofridas pelos partidos políticos, que servem à elite do dinheiro, em busca de privilégios e regalias.

Ressalta-se que o Partido dos Trabalhadores, com sua política de coalisão, teve que se unir a partidos como o MDB, numa perspectiva de conseguir efetivar seu plano de governo para as classes dominantes e dominadas, sendo este um ponto de equilíbrio. Porém, durante o governo petista, a elite endinheirada, expressão usada por Jessé de Souza em *Radiografia do Golpe*, nunca se contentou com a ascensão das camadas mais populares aos direitos de bens, serviços, salários e outras políticas sociais de inclusão.

Em sintonia com a elite dominante, a grande mídia comprou esse discurso de demonização dos governo petistas, como sendo a pior organização criminosa deste país, haja vista que “o combate a corrupção efetiva é o último dos objetivos dessa mídia” (SOUZA, 2016, p. 50), ela está apenas sendo massa de manobra para os interesses das grandes corporações. “A manipulação midiática visa apenas a eliminação do inimigo político e trabalha contra qualquer mudança real na verdadeira transparência que importa: aquela que limita a compra da política pelo grande capital” (SOUZA, 2016, p. 50).

Em consonância com essa ideia, está a pior classe social, conforme Souza (2016) que, em vã ilusão, se acha elite, porém não deixa de ser classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para a turma endinheirada. Assim, “é, nesse segmento, que a mídia-partido, posando de neutra e de instituição de utilidade pública, possui efetiva penetração” (SOUZA, 2016, p. 51). Essa classe média, possui apenas os meios de comunicação oficiais e institucionalizados como única e exclusiva fonte de informação, deixando-os cada vez mais ignorantes diante do real cenário político.

Nesse contexto, a eleição da presidenta Dilma Rousseff chegou como sendo uma continuação do tempo de bonança deixado pelo ex-presidente Lula, porém, ela foi muito mais audaciosa quanto decidiu romper, em 2013, com o acordo rentista das grandes corporações. Seu objetivo estava pautado na tentativa de equiparar os juros do país aos juros mundiais, tornando a seara de investimentos favorável para um sonho de prosperidade a longo prazo, diferente das grandes indústrias que sempre, numa perspectiva liberal, puderam taxar seus próprios juros e enriquecer cada vez mais com a exploração exorbitante da classe trabalhadora.

Porém, nesse jogada arriscada, conforme Souza (2016), a presidenta Dilma acabou “perdendo todas as suas fichas” e se viu encurralada pela elite do dinheiro, assim com todo apoio midiático, grandes manifestações começaram a surgir, pedindo que ela fosse impedida de continuar a frente daquele que é o cargo de maior importância para o cenário político de um país. Um onda de instabilidade instaurou-se pelo país, a grande mídia, que detém o poder de comunicação em massa, manipulava as informações, com base nos interesses do grande capital e suas corporações, levando ao início de uma farsa organizada para derrubar o Partido dos Trabalhadores, a credibilidade dos governos petistas, com a organização

ardilosa de um ataque sistemático à então presidenta e a tudo que ela e o ex-presidente Lula representassem.

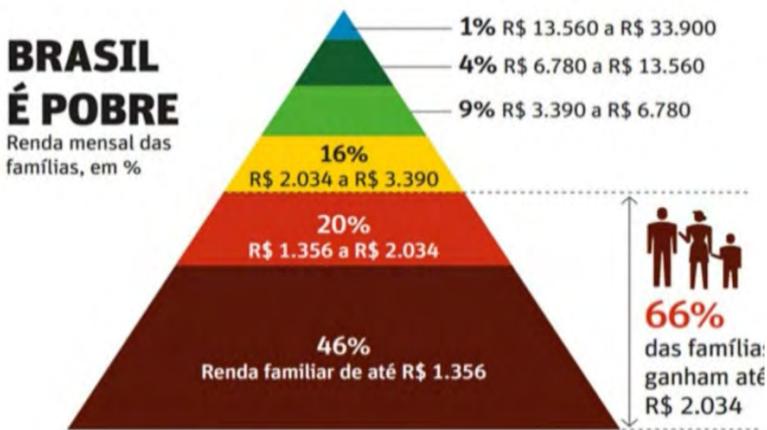
Sobre essa discussão acerca das classes sociais brasileiras, o autor de *A Radiografia do Golpe*, elenca, no cenário atual, quatro classes sociais distintas e bem delineadas, como sendo:

- *classe 1* - a elite do dinheiro que domina e explora todas as outras, estando simbolicamente no topo da pirâmide;
- *classe 2* - sendo a classe média, multifacetada, que se espelha no desejo em ser classe 1;
- *classe 3* - que é a população trabalhadora e precária em sua imensa maioria;
- *classe 4* - que é denominada pela elite como a “ralé brasileira”, ou seja, a classe excluída que está abaixo da linha da dignidade.

Em sintonia com esse pensamento e tendo por base dados coletados em pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha, o portal de notícias R7¹¹, em seu blog sobre conhecimento científico, divulgou um estudo acerca desse novo modelo de organização de classes sociais, no Brasil, conforme evidenciado na figura que segue:

11 O estudo mostra que as denominações variam dentro das condições de economia de cada segmento desses. É que a Classe Alta é comumente denominada de “A”. Já a Classe Média também se chama “B” ou “C”. A Classe Baixa é ainda rotulada de “D” e “E”, só que esta última geralmente é composta por quem está abaixo da linha da pobreza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística faz uma divisão bem peculiar da sociedade brasileira. Ainda conforme a renda familiar mensal, na Classe A estão os que ganham mais de 20 salários-mínimos. Na Classe B, o que recebem mensalmente de 10 a 20 salários-mínimos. Já Classe C aufera de 4 a 10 salários-mínimos. Por fim, na Classe D, de 2 a 4 salários- mínimos, enquanto que na Classe E, percebe-se até 2 salários-mínimos. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/classes-sociais/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Figura 1 – Classes sociais no Brasil



Fonte: <https://conhecimentocientifico.r7.com/classes-sociais/>

Esse cenário elencado pelo portal de notícias R7 é bastante contundente quanto a atual situação econômica das famílias brasileiras e necessário para a compreensão efetiva na perspectiva da consciência de classe e do jogo escancarado que a elite faz para continuar no topo da pirâmide social. Nesse sentido, Souza (2016) mostra sobre a necessidade urgente no país de se conhecer a divisão de classes, na contemporaneidade, para se entender efetivamente sua participação no processo de constituição do golpe, mascarado de impedimento, que levou a presidente Dilma Rousseff a ser destituída, com questões que, em sua concepção, se forem respondidas, chegaremos a conclusões sobre a participação, principalmente da classe média, nesse processo fraudulento.

A compreensão efetiva do mundo exige a reconstrução do conceito de classe social. Sem ele, não temos condições de entender como funciona e como nos tornamos vítimas da manipulação midiática as rasteira. Como funciona o Brasil enquanto sociedade de classes em luta por re-

cursos escassos? Como se dá a relação entre as classes? Quais os conflitos e quais as alianças possíveis entre elas? Quem explora e quem é explorado ou manipulado? (SOUZA, 2016, p. 57).

A luta de classes, prioritariamente das classes elevadas contra as classes baixas, foi fator determinante no processo de construção de um discurso demonizador dos governos petistas, a ponto de chegar à farsa institucionalizada do *impeachment* que, desde o princípio, foi o desejo da elite do dinheiro em exterminar a “ralé” dos aeroportos e dos programas sociais de transferência de renda, pois se acreditava que eram “vagabundos” e “preguiçosos” sem vontade de trabalhar, além, do ponto principal, a exclusão da classe oprimida, há séculos, dos espaços institucionalizados de educação formal, como a universidade.

As classes sociais e seu estudo são fundamentais, posto que permitem esclarecer o segredo mais bem guardado das sociedades modernas: o fato de que elas não são ‘sociedades de indivíduos’ que lutam em condições de igualdade de oportunidades, mas sim sociedades que perpetuam privilégios injustos pela reprodução, desde o berço dos privilégios de classe (SOUZA, 2017, p. 57).

Percebemos, então, apoiando-nos em Souza (2016), que o impedimento da presidente Dilma nada ou pouco teve a ver com o interesse de se combater uma possível corrupção, também gestada pela elite do dinheiro com parceria da mídia hegemônica, uma vez que não se coloca em ênfase as próprias corporações milionárias que financiam políticos, que por sua vez, são eleitos e durante todo mandato trabalham para compensar, via dinheiro público, através de favorecimento, suas financiadoras.

O que se viu, durante todos esses anos, com os governos petistas e seu projeto político de inserção social das camadas mais populares, foi uma manipulação das informações nos meios de comunicação e um discurso de combate à corrupção, porém de forma seletiva, quando se combatia na verdade era o PT e tudo que ele representava, com *shows* diários de hipocrisia e perseguição ao projeto que olhou, mesmo com todos os seus percalços, para a população marginalizada e excluída, que há mais de 500 anos não era vista pelos políticos deste país.

Nesse sentido, com base em Souza (2016), Rovai (2017) e Guerra (2017), podemos traçar o percurso claro do processo de construção discursiva do Golpe de 2016, que iniciou, obviamente, desde que os governos petistas começaram a concretizar o plano governamental de inclusão social. Traçaremos, portanto, o pontapé inicial nas chamadas “jornadas de junho”, em 2013, quando uma manifestação localizada, em busca de melhorias municipais, foi direcionada e manipulada pela mídia hegemônica de forma a se “federalizar” (SOUZA, 2016).

O Movimento Passo Livre (MPL), que tem em sua bandeira a luta pela gratuidade dos transportes coletivos, organizava, na ocasião, junho de 2013, várias manifestações em protesto ao aumento tarifário do transporte público na capital paulista, com apoio de outros grupos organizados. Essas movimentações de rua tinham adesão dos estudantes universitários, que além da pauta de protesto ser contra o aumento das tarifas no transporte público, também reivindicava o apoio do Governo Federal para a implementação de uma política efetiva de geração de emprego, haja vista o baixo índice de oportunidades de trabalhos formais aos profissionais recém-formados.

Na contramão das manifestações, a grande mídia hegemônica brasileira começou a insuflar a população com discurso próprio e partidário em defesa da elite endinheirada, com diversas reportagens, notícias, entrevistas, pesquisas etc., que pudessem, mesmo que manipulada, pôr em descrédito o Governo Federal. A então presidenta, com discurso conciliador, acabou se perdendo e ficando à mercê do pensamento político midiático anticorrupção, surgindo então, posteriormente, a famigerada operação Lava Jato, com sua farsa de imparcialidade.

As manifestações de junho foram massivamente noticiadas pelos mais diversos meios de comunicação social, incluído o próprio portavoz da elite do atraso, dos partidos conservadores e da extrema-direita, o Jornal Nacional, como afirma Jessé de Souza, uma vez que noticiava enfaticamente as manifestações, como sempre, de forma pejorativa, destacando tumulto, depredação e saqueamento de lojas, violência e tudo que pudesse desestabilizar o movimento. Expressões como vandalismo e prejuízo foram recorrentes nos meios de comunicação, em vista de desestimular e informar a população que tem apenas esses meios como fonte exclusiva de informação, o quanto negativa eram as manifestações que paralisavam a cidade e incomodavam o sossego da tradicional família brasileira.

Em meio aos noticiários de criminalização das manifestações, pela primeira vez o Jornal Nacional fazia referência à PEC 37¹², mostrando agrado ao Ministério Público (MP) e lançando as primeiras bases de

12 De acordo com o texto da PEC 37, o Ministério Público poderia ser impedido de realizar investigações criminais por conta própria e deveria atuar apenas como titular da ação penal na Justiça. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/446071-CAMARA-REJEITA-PEC-37-TEXTO-SERA-ARQUITIVADO.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

aliança entre o “aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa” (SOUZA, 2016, p. 89). Na grande maioria dos países, as atividades de investigação criminal são restritas as polícias civil e federal, pauta central da PEC 37, porém indesejada pelo MP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação, principalmente o Jornal Nacional, noticiaram de forma negativa, entre os dias 10 e 16 de junho de 2013, os protestos contra o aumento tarifário, iniciado em São Paulo e estendido por quase 100% das capitais brasileiras, porém, de forma manipulada, a mídia acrescentava outras discussões que pudessem mudar o foco central dos protestos que estavam na esfera municipal e estadual, para os problemas de “corrupção” no âmbito federal. Em meio a esse cenário e as articulações partidárias, elitistas e midiáticas, os noticiários, que até então entendiam os protestos como vandalismo e tumulto ao sossego público, agora mudam estrategicamente seu discurso e se posicionam em defesa das manifestações, não mais com vandalismo, mas como uma resposta da população aos desmandos e desajustes do Governo Federal, numa perspectiva completamente manipulada e diferente da ideia inicial das “jornadas de junho”.

Em suma, todo esse percurso colaborou significativamente para o impedimento da presidente Dilma Rousseff, uma vez que todos os equipamentos políticos, jurídicos e midiáticos estavam a serviço do golpe, como afirma Souza (2016), tendo em vista facilitar o processo e estacar de vez os problemas relacionados aos governos petistas, que eram dar voz

e vez àqueles que durante mais de 500 anos de história do Brasil, sempre estiveram por trás das cortinas, nesse cenário social excludente.

Esperamos, contudo, que a discussão empreendida neste artigo possa despertar para a reflexão efetiva desse evento político, construído e articulado, principalmente com o apoio da mídia hegemônica, haja vista que todo o cenário social que se vivencia na contemporaneidade está intrinsecamente ligado ao golpe como um possível desdobramento, bem como uma atenção especial aos mecanismos inerentes ao uso efetivo da linguagem que colaboraram para a construção das relações sociais.

REFERÊNCIAS

- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103. jan/abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0085.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- CASTILHO, M. L. **O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades:** uma abordagem crítico-discursiva. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity.** Edinburg: Edinburg University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse:** textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teorias e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, n. 6, p. 41-69, jun/dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

FONSECA, P. C.D.; CUNHA, A.M.; BICHARA, J.S. O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, n. 23, p. 403-428, maio/ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200006. Acesso em: 23 nov. 2019.

GUERRA, A. **Brasil 2016: recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

GUTMANN, J. F. Articulações entre Dispositivos Televisivos e Valores Jornalísticos na Cena de Apresentação do Jornal Nacional, In.: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba, **Anais Eletrônicos...** Curitiba: Universidade Positivo, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/premios/2009/Gutmann.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica:** linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAMALHO, V. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. v. 8, p. 78-104, 2006/2007. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1247>. Acesso em: 10 fev. 2018.

RESENDE, V de M; RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica, Modelo Tridimensional à articulação prática: Implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307/323. Acesso em: 27 jul. 2018.

RESENDE, V de M; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2017.

ROVAI, R. **Golpe 16**. São Paulo: Edições Fórum; Publisher Brasil, 2016.

SILVA, A. E.A. **O processo de legitimação discursiva do golpe de 2016 pela grande mídia:** uma análise de discurso crítica nas revistas veja e época. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe:** entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

CAPÍTULO

2

**O discurso na cena política
brasileira do final do século XX:
a questão da promulgação da Constituição
Federal de 1988**

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre (UFAC)

Neste texto, faço uma análise sobre o discurso de promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, o qual foi enunciado pelo então Deputado Federal Constituinte Ulysses Guimarães, em 05 de outubro de 1988, o qual foi o presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Utilizo-me de pensamentos de Mikhail Bakhtin, Dominique Maingueneau e Patrick Patrick Charaudeau, entre outros autores. Ulysses começou sua fala por volta das 15:30 daquela quarta-feira de 5 de outubro de 1988. Falou por um pouco mais de dez minutos. Inicialmente, como de praxe, cumprimentou as autoridades presentes. Após, lembrou do dia 1 de fevereiro de 1987 quando a ANC foi instalada e do dia 2 quando tomou posse como presidente daquele conclave.

Afirmou que pela Constituição de 1988 a nação estava mudando, pois a Constituição do Estado estava mudando. Asseverou que a Constituição mudou para transformar o homem brasileiro em cidadão. Comentou abstratamente sobre a força dos Constituintes na feitura da norma. Aqui e acolá era aplaudido com firmeza. Disse que juntamente com seus colegas fizera um bom trabalho, uma verdadeira missão que a nação brasileira os mandara fazer. Afirmou que a Constituição não era perfeita. Falou da importância da Constituição nascitura para a democracia do país. Elencou algumas marcas da Constituição e seus artífices, como a coragem, a audácia, a resistência a pressões (segundo ele). Ressaltou a participação popular. Comentou sobre a estrutura do texto da norma, lembrando que os direitos fundamentais figuram logo no início. Comentou coisas diversas sobre civilização, democracia, história do Brasil, estrutura do Estado, governos, poderes etc.

Propalou dizeres sobre as coisas novas que trazia para o mundo jurídico pátrio a recente norma, como certas competências legislativas, o mandado de injunção, a iniciativa popular de projetos de lei etc.

Falou sobre que o representava a Constituição de um modo filosófico, abordando questões de moral, de ética, de corrupção etc. Agradeceu à colaboração dos poderes Executivo e Judiciário, aos Governadores de Estado, prefeitos. Falou um pouco sobre si mesmo, sua experiência política (de vida) e sobre a sensação de ser o presidente da ANC. Lembrou de alguns fatos históricos do Brasil, algumas revoluções. Encerrou sua fala clamando para que por meio da nova Constituição o Brasil mudasse.

Pois bem, inicio agora a análise dessa fala política. Bakhtin não nos deixou um conceito pronto e acabado sobre o que seja discurso, pois não estudou o discurso num sentido de “dominação social”, como Foucault por exemplo. Estudou a linguagem e as ideologias, os interesses que por ela são dissipados. O que mais se aproxima da definição de discurso é a que ele deu para *gêneros do discurso* ou gêneros discursivos.

Para Bakhtin, estes são:

[...] tipos de enunciados, relativamente estáveis e normativos, que estão vinculados a situações típicas da comunicação social. Essa é a natureza verbal comum dos gêneros a que o autor se refere: a relação intrínseca dos gêneros com os enunciados (e não com uma dimensão linguística e/ou formal propriamente dita, desvinculada da atividade social, que excluiria a abordagem de cunho social dos gêneros); isto é, a natureza sócio-ideológica e discursiva dos gêneros. Como tipos temáticos, estilísticos e composticionais dos enunciados individuais, os gêneros se constituem historicamente a partir de novas situações de interação verbal (ou outro material semiótico) da vida social que vão (relativamente) se estabilizando, no interior das diferentes esferas sociais. Dessa forma, os gêneros estão ligados às situações sociais da interação: qualquer mudança nessa interação gerará mudanças no gênero. O autor enfatiza a relativa estabilização dos gêneros e a sua ligação com a atividade humana. Em síntese, os gêneros estão vinculados à situação social de interação e, por isso, como os enunciados individuais são constituídos de duas partes inextricáveis, a sua dimensão linguístico-textual e a sua dimensão social: cada gênero está vinculado a uma situação social de interação típica, dentro de uma esfera social; tem sua finalidade discursiva, sua própria concepção de autor e destinatário [...] (RODRIGUES, 2004, p. 423).

Então, para Bakhtin gêneros de discurso são tipos, modelos ou padrões de enunciados, escritos ou orais, que sempre são resultados de interações sociais, os quais integram uma esfera social particular. Por exemplo, há os gêneros publicitário, médico, policial etc. Logo, se para Bakhtin os tipos/gêneros de discurso são tipos de enunciados, podemos dizer que para ele o discurso de um modo geral é um enunciado, sendo que “o autor defende que todo enunciado [...], acaba, de certa forma, sendo compreendido pelo receptor que ao compreender, toma alguma atitude em relação ao que recebeu [...] o que ele chama de ‘compreensão responsiva de ação retardada’” (PAES, 2009, p. 20). Nessa direção, analiso aqui o discurso político promanado por Ulysses Guimarães em sua fala, em seu discurso, que chamarei de discurso Ulyssiano. Como veremos, acredito que este discurso é do gênero fundante.

Voltemos ao enunciado. Como é o enunciado, como ele funciona? Bem, para Bakhtin enunciado não é apenas uma fala ou ato de dizer algo, de *enunciar*. Nesse rumo:

[...] é preciso observar que a noção de enunciado de Bakhtin difere da de outras teorias, como a da Linguística Textual (o texto como conjunto coerente de enunciados) e a da Teoria da Enunciação (enunciado como a manifestação concreta da frase). Seu sentido não é o de proposição, frase enunciada, que se constituiria em trechos textuais enunciados, mas de uma unidade mais complexa que ‘ultrapassa’ os limites do próprio texto, quando se considera este apenas do ponto de vista da língua e da sua organização textual (o texto visto de modo imanente, apartado das relações sociais; [...]). Assim, são exemplos de enunciados os romances, as cartas, as crônicas, as notícias etc. [...], o todo do enunciado se constitui como tal a partir de elementos extralingüísticos (dialógicos) e está vinculado com outros enunciados em uma dada esfera social (RODRIGUES, 2004, p. 430).

Nesse contexto, caro leitor, em síntese, podemos dizer em Bakhtin, apesar de ele não ter dito isso, que o discurso/enunciado é toda criação/narrativa humana erigida sob o prisma da interação, das relações sociais práticas cotidianas, dos encontros dialógicos entre as pessoas que conversam no dia a dia, das interpretações e compreensões que leitores/autores e ouvintes fazem de textos (que são de autores) e de sons e imagens (que são de autores). Sendo que a grande questão é que tal discurso sempre acontece plasmado em lutas ideológicas, de classes, as quais ocorrem em contextos identificáveis. Afinal:

Um enunciado isolado e concreto sempre é dado num contexto cultural e semântico-axiológico (científico, artístico, político, etc.) ou no contexto de uma situação isolada da vida privada; apenas nesses contextos o enunciado isolado é vivo e compreensível: ele é verdadeiro ou falso, belo ou disforme, sincero ou malicioso, franco, cínico, autoritário e assim por diante (BAKHTIN, 1993, p. 46).

E em tais contextos “vozes diversas ecoam nos signos e neles coexistem contradições ideológico-sociais entre o passado e o presente, entre várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente” (BRAITT, 2014, p. 172). Portanto, o discurso/enunciado em Bakhtin é o produto da interação entre os homens, ocorrida em um espaço e tempo constantemente atravessados por outros espaços e tempos e também por outros sujeitos e relações. Analisar discursos/enunciados é, então, um trabalho que se faz no campo da Análise do Discurso (AD). A AD não surgiu como um projeto unificado. É resultado de uma evolução de estudos acontecidos em vários locais do mundo desde o início do século XX. Contribuíram para o forjamento deste campo do saber estudos como: a *etnografia da comunicação*, de Heymes, a *análise conversacional*, de Sacks, os *rituais de interação*, de Goffman, a

teoria dos atos de fala de Austin, a *filologia da linguagem ordinária* de Wittgenstein, a *teoria inferencial do sentido*, de Grice, o *interactionismo simbólico* de Mead, o *dialogismo*, de Bakhtin, a *psicologia* de Vigotsky, as *teorias pós-estruturalistas do discurso*, de Derrida, Deleuze, Butler, Berger, Luckmann, Foucault e Laclau, entre outros.

Ao longo do século passado a filosofia passou a se preocupar com a questão da linguagem, pois percebeu que todos os seus estudos somente eram possíveis pela existência da linguagem. Hoje soa-nos óbvio dizer que tudo se dá mediado pela linguagem, pela palavra. Contudo, no alvorecer do século XX produzir essa reflexão foi uma reviravolta. Chamou-se tal pensamento de *virada linguística*. Passou-se a buscar compreender o caráter contextual da produção de sentido da/nas coisas. Criou-se uma linguística textual e se passou a ambicionar entender a estruturação dos textos e falas humanos.

Sigo aqui a corrente que assevera ter a AD surgido efetivamente na França. Isso, porque:

A França foi um dos principais lugares de desenvolvimento da análise do discurso, talvez o lugar em que, pela primeira vez, a análise do discurso foi definida, sob esse nome, como um empreendimento ao mesmo tempo teórico e metodológico¹ [...] se 1966 é o grande ano do estruturalismo², o da análise do discurso é 1969. Neste ano, a revista de linguística *Langages*, cujo prestígio era então considerado, dedica um número especial (o número 13) a um campo novo [...] que chama de “análise do discurso”. No mesmo ano, M. Pêcheux³ publica um livro intitulado *Análise automática do discurso* e Foucault, sua *Arqueologia do Saber*, obra que traz a noção de discurso para o centro da reflexão (RUIZ; BARONAS, 2019, p. 172).

¹ De fato, me parece que a AD é, além de um campo de estudo repleto de teorias, um método de estudo de coisas várias, ou seja, é possível usar a AD para analisar, destrinchar, dissecar discursos de qualquer área do saber humano.

² Nessa época, a AD ainda se apoiava no estruturalismo, que até então estava no auge.

³ Considerado o fundador da AD francesa.

Cuida dizer que Maingueneau (2015) esclarece que Michel Pêcheux não era um linguista e sim um filósofo marxista especializado em história das ciências. Pêcheux contestava ferrenhamente os pressupostos idealistas das ciências humanas e propôs uma análise do discurso que se baseava ao mesmo tempo no marxismo filosófico de Althusser e na psicanálise de Lacan. Pregava uma decomposição dos textos que fosse capaz de revelar a ideologia que neles está impregnada com o escopo de dissimulá-los. Já Foucault pregava caminho oposto ao de Pêcheux na medida em que recusava a linguística, na qual Pêcheux se apoiava. Para Foucault, o discurso não tem relação direta com o uso da língua. Foucault não se preocupava com vocabulário, regras de sintaxe, organização retórica etc. Para ele, essencialmente, discurso não é um conceito linguístico. Foucault se dedicava a estudar as práticas e regras que regulavam o discurso em várias épocas da história.

Seu pensamento ia de encontro ao de Pêcheux em vários aspectos. Porém, ressaltava-se o fato de que Foucault era contrário a proposição de métodos analíticos que se autoproclamassem capazes de revelar algum inconsciente textual. Para Foucault, tratava-se de

apreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência [...] de estabelecer suas correlações com os outros enunciados que podem estar ligados a ele, e mostrar que outras [...] enunciações ele exclui (FOUCAULT, 2008, p. 40).

Com esse contexto, vemos que a AD francesa surgiu em meio a um plexo de diferentes posições. Aqui ressalto que *a priori* Bakhtin não está incrustado dentro dos estudos da AD francesa. Seu campo de atuação é mais formal e material-dialético. Bakhtin dedicou-se a estudar e descrever o fenômeno da enunciação, da criação da linguagem, da interação entre os sujeitos verbais na sociedade. Bakhtin não se debruça muito sobre

questões polêmicas, como dominação etc. É um analisador da linguagem de um modo geral, bem como do ser humano e sua relação com o outro e consigo mesmo. Bakhtin falava da Rússia e não escreveu obras falando diretamente sobre aspectos da vida real e prática. Seus textos são quase todos análises de teóricos literários (acreditava que o verdadeiro ato filosófico responsável ético se dava na literatura). Bakhtin analisou romances, textos teatrais, poemas, relações entre autor e texto/fala, entre autores etc.

Pois bem, o que é necessário para analisarmos um discurso/enunciado? Como nos ensina Maingueneau (2015), por exemplo, basicamente para analisarmos um discurso/texto é necessário:

[...] que o texto considerado seja singular, extra-ordinário: por meio dele uma fonte transcendente nos envia uma mensagem; que esta mensagem trate de questões essenciais para nós, que a lemos; que esta mensagem esteja necessariamente oculta; que seja necessária uma exegese, uma ‘leitura’ não imediata do texto para decifrá-lo: o comum dos mortais não tem acesso direto a ela (MAINGUENEAU, 2015, p. 6).

Nosso objeto – o discurso de Ulysses em 5 de outubro de 1988, por exemplo, contempla isso? Creio que sim. O discurso Ulyssiano provém de um texto singular (único), o qual mesmo que não tenhamos como saber se fora erigido ou não por Ulysses Guimarães é também um texto que está fora/além do ordinário (comum) da vida, pois não é qualquer fala e sim o discurso do presidente da ANC que elaborou nossa atual Constituição. A mensagem que dele se irradia interessa a mim e a todo leitor-cidadão prudente interessado na política nacional, momentaneamente nos direitos sociais trazidos à cena brasileira pela Constituição Federal de 1988. Creio que para entendermos a mensagem da fala Ulyssiana precisamos desocultá-la, decifrá-la, visto que não é possível entendê-la imediatamente em uma simples

leitura. É preciso ir à história do Brasil, para compreender os antecedentes. Ir ao Direito, para compreender o processo de feitura da Constituição; à Ciência Política, para compreender o jogo político da ANC; à Sociologia, para compreender a realidade do Brasil e a importância dos direitos sociais estampados na Constituição de 1988; e à Filosofia (de Bakhtin), para compreendermos de um modo geral todas essas questões.

Quais são os procedimentos/princípios a seguirmos para analisarmos discursos? Podemos analisar da forma que bem entendermos? Bem, precisamos entender que na AD, como nas outras áreas das ciências humanas e sociais, existem “[...] múltiplas ‘correntes’ (‘escolas’, ‘teorias’ [...] [e] uma corrente associa certa concepção do discurso e da finalidade de seu estudo a um aparato conceitual e metodológico específico⁴” (MAINGUENEAU, 2015, p. 49), assim, vários são os modos/procedimentos de analisar discursos. Na AD e sua liberdade “é o pesquisador quem decide de que maneira vai constituir e explorar os materiais a partir dos quais vai trabalhar, em função de seus objetivos” (MAINGUENEAU, 2015, p. 79), além do que “nada impede que o analista do discurso delimita uma formação discursiva agrupando enunciados em torno de um tema que ele institui soberanamente” (MAINGUENEAU, 2015, p. 91).

Nessa direção, valorizo aqui a corrente que se autodenomina análise crítica do discurso. Neste campo da linguagem o objetivo é “[...] desvendar interesses que o discurso [...] tentaria dissimular [...] desmontar processos que abrem caminho à violência, à discriminação, à injustiça” (MAINGUENEAU, 2015, p. 53). Além do que, analisando-

⁴ Em síntese, podemos dizer, ainda, que “cada corrente categoriza o campo de pesquisa de que participa em função de seus próprios interesses” (MAINGUENEAU, 2015, p. 51).

se criticamente discursos, tem-se, ainda, o escopo de “[...] mostrar como o discurso é posto a serviço de interesses escusos, o mais das vezes inconscientes” (MAINGUENEAU, 2015, p. 54). Por certo, além disso, “conceitos e métodos não são simples ferramentas, mas devem também ser objeto de uma crítica” (MAINGUENEAU, 2015, p. 59).

Criticamente, acredito que a fala Ulyssiana não é eleitoral. Ulysses não tentou convencer seus interlocutores (todo o Brasil) de nada – será mesmo? Não prometeu coisa alguma. Não tentou descredibilizar algum opositor. Apenas apresentou a nova Constituição da nação. Disse, resumidamente, o que houve antes dela, o como ela foi feita e o que ele, pessoal e particularmente, esperava que fizessem dela dali em diante. Também não mentiu – será? Sabe-se que Ulysses planejava se candidatar à presidência do país nas eleições de 1989, o que fez, auferindo apenas 0,4% dos votos. Contudo, mesmo com tal pretensão, não consigo observar na fala Ulyssiana qualquer elemento personificador em que seja visível um aproveitamento de Ulysses para naquele dia, observando a publicização de sua fala, erigir algum tipo de autopromoção. Seu discurso neste aspecto a mim soa como de *facto* distanciado de perspectivas político-eleitorais.

Não estou dizendo que fora um fala neutra ou sem ideologias. Claro que não. Quando Ulysses criticou a situação do Brasil, podemos pensar estar implícito algo do tipo: “daqui há um tempo serei candidato – como todos sabem – e quero muito mudar esta situação”. O fato é que visivelmente sua fala denota apenas preocupação com a abordagem promulgadora de nossa Constituição vigente. Por óbvio, a fala Ulyssiana também não é uma simples fala parlamentar. Não apenas porque foi um ato histórico, ou seja, a promulgação de uma Constituição não é um simples procedimento parlamentar, mas sim a promulgação do principal documento jurídico brasileiro, que a partir dali passaria a reger todos os

aspectos legais do país - a partir de si mesma, a Constituição e o discurso Ulyssiano instaurou o início de uma nova etapa parlamentar no Brasil. Assim, não há como o discurso de Ulysses ser um discurso parlamentar se naquele momento de sua prolação o país ainda estava sob a égide de normas parlamentares que minutos depois mudariam.

Isto é, a fala Ulyssiana, física e temporalmente, por instituir uma ordem X não pode integrar uma ordem Y, mesmo que pertença a um tempo anterior a X, no caso Y. Parece filosófico, mas o fato é que a fala Ulyssiana funciona como se fosse apartamentar, ou seja, somente discursos posteriores e anteriores a ela são efetivamente parlamentares, pois são ditos na vigência da Constituição de 1988 ou foram ditos na vigência de sua predecessora. Mas, não pode ser um discurso parlamentar da ordem legal anterior à Constituição de 1988, sendo um discurso parlamentar sob a égide da Constituição de 67/Emenda de 69? Não vejo como concebermos isso, pois não teria lógica uma fala que vai totalmente contra os mandamentos daquela ordem a ela pertencer.

Pois bem, se a fala de Ulysses em 5 de outubro de 1988 não foi nem eleitoral nem parlamentar, o que foi? Basicamente, dentro dos estudos da AD, a fala Ulussiana foi o que se chama de discurso constituinte. Este vocábulo constituinte, malgrado lembre o Poder Constituinte e a Assembleia Nacional Constituinte, não se remete especificamente a processos de feitura de Constituições. Essa noção de discurso constituinte lembra mesmo o ato de constituir/criar coisas e se apoia:

[...] em uma intuição banal: há, em toda sociedade, tipos de falas de autoridade, reconhecidas como capazes de dar sentido aos atos do conjunto da coletividade. Assim, quando se propõe um debate sobre um problema da sociedade, pede-se a locutores que se exprimam em nome da religião, da ciência, da filosofia [...], discursos considerados únicos, além dos quais só o indizível existe. [...]. Esses discursos

últimos que chamamos de ‘constituintes’, caracterizam-se em primeiro lugar pela singularidade de sua posição no universo do discurso: eles se situam em uma fronteira, a que lhes permite falar em nome de um Absoluto que, por sua vez, só pode falar através deles. Zonas de fala entre outras e falas que se pretendem acima de qualquer outra, discursos-limite, situados em um limite e que tratam do limite, tais discursos devem administrar, em sua organização textual e em seu dispositivo de enunciação, os paradoxos que seu estatuto implica: para autorizarem a si mesmos, devem se apresentar como ligados a uma fonte legitimadora. Eles mobilizam o que se poderia chamar, invocando um termo grego, o *archéion*⁵ da produção verbal de uma sociedade. Derivada de arché, ‘fonte’, ‘princípio’ e, a partir destes sentidos, ‘mandamento’, ‘poder’, o *archéion* designa a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas também os arquivos públicos. Os discursos constituintes, de fato, associam estreitamente um trabalho de fundação na e por sua enunciação, a determinação de um lugar associado a um *corpus* de enunciadores legitimados e uma elaboração da memória (MAINGUENEAU, 2015, p. 141-142).

Ora, as palavras de Ulysses naquela quarta-feira de 5 de outubro de 1988 lembram alguma coisa desta citação direta de nosso estimado Maingueneau? Por certo sim. De fato, a fala Ulyssiana foi um ato enunciativo que proveito da boca de uma autoridade – Ulysses era Deputado Federal e presidente da ANC; objetivou dar sentido ao ato da “coletividade” de instaurar uma nova ordem legal no país; representa um discurso que só poderia ser o que foi, ou seja, não havia como Ulysses pedir para o presidente Sarney promulgar a Constituição de 1988 ou apenas publicar um decreto legislativo dizendo que a Constituição estava válida, por exemplo, pois o procedimento formal dizia que o presidente da ANC teria de promulgar o produto final dos trabalhos desta comissão; estava formalmente ligado à sua fonte legitimadora na medida em que o

⁵ Remete à parte inicial do templo da Deusa-mãe da Ágora em Atenas. Em síntese, pode significar *início* e *estrutura primeira*.

povo escolheu os parlamentares que compuseram a ANC – à exceção dos 23 Senadores Biônicos “eleitos” em 1982; e, por fim, objetivou fundar uma nova nação (fundação na enunciação). Afinal, Ulysses disse: “Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora. Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha [...]” (GUIMARÃES, 1988, n.p.). Chegaram onde? Por óbvio, ao ponto de fundação de uma nova ordem legal no país.

Além disso, precisamos ter em mente que um discurso constituinte “[...] não é, pois um simples vetor de ideias; ele articula, por meio de seus dispositivos enunciativos, textualidade e espaço institucional. Ele legitima a instituição que o torna possível” (MAINGUENEAU, 2015, p. 143). A fala Ulyssiana não apenas propalou ideias ao vento. O fato de Ulysses poder ter dito sua fala, criticando ferrenhamente o antigo regime institucional (o governo militar), em trechos como “Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo”, mostra que sua fala legitimou (representou e disse ser possível) a nova ordem institucional (democrática) que estava sendo instalada, ordem esta a única naquele momento a permitir que ele próprio dissesse o que disse sem sofrer represálias – certamente entre 1964 e 1985 sofreria.

Certo, então, eu disse antes que o discurso Ulyssiano não é nem eleitoral nem parlamentar (político de um modo *lato*). Mas, por que um discurso constituinte não pode ser político? Não há semelhanças entre discursos políticos e constituintes? Sim há. Nos dois [...] seus atores políticos mais engajados legitimam sua identidade e sua atividade de

⁶ Ele criticou, mas em diversos trechos criticou muito atenuadamente, usando muitos eufemismos. Por exemplo, quando querendo dizer que a ditadura matou e torturou muitos disse apenas que “muitos foram levados ao cemitério”. Talvez o tenha feito (sido leve) para evitar constrangimentos na medida em que várias autoridades militares estavam presentes na promulgação da Constituição.

uma forma que não deixa de fazer pensar [...]: eles se dão uma “missão”, [...] estão a serviço de seus concidadãos⁷, eventualmente da humanidade” (MAINGUENEAU, 2015, p. 147). O problema é que

o discurso político não pode legitimar-se a sim mesmo: ele deve se apoiar nos discursos constituintes para fundamentar sua autoridade. Os posicionamentos políticos devem combinar em proporções variáveis a referência a diversos discursos constituintes (MAINGUENEAU, 2015, p. 147).

Ora, isso parece bem claro, afinal os discursos eleitorais e parlamentares, por exemplo – que são apenas dois tipos de discursos políticos, não se legitimam de *per si*. Um candidato a vereador em seus discursos sempre faz referência à Constituição do Brasil, a qual também é um discurso constituinte, pois instituiu uma nova ordem, dizendo que devemos cumpri-la, dar saúde e educação aos mais pobres etc. Os políticos em mandato também se legitimam citando discursos constituintes. Entretanto, como nada é absoluto, não podemos ter os discursos constituintes como absolutos, afinal eles podem deixar de valer um dia. Isso, pois “[...] a política [...] invoca a caução dos discursos constituintes, mas ela pode também dominá-los, dado que dispõe de poder” (MAINGUENEAU, 2015, p. 147).

A partir de tais ideias, então, já deu para percebermos que um discurso constituinte é deveras diferente de um discurso político, de modo genérico. Mas, o que faz com que um discurso constituinte seja materialmente eficaz naquilo que vem a constituir? Grosso modo, o que tem e como funciona um discurso constituinte quando é bom mesmo? Bem, Orlandi (1993) nos diz que um discurso fundador (a autora usa

⁷ Ulysses inclusive disse: “A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo”.

este termo, mas apreendo como sendo o mesmo que constituinte) objetiva em síntese ser o baldrame do sonho de uma pátria ideal e não há problemas em se busca pátrias ideais, mas sim em exagerar em tecnicismos oratórios que dificultem a compreensão dos interlocutores de um modo geral. Portanto, segundo esta autora, um bom discurso fundador deve ser inteligível, bem como deve carregar consigo, malgrado efeitos ideológicos, a “verdade” (o que é isso? Sabe-se?) ou uma tentativa dela.

E, nesse contexto, o maior aliado de discursos fundadores, diz ela, é a história. Cabe a ela tentar promanar pelo tempo como “realmente” os fatos ocorreram – isso é possível? Diz ela que, por exemplo, o grito da independência do Brasil, que é interpretado pelo povo brasileiro como um ato instaurador da soberania nacional, constituiu-se em verdade como uma declaração de guerra a Portugal que objetivava garantir o direito à propriedade dos grandes donos de terras que aqui já estavam radicados há muito tempo. Assim, a dita independência do Brasil foi um ato isolado, motivado por causas econômicas, eliciado por uma classe isolada e não por todo o país, como certas históricas inventadas nos dizem.

Então, nessa perspectiva de discursos fundadores/constituintes, é preciso que no Brasil obliteremos “a adoção de uma leitura da história brasileira que corresponda às representações construídas por setores que dominam o cenário econômico e intelectual” (SOUZA, 2002, p. 58), e sustentemos uma “[...] história dos excluídos – não só sujeitos, mas também conteúdos excluídos” (SOUZA, 2002, p. 62). Aqui penso que Ulysses em sua fala, malgrado algumas incongruências, foi bem realista. Falou da situação do país, da pobreza, dos analfabetos etc. Logo, não mascarou a situação do país fazendo uso de representações das elites. Mascarou alguns aspectos do processo de feitura da Constituição, mas o fez porque quis e não porque fora coagido pelas elites. Ele não era de

elite, não era rico, corrupto. Se enxergava como um servidor público e, em minha visão, mesmo sabendo de muitas brechas e ideologias negativas veladas na Constituição, optou por usar sua fala para levar esperança ao povo brasileiro ressaltando apenas os pontos positivos dessa norma. Não mentiu. Mascarou e omitiu alguns aspectos, apenas.

Foi realista. Disse, por exemplo, que “A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma”. Portanto, usou do real e aqui, conforme diz Souza (2002), precisamos lembrar que em discursos fundantes apesar de o sujeito ideal (enunciador) não passar de uma ilusão, o real da cultura e do social deve prevalecer, ou seja: “[...] na adesão a um discurso fundador, é imprescindível a manutenção do real por ele legitimado. Afinal, o real (grupo social) só se preserva se investido, como meio ideal, pela maioria dos seus membros” (SOUZA, 2002, p. 59). Por fim, outra diferença entre a fala Ulyssiana e um discurso político comum (discurso de política – eleitoral ou parlamentar), creio que é a ideia de que a fala de Ulysses não foi de política e sim sobre política. Marques (2013) nos diz que discursos ordinários (re)ocorrentes no dia a dia da política (eleitoral ou partidária) são falas de política, de políticos (em mandato ou em busca de um). Já falas que contextualizam fatos da história de um local, de um povo, de uma instituição etc., são falas sobre política/poder, tendo em vista que tudo é política (Aristóteles) e tudo é poder (Foucault).

Discorro agora um pouco sobre um último aspecto que creio fazer parte da fala Ulyssiana no contexto das ideias de Patrick Charaudeau, qual seja: a questão da legitimidade. Charaudeau nos diz que “o campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as comédias, os dramas, ou as tragédias do poder mediante relações de

legitimidade, de credibilidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 64). Certo, mas qual a natureza dessa legitimação? O que será que legitimou Ulysses Guimarães a dizer tudo o que disse em sua fala promulgadora? Foi seu cargo de presidente da ANC? Foi o fato de ter sido eleito pelo povo para o cargo de Deputado Federal? Foi o fato de que acreditava, possivelmente, no fundo de suas emoções que representava o povo, notadamente os mais humildes?

Pois bem, mas o que legitimou Ulysses a dizer o que disse? Bem, “a legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo” (CHARAUDEAU, 2015, p. 65). Portanto, o que legitimou Ulysses a falar o que falou foi, filosoficamente, o fato de que ele erigiu sua fala contemplando argumentos/valores que preliminarmente já sabia que seriam aceitos/reconhecidos por seus interlocutores. É como se Ulysses quisesse ter agrado a todos em sua fala e por isso disse coisas que foram bem recepcionadas tanto pelas elites quanto pelos pobres brasileiros que não tinham comida naquele momento de sua fala.

Finalizo dizendo que os áudios da sessão de promulgação de nossa Constituição de 1998 estão disponíveis na *internet*, basta fazer uma consulta bem simples. Durante a construção desta pesquisa auscultei tais áudios por incontáveis vezes. Ora mais intimamente com fones de ouvido, ora mais agudamente a captar a grave voz de Ulysses no ar proveniente de uma caixa amplificadora de som. Às vezes procedia a pausas, pensava, imaginava coisas. Pode soar falso ou demagógico, mas algumas vezes cheguei a emocionar-me em tal escuta. A vez mais profunda em que o ouvi foi quando estava a o escutar e a energia elétrica de minha casa cessou.

Como o *notebook* ainda estava carregado, fiquei a ouvir Ulysses a olhar para o escuro. Pensei que talvez sua fala e o escuro tenham muito a ver. Ulysses falou no escuro, não foi ouvido ou “visto” por quem deveria - seus pares (?). Falou para o nada (?). Enfim, o discurso Ulyssiano me soa como atualíssimo. É, malgrado algumas incongruências, deveras bonito, poético, charmoso. Escute-o, caro(a) leitor(a), busque dele a essência que conseguir captar – a sua, pois cada ouvinte terá uma leitura única.

Um ponto que relevo interessante é o fato de que existem apenas fontes oficiais que detêm a fala de Ulysses gravada durante o 5 de outubro de 1988. Digo: o áudio da fala de Ulysses está oficialmente apenas nos *sítios* da Câmara Federal dos Deputados e do Senado da República. Não há gravações de emissoras de TV ou rádio que tenham o discurso Ulyssiano integralmente. Creio que isso ocorreu por uma volição da ANC de institucionalizar o ato promulgador de nossa Constituição, transformando-o em um ato político deveras histórico. Digo: temos apenas a visão oficial da fala Ulyssiana. Não que ela tenha sido editada ou modificada. Não. Ulysses fez seu discurso ao vivo durante a sessão de promulgação da Constituição de 1988. Neste evento houve vários atos e não apenas a fala Ulyssiana. Houve naquela sessão outros dois discursos bonitos como o de Ulysses⁸. Porém, o seu se destaca tendo em vista um plexo de elementos como o fato de Ulysses ter sido o presidente da comissão que fez a Constituição; de ser um político respeitado por sua honestidade e idoneidade; por ter uma voz firme, forte, aguerrida etc. – por isso o analiso aqui. O fato é que apenas temos uma versão oficial sobre a fala de Ulysses.

⁸ O Senador Affondo Arinos (PSDB-RJ) discursou, na condição de Constituinte mais idoso da ANC, representando os Congressistas e como representante dos convidados estrangeiros discursou o Deputado português Victor Crespo, representando a Assembleia da República de Portugal. Discursos estes disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituinte-1987-1988>. Acesso em: 06 ago. 2021.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. Tradução de Aurora F. Bernadini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior *et al.* 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1993.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GUIMARÃES, Ulysses. BRASIL. **Discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da CRFB/88.** Brasília: Congresso Nacional/ANC, 1988. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integrado-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituinte-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>. Acesso em: 06 ago. 2021.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MARQUES, Welisson. Discurso, Mídia e Política: da Utopia ao Caos sob análise. **Veredas Online – Atemática**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, pp. 437-452, 2013, p. 442. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/23%-C2%BA-ARTIGO.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.
- ORLANDI, Eni. P. **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- PAES, Kelce Nayra Guedes Menezes. **O processo de autoria em textos escritos por alunos do curso de Direito.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade). Rio Branco: Universidade Federal do Acre – UFAC, 2009, 80p. Disponível em: <http://posletrasufac.com/banco-de-dissertacoes/>. Acesso em: 06 ago. 2021.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004, pp. 415-440. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0402/040208.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.

RUIZ, Marco Antonio Almeida; BARONAS, Roberto Leiser. A história no/ do discurso: por uma ciência da linguagem no Brasil. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n.43, p. 01-357, jul.-set., 2019.

SOUZA, Mériti de. Discurso fundador, história e subjetividades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 57-64, dez., 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/149/160>. Acesso em: 6 ago. 2021.

CAPÍTULO 3

A pandemia no discurso político de Jair Bolsonaro

Beatrix Miranda Moitinho
Universidade Paulista (UNIP)

Caroline Nogueira de Lima
Universidade Paulista (UNIP)

Sueli de Britto Salles
Universidade Paulista (UNIP)

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada está situada nas áreas do texto e do discurso, fundamentada na perspectiva sociointeracionista e da Análise do Discurso de linha francesa (AD). Tem-se por tema a construção do *ethos* discursivo do presidente Jair Bolsonaro a partir do discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU (anexo A), em 22/09/2020. O objetivo geral é contribuir com os estudos na área do discurso político no Brasil e o objetivo específico é examinar a construção do *ethos* do presidente Jair Bolsonaro, por meio da seleção lexical apresentada no discurso.

Esta pesquisa faz-se necessária, pois o discurso político (em âmbito parlamentar/eleitoral) compõe a dinâmica social e, devido ao nível de autoridade que tal discurso possui, as ações da população se tornam reflexos desse discurso. Tem-se por hipótese que a interpretação pode ser diferente para cada indivíduo levando em consideração diversos fatores, sendo alguns deles: faixa etária, ideologias (compilação dos conhecimentos de mundo e bagagem de vida de um indivíduo somadas às suas crenças, plano de fundo social, cultural e histórico), gênero e contexto social. Desse modo, o discurso político carrega a responsabilidade de projetar mudanças no futuro, sendo essas positivas ou negativas.

Assim, a pesquisa buscou responder como ocorre a caracterização do ethos no discurso político de Jair Bolsonaro e quais são os reflexos desse discurso frente à sociedade em contexto pandêmico. A pesquisa está delimitada ao texto do discurso político de Jair Bolsonaro na ONU, cujo assunto tratado refere-se a ideias, propostas e principais linhas de ação pretendidas pelo presidente Jair Bolsonaro. Trata-se, portanto, de examinar as estratégias do discurso político segundo a perspectiva dos principais estudiosos da análise do discurso, como Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau, Eni Orlandi, entre outros.

O DISCURSO POLÍTICO E A PANDEMIA

Para realizar a análise do discurso político de Jair Bolsonaro, fez-se necessária a apresentação prévia de alguns dados. Discorrendo sobre o discurso político, com embasamento na teoria de Patrick Charaudeau (2008), com enfoque no que é considerado discurso político e em algumas de suas características, abordamos a situação emergencial recorrente, relatando como a pandemia vem se desdobrando desde o seu início até os dias atuais (entre março e outubro de 2020) e como o governo vem lidando com a situação.

Os discursos, em geral, são carregados das ideologias de seus falantes. Tem-se por “ideologia” a compilação dos conhecimentos de mundo e a bagagem de vida de um indivíduo, somadas a suas crenças, plano de fundo social, cultural e histórico. Sendo assim, ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 46). A forma como alguém se posiciona frente a um assunto, especialmente estando em uma posição de poder, interfere em como quem ouve (re)age àquela informação. Conforme Orlandi (1999), “A ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo.”

Para Charaudeau (2008), o caráter político de um discurso consiste mais nas condições criadas pela situação de comunicação do que no seu conteúdo, sendo um discurso que busca resultados e não está reservado e limitado apenas a governantes ou aspirantes a governantes, mas sim a todos e seu sentido dependerá da interação, da ação e das identidades que dela participam. Assim como qualquer outro tipo de formação

discursiva¹, o discurso político transita no interior de diferentes grupos sociais, se transformando ao se adaptar aos diferentes ambientes.

Esse discurso consiste em uma linguagem carregada de persuasão. Dentro do cenário político, em um debate eleitoral por exemplo, significa criar uma imagem de si mesmo que agrade à pessoa, cuja adesão se quer conseguir, no caso os possíveis eleitores, tornando-a assim uma aliada. Por outro lado, tratando-se de um oponente, o objetivo passa a ser desqualificar seu discurso para que, pela oposição, o autor constitua a si mesmo como a melhor opção para o público.

O discurso político do Presidente Jair Bolsonaro, proferido na ONU em 2020, situa a posição do líder do país em relação a um problema mundial de saúde pública, a pandemia do COVID-19.

O novo coronavírus teve início na cidade de Wuhan, na província de Hubei na China, em 2019. O vírus faz parte de uma família conhecida, que inclui outros vírus capazes de provocar doenças no ser humano e nos animais, sendo nomeado SARS-CoV-2. Desde março de 2020, quando foi declarada a pandemia, segundo Ghebreyesus, Diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o mundo vem sendo acometido por essa doença. Devido à gravidade da situação, foi necessário que iniciássemos uma quarentena, que em princípio duraria quinze dias, porém, como o número de novos casos não parava de subir, foi necessário que a quarentena fosse prorrogada por diversas vezes.

Em momentos como esse, o posicionamento de um líder e dos demais representantes governamentais é de extrema importância e deve

1 Formação discursiva é o que antecede o discurso propriamente dito. O ato do indivíduo reunir seu conhecimento acerca de determinado assunto a ser discutido, atrelado à sua opinião e ideologias, caracteriza uma formação discursiva. Ao externalizar essa formação discursiva, cria-se então, o discurso.

ser feito com responsabilidade. O discurso político tem a função de orientar uma sociedade e fornecer informações úteis e precisas para a população, principalmente em situações emergenciais.

Desde o início da pandemia, o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, se manifestou sobre os acontecimentos, por meio da imprensa e das suas redes sociais, entretanto seus discursos dividiram opiniões no que diz respeito à linguagem adotada para a propagação de informações e à veracidade das mesmas, em alguns momentos entrando em conflito com recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde brasileiro. Enquanto por um lado os órgãos da saúde, cientistas e médicos recomendavam que uma quarentena fosse mantida, para que houvesse diminuição de contágio, por outro lado, a figura de maior autoridade no país acreditava que o melhor para a população como um todo seria a reabertura dos comércios, pois assim a economia voltaria a girar.

Essa divisão de opiniões acerca do discurso do Presidente e dos representantes dos órgãos da saúde gerou muitas dúvidas na população. Isso, somado à divergência nas orientações passadas para a população e à instabilidade no tocante à liderança do Ministério da Saúde, visto que em um curto período houve mais de uma troca de ministros, ampliou o estado de incerteza. Consequentemente, os cidadãos começaram a agir de formas variadas, conforme suas interpretações do que era correto, evidenciando a forma como um discurso pode interferir no comportamento da sociedade, principalmente sendo esse um discurso político.

AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO E O ETHOS

Em um debate político, um candidato cria estratégias de discurso para que ocorra uma exaltação da sua própria imagem e ao mesmo tempo, prejuízo à imagem de seu adversário. Durante esse processo de criação de estratégias, segundo Charaudeau (2008), cria-se um “jogo de máscaras” e uma das peças-chave para que o efeito de persuasão do discurso político seja efetivo é a argumentação. De acordo com Charaudeau (2005, p. 15), “todo o sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento”. Com essa afirmação, podemos perceber que nenhum discurso é neutro ou sem intenção e apenas jogado ao vento.

Para que um candidato consiga persuadir uma audiência a concordar com ele, é preciso apresentar fatos que comprovem que o que ele está dizendo seja verossímil (não necessariamente verdadeiro), coerente com o que ele acredita que o público deseja ouvir (por isso, também é importante que o candidato conheça os valores da audiência que ele está com a intenção de persuadir) e confiável. O chamado “triângulo da dramaturgia política” consiste no logos (que é o discurso em si), no ethos (sendo este a imagem que o enunciador cria de si mesmo, em busca da aceitação do seu público) e no pathos (que é o momento em que o locutor tenta se conectar emocionalmente com o público, cativá-lo, para que este possa se identificar de maneira um pouco mais profunda com o que está ouvindo). Podemos associar *logos*, *ethos* e *pathos*, respectivamente, a “razão, imagem e paixão” (CHARAUDEAU, 2008, p. 93).

O recurso persuasivo do *ethos* consiste na criação de uma identidade, por parte do locutor, a fim de espelhar o que o público deseja ouvir, não necessariamente expressando suas reais intenções, mas sim o que vai fazê-lo vencer uma eleição, por exemplo. Durante as últimas eleições, o fato de o então candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, apresentar um *ethos* que o aproximava do povo, por “falar de forma simples”, criou uma sensação de proximidade com seus eleitores, fazendo com que eles se identificassem com seu discurso e confiassem em suas ideologias, pois por parecer ser uma linguagem mais acessível, pareceu também mais familiar, tornando mais fácil para os seus eleitores se sentirem compreendidos e representados.

O *ethos* discursivo é a imagem que o enunciador constrói de si, enquanto o ethos prévio consiste na imagem que o enunciador tem de seu ambiente social, o que vai ajudá-lo a criar o *ethos* discursivo apropriado para os seus objetivos naquele momento. De acordo com Maingueneau (2005), temos ainda o antiethos, que é o recurso de oposição de imagens. Em um debate eleitoral, todos os candidatos querem mostrar que serão a melhor opção para o país se forem eleitos ao cargo. Apesar de todos buscarem o mesmo objetivo, tentam se moldar como opositos aos seus adversários, que também estão mostrando a melhor imagem que conseguiram criar de si mesmos, ou seja, inicia-se o jogo de máscaras onde a tentativa é se mostrar como o melhor.

Apesar de todos estarem tentando criar sua melhor imagem para persuadir um eleitor a votar nele, segundo Chauradeau (2008) não há uma fórmula que garanta que determinada abordagem vá funcionar, pois tudo depende do contexto histórico, social e cultural que um país está vivendo no momento, tornando o discurso algo frágil e não muito concreto, já que a visão acerca desse discurso pode mudar dependendo das

variantes mencionadas anteriormente. As prioridades do eleitor podem mudar/variar dependendo da atual situação do país no momento da corrida eleitoral. Durante um debate, a todo momento existe a tentativa mútua de desqualificação por parte dos oponentes, então os discursos e imagens correm o risco de serem manchados, tornando o debate político algo sério e que deve ser feito com responsabilidade e embasado em fatos.

A seguir, ainda com base na classificação apresentada por Chauradeau, temos alguns *ethos* perceptíveis em debates políticos, mas que não se limitam apenas a eles, pois essas imagens estão presentes em todos os discursos: ***Ethos de competência***: tentativa de estabelecer credibilidade em suas falas. Se for um candidato buscando reeleição por exemplo, ele pode mencionar em seu discurso atitudes tomadas anteriormente por ele e que foram bem vistas pela população para relembrá-la de que o método dele já funcionou antes e pode funcionar novamente, criando assim uma credibilidade com o público; ***Ethos de virtude***: o candidato busca se mostrar consistente em suas ações durante a vida pública e política, além de se mostrar diferente dos demais candidatos; ***Ethos de competência e caráter*** - o candidato busca destacar realizações que teve ao longo de toda a sua carreira política, inclusive em outros cargos públicos, demonstrando experiência; ***Ethos de inteligência***: palavras mais rebuscadas são utilizadas nesse momento, dando espaço para um linguajar apurado, demonstrando que o candidato é inteligente e informado, uma estratégia diferente da de tentar uma aproximação com a fala simples do cidadão comum, que também busca demonstrar inteligência e engajamento, porém fazendo uso de linguagem mais coloquial, tentando passar a imagem de “olha, eu te entendo, pois sou como você”.

O ETHOS PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

Dominique Maingueneau é um teórico do discurso que desenvolveu inúmeros conceitos a partir da Análise do Discurso de linha francesa, construindo a área como “um espaço de pleno direito dentro das ciências humanas e sociais, um conjunto de abordagens que pretende elaborar os conceitos e métodos fundados sobre propriedades empíricas das atividades discursivas” (2006, p. 2). Maingueneau oferece conceitos e métodos para entender os fenômenos dentro da prática discursiva (discursos políticos, literários, religiosos, publicitários etc.).

O ethos, também nessa linha teórica, é a imagem que criamos no discurso; pode ou não ter eficácia, dependendo dos ouvintes que estão presentes na comunicação (no que se refere a ideologia, classe e características sociais de quem ouve o discurso). A noção do ethos é a forma do enunciador representar sua identidade, associar traços e valores físicos e psicológicos nas estratégias de fala. Existem três dimensões na composição do *ethos*, segundo Maingueneau (2016): a **dimensão categórica**, que se refere aos papéis discursivos ou sociais do enunciador (brasileiro, professor); a **dimensão experimental**, que se refere às características sociais e psicológicas pré-concebidas (estereótipos/inconsciente coletivo), conceitos conhecidos por ambas as partes ativas em uma enunciação; a **dimensão ideológica**, que remete ao posicionamento ideológico do enunciador (esquerda, direita).

O desenvolvimento teórico do autor possibilita a distinção de diversas áreas da enunciação, utilizando o espaço social em que o discurso se situa, a qual gênero esse discurso pertence e qual a cenografia construída desse discurso. Por cenografia, entende-se o espaço onde ocorre esse discurso, não se tratando de um espaço físico, mas sim do

meio por onde a cena é transmitida (carta, panfleto, televisão, entre outros), pelos envolvidos na situação comunicativa. Esses elementos, incluindo o *ethos*, se apoiam no que o autor chama de “cena validada,” estereótipos sólidos na memória coletiva social, muitas vezes reforçados na comunicação.

CATEGORIAS TÓPICAS DO PATHOS

As “tópicas do *pathos*” são úteis para o tratamento do discurso político: tópica da dor, do prazer, tópica da angústia e seu oposto, a esperança, e por fim a tópica da antipatia e seu antônimo, a tópica da simpatia. Que reação se quer provocar no outro? Na perspectiva da análise do discurso, algumas questões devem ser resolvidas para haver a interação durante uma conversa: Como entrar em contato com o outro? Como impor sua pessoa de sujeito falante ao outro? Como tocar o outro? Como organizar a descrição do mundo que se propõe/ impõe ao outro?

Para entrar em contato com outro é necessário um processo de enunciação que é formado por: (a) justificar a razão pela qual se toma a palavra, pois tomar a palavra é um ato de exclusão do outro (quando um fala, o outro não fala) e (b) estabelecer certo tipo de relação com o outro no qual se assegura a ele um lugar, esse esquema corresponde ao processo de regulação. Para a pessoa se impor como sujeito falante ao ouvinte, é necessário que seja reconhecida como alguém digna de ser ouvida (ou lida), pois a consideramos confiável, carismática e podemos lhe atribuir confiança, a ponto de escutar o que ela diz.

Isso se trata de uma construção do sujeito falante, por si próprio, criando uma imagem que tenha o poder de atrair quem o ouve. A questão

de como tocar o outro é o objetivo do sujeito falante e para fazer com que o ouvinte o acate sem reflexões sobre a fala em questão e se deixe levar apenas pelo emocional. O sujeito falante recorre a métodos discursivos que tendem a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor ou de seu público com a intenção de seduzir, convencer ou o contrário, de lhe fazer medo.

Essa estratégia é um processo de dramatização com o intuito de provocar uma adesão passional em quem ouve o discurso, atingindo o emocional do público.

A CENA DO DISCURSO POLÍTICO

Para entender a cena do discurso político atual, utilizamos o populismo como exemplo. Populismo, segundo o dicionário Michaelis, é uma “prática política que se baseia em angariar a simpatia das classes menos favorecidas e de menor poder aquisitivo pregando a defesa de seus interesses”.

No discurso populista instaura-se o líder como salvador, não somente para incentivar um país, mas também para exaltar os valores do mesmo e se fazer o porta-voz do povo. Esses valores comunitários remetem à identidade originária do povo, como a valorização da “família tradicional brasileira”, a restauração dos valores cristãos e a onda de conservadorismo.

Lembrando que encontramos essa estratégia discursiva dramatúrgica em outros líderes políticos sem levar o discurso para o extremo. Mas, nesse caso, pode- se dizer que a estratégia discursiva populista é típica da democracia, sempre exaltando os valores de

identidade social, atualmente, conservadora. O recurso aos efeitos pathêmicos é constitutivo do discurso político. Um exemplo do recurso pathêmico no discurso político seria a frase repetida inúmeras vezes pelo presidente Jair Bolsonaro “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, pois essa colocação é utilizada como meio de unificar o povo brasileiro, como se fosse uma “massa” uniforme e evidenciar alguns dos valores estimados por ele, como a religiosidade e o patriotismo, se aproximando do discurso populista, entretanto, por vezes também se aproxima do discurso elitista².

Bolsonaro apresenta um discurso populista como meio de persuadir o povo (tanto das classes mais baixas, quanto mais altas), entretanto, representa uma postura conservadora nos valores e que se baseia na defesa de uma camada da sociedade (a tradicional, evangélica, militar), colocada como oposta a outras camadas, o que exclui as pessoas que não se enquadram na camada que ele busca defender. Essa tendência ao conservadorismo é mundial e, o fenômeno, no Brasil, foi influenciado diretamente pela eleição de Donald Trump nos EUA.

RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÕES

As análises consistem na identificação dos ethos e pathos criados pelo Presidente Jair Bolsonaro no discurso feito na ONU.

2 Em outubro de 2020, Jair Bolsonaro tentou fazer com que os postos de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde), que atualmente oferece atendimento médico e sanitário gratuitos para a população, fossem privatizados. A proposta não foi adiante devido às reações negativas da população.

Construção do ethos do presidente jair bolsonaro, por meio da seleção lexical apresentada no discurso da onu

A partir do discurso do Presidente, verificamos como ocorreu a identificação do(s) ethos construído(s) para esse pronunciamento. Assim, a título de exemplificação, temos a seguir alguns trechos:

TRECHO 1: “Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir; Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe; Chefes de Estado, de governo e de delegação; Senhoras e senhores, É uma honra abrir esta assembleia com os representantes de nações soberanas, num momento em que o mundo necessita da verdade para superar seus desafios (...)"

Em “nossa língua-mãe”, o Presidente busca evidenciar o patriotismo, reforçando o sentido de que somos uma unidade. Logo a seguir, ao se referir às nações como “nações soberanas”, verificamos que existe uma tentativa de iniciar o discurso passando a ideia de respeito e apreço pelos outros representantes, além de igualar-se a eles.

TRECHO 2: “A covid-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte”.

Esse excerto mostra que, na perspectiva de Bolsonaro, a doença tomou proporções maiores do que o necessário, tirando o foco de outras questões. Ao observarmos a escolha do termo “ganhou”, entende-se que

a covid-19 está competindo pela atenção da população junto a outros problemas (desemprego, crise econômica ou até mesmo outras doenças, como a dengue) já mencionados por ele em outros meios de comunicação. Ainda, ao comentar sobre as mortes, ele diz “quero lamentar” onde caberia “eu lamento”, como se fosse algo a ser feito não agora, mas no futuro, minimizando a urgência dos acontecimentos e evidenciando o seu distanciamento com a situação que o mundo está enfrentando.

TRECHO 3: “Desde o princípio, alertei, em meu país, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade” (...).

No trecho acima, começa a ficar evidente a presença dos ethos de competência e virtude, pois o Presidente constrói uma imagem que busca demonstrar sua preocupação que, aparentemente, foi ignorada em “Desde o princípio, alertei (...).” Essa imagem de preocupação remete ao pathos no discurso, pois busca sensibilizar o ouvinte para que este se comova quando ele sugere que foi visionário no início da pandemia, mas que não foi ouvido.

TRECHO 4: “Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o país (...)”.

Podemos observar uma transferência de responsabilidade, que contradiz o primeiro momento de seu pronunciamento, em que ele

usou ethos de competência. Antes, o objetivo era mostrar engajamento referente aos problemas da população, mas a partir desse trecho, pela decisão ter sido judicial, o presidente sai um pouco de cena, como se o poder de tomada de decisão tivesse sido transferido.

TRECHO 5: “Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “Fique em casa” e “A economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.”

De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra “politizar” tem dois significados e nenhum deles é negativo: 1 Fazer alguém ou a si próprio ter consciência de seus deveres e direitos de cidadão e reconhecer a importância da ação política; 2 Dar caráter político a algo.

Em “Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus disseminando o pânico entre a população”, houve uma ressignificação da palavra, transformando-a em vilã, causadora do pânico na população. A escolha da palavra “pânico”, está novamente enquadrada no contexto de pathos discursivo, pois ela pode representar uma carga emocional negativa, com a qual o Presidente quer que as pessoas se identifiquem. Ainda no viés da reação da população, ele acrescenta: “Sob o lema “Fique em casa” e “A economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.”. O fato de as frases estarem entre aspas, mostra que se considerou de muita importância mostrar que esse discurso foi dito por outras pessoas e que ele não compactua com essas colocações, reafirmando

isso em “quase trouxeram”. As aspas carregam um simbolismo nesse trecho, pois além de frisar que o discurso não é dele, também trazem uma conotação negativa, insinuando que a economia teria sido deixada de lado e a atenção tivesse sido voltada para algo de menor importância. Juntas, essas reflexões caracterizam o ethos de virtude, pois ele se mostra consistente no seu posicionamento criando a imagem de ser diferente dos demais, entretanto, existem duas concepções de virtude na cena política atual. Para parte da população, virtude seria justamente o que Bolsonaro contrapõe, tratar o isolamento social como prioridade. Mas, para o presidente, o ethos de virtude criado por ele, parte da premissa oposta, onde a economia deve ser priorizada.

TRECHO 6: “Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior”.

Neste trecho, retoma-se o *ethos* de competência ao mencionar “arrojada” e “medidas econômicas”, pois fica claro que essa era a prioridade ao lidar com a situação, mostrando-se competente frente ao problema. Em “mal maior”, novamente refere-se à economia, pois o “mal maior” seria, a seu ver, a recessão e não o crescente número de mortos por covid-19.

Em síntese, o discurso de Bolsonaro na ONU, isoladamente, mostra a predominância dos ethos de virtude e competência, bem como, a presença do *pathos*. Nota-se que houve uma troca, pois, ao mesmo tempo que ele usa do pathos no discurso para demonstrar sua suposta competência e virtude por meio dos *ethos* criados em prol de cativar o público e oferecer estabilidade, ele também busca a simpatia desse mesmo público, tentando estabelecer uma relação de confiança. Esse

discurso pode ser comparado ao que ocorre em um período de corrida eleitoral, por exemplo, onde um candidato em busca da reeleição procura evidenciar seus pontos fortes e acertos em seus discursos. É importante lembrar que também se fez uso do “jogo de máscaras”, que visa apresentar a verossimilhança e não necessariamente a verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, uma análise da construção do *ethos* discursivo do presidente Jair Bolsonaro a partir do discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU em 22/09/2020, explorou o jogo persuasivo característico do discurso político, que afeta uma sociedade, principalmente quando esta está enfrentando uma cena de calamidade pública. Mostramos que, apoiando ou não determinado político, é importante não se deixar influenciar pelo *ethos* e pelo *pathos* do discurso apresentado por ele, durante campanhas eleitorais ou durante seu governo, para evitar entrar no jogo da persuasão e manipulação que podem impactar, inclusive negativamente, a vida da população.

Para a construção do ethos do presidente Jair Bolsonaro, por meio da seleção lexical apresentada no discurso da ONU, pudemos identificar os *ethos* de competência e virtude escolhidos por ele para sustentar sua máscara de líder competente e engajado. No que se refere à hipótese, confirmou-se que a interpretação pode ser diferente para cada indivíduo levando em consideração diversos fatores. Desse modo, o discurso político carrega a responsabilidade de projetar mudanças no futuro, sendo essas positivas ou negativas. A hipótese foi confirmada e comprovada

pois no decorrer das análises verificamos que o discurso de Jair Bolsonaro apresentou elementos capazes de impactar a sociedade de forma negativa, pois seu discurso era um convite ao não cumprimento de medidas de segurança, como o isolamento social. A interpretação do discurso se torna uma particularidade de cada indivíduo, podendo ser entendido e colocado em prática de formas diversas, dependendo dos fatores citados acima.

Além disso, verificou-se que a caracterização do ethos de Jair Bolsonaro ocorre por meio do “jogo de máscaras” (CHARAUDEAU, 2008), onde ele tenta persuadir quem o ouve a concordar com suas ditas benfeitorias, apresentando meias verdades para sustentar seu discurso. O discurso que não informa a população com clareza e precisão leva as pessoas à desorientação dentro de um contexto pandêmico, pois a voz que deveria direcionar, não o faz, dividindo as opiniões e fazendo as pessoas agirem mais individualmente, sendo que o momento seria de pensar no coletivo.

Sendo assim, durante uma pandemia em que o discurso de um presidente difere do discurso de ministros e organizações da saúde, nota-se a polarização da população, onde quem o apoia se fecha em câmaras de eco (Sunstein, 2001), seguindo suas orientações e ideologias autoritárias, enquanto outros seguem orientações do discurso autorizado da esfera da saúde e da esfera científica, adotando uma conduta oposta à da autoridade máxima do país. A maior consequência desse discurso que, dentre outras coisas, nega o isolamento social, foi a diminuição do percentual de pessoas cumprindo o isolamento e, consequentemente, o aumento no número de infectados e mortos. Além disso, também contribuiu para o agravamento da desorganização e do estado de calamidade do país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Júlia. CAMPOS, Annelise C. S. M. **Ethos Discursivo e Cenografias no Discurso Político:** Uma análise das cartas abertas de Lula no período pré-eleitoral em 2002 e 2018. (Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655043/21102>. Acesso em 09 nov 2020)
- BRANCO, Viviane P. & DIEZ, Carmen L. **Análise do Discurso e Formação Discursiva.** UNIPLAC. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24702_13047.pdf, acesso em 09 de out 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde (Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em 07 out. 2020).
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2008. Tradução de Fabiana Komesu e Dílson F. da Cruz. Resenhado por Geraldo Cordeiro Tupynambá.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Uma análise semiolinguística do texto e do discurso.** Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em 11 out. 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2004. Tradução de Fabiana Komesu.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão.** São Paulo: Ática, 2002.
- DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 17 out. 2020.
- EDUARDO, Luiz F. M. **As estratégias do discurso político:** Uma Análise de Linguagens e Procedimentos Linguísticos, 2014 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/34956>. Acesso em 09 nov. 2020
- MACHADO, Ida L; MENEZES, William; MENDES, Emilia. **As Emoções no Discurso,** Volume 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. P. 240- 251, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação.** Curitiba: Criar Edições, 2006. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso Princípios & Procedimentos**. S. Paulo: Pontes, 1999.

PORTAL FIOCRUZ. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19> . Acesso em 18 out. 2020)

SOARES, Felipe B. **Esfera Pública e Desinformação:**
estratégias de circulação e legitimação da desinformação, 2019.
Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_7E57XD7TP7290OYNLQX9_28_7548_18_02_2019_10_15_21.pdf. Acesso em 10 out 2020.

WHO (World Health Organization). Disponível em: <https://www.who.int/> .
Acesso em 09 set. 2020.

CAPÍTULO

4

**Uma análise das imagens de si no
pronunciamento de posse presidencial
de Jair Messias Bolsonaro:
um (im)provável Presidente do Brasil**

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de Tocantins (UFT)

INTRODUÇÃO

Se “A política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 1999, p. 22), o discurso político é, então, a virtualização do travamento de combates nos quais se chocam cosmovisões distintas acerca de como conferir legitimidade a um projeto de poder entranhado no tecido de todo e qualquer governo. “Un gobierno es una institución que posee el poder exclusivo de poner en vigor ciertas reglas de conducta social en una área geográfica dada²” (RAND, 2009, 427). Política e governo, que parecem ser sempre noções cambiáveis entre si em algum lugar no interdiscurso, na verdade compõem um espectro discursivo a partir do qual a primeira engendra a segunda que, por sua vez, carreia, em um círculo contínuo, o uso e emprego das formas de gerir a vida pública.

Tanto a política quanto o governo materializam-se em sujeitos que se submetem às regras da ordem do discurso segundo a qual podem dizer X, mas não Y, erigindo, assim, uma determinada imagem que, provavelmente, é ratificada por outras práticas discursivas as quais podem ser observadas em sua conjunção com o quê e o como se diz. A manifestação de uma formação ideológica, de uma formação social e de uma formação discursiva no interior das (re)produções textuais de um representante do povo marca-lhe um grau de performatividade capaz de, em muitos casos, ser o próprio fazer do sujeito político independentemente de sua filiação partidária. Interessa-nos, portanto, o exame das imagens e de seus pro-

1 Texto derivado do artigo “(Im)prováveis presidentes do Brasil: uma análise das imagens de si nos pronunciamentos de posse dos presidentes Lula e Bolsonaro” publicado na Revista Humanidades & Inovação (v. 7 n. 24 [2020]: Análise do Discurso: o que é e como se faz?).

2 Em tradução livre: “Um governo é uma instituição que tem o poder exclusivo de impor certas regras de comportamento social em uma determinada área geográfica”.

cessos enunciativo-discursivos de construção, em especial, quando do primeiro pronunciamento de posse de um (im)provável presidente, Jair Messias Bolsonaro (em primeiro de janeiro de 2019).

Presidente (im)provável é uma nomeação por razões relativamente distintas, entre essas, Jair Messias Bolsonaro é (im)provável por uma dada conjuntura socio-histórica, segundo a qual um favorecimento tanto quanto “estranho” pôde levá-lo à cadeira de presidente da República do Brasil. Entre outras tantas coisas significativas, é sabido por todos que um representante máximo do povo deve ser o seu melhor exemplar de cidadão ou, pelo menos, aparentar sé-lo com as melhores credenciais. Não parecendo ser o caso de Bolsonaro. Esse jamais tinha concorrido ao cargo presidencial e, quando o fez, demonstrou nítida inaptidão quanto aos assuntos ligados à gestão pública, asseverando muito mais beligerância do que competência política, haja vista o fato de ter sido deputado federal por mais de 27 anos e ter apresentado, apenas, dois projetos de lei à Câmara Legislativa.

É inegável que Jair Messias Bolsonaro conquistou uma substancial parcela da população brasileira com dizeres que agradavam seus correligionários e, em alguma medida, desagradavam àqueles que não lhe depositavam confiança ou, ao contrário, tinham-no como incapaz de governar. Desse modo, é possível afiançar que uma série de táticas argumentativas foram empregadas por ele e seus apoiadores ao longo da campanha presidencial com o intuito de emocionar, sensibilizar, seduzir, persuadir, convencer e conquistar o coração do público eleitor. Não se pode olvidar que a política é uma grande guerra discursiva, considerada por Charaudeau (2017), uma guerra simbólica. Todavia, aqui nos interessa, antes, investigar o seu primeiro pronunciamento como um evento no qual foram projetadas ou resgatadas imagens discursivas que, a partir do momento de sua mobilização, ganharam o status de imagem

própria do sujeito presidente para atingir o seu interlocutor, afinal o ethos está a serviço de um projeto de influência do Eu sobre o Outro (CHARAUDEAU, 2017). Entre as formas de criar a imagem de si no discurso, encontra-se o dizer e, sobretudo, como esse é feito e quais os mecanismos de produção estão presentes em sua enunciação.

Assim, nosso principal objetivo é descrever e interpretar, à luz da Análise do Discurso, os mecanismos constituintes do processo enunciativo-discursivo do ethos de Jair Messias Bolsonaro, pertencente a uma situação de comunicação específica, integrado a circunstâncias sócio-históricas também específicas (MAINGUENEAU, 2008a), como um procedimento analítico que possa contribuir para a compreensão das forças de construção sociais e históricas responsáveis pela criação da figura desse presidente, que, por sua vez, desdobra-se na observação do que é a edificação de uma imagem discursivizada no interior do pronunciamento oficial de posse presidencial e seu eco nas posteriores práticas discursivas desse sujeito, já que “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” (ORLANDI, 2012, p. 47). Para levarmos a cabo tal intento, temos como corpus o primeiro pronunciamentos de posse de Bolsonaro proferido em primeiro de janeiro de 2019, retirado do site do Jornal Folha de São Paulo. Porém, antes de avançarmos para a análise, precisamos tracejar a matriz teórica e o aparato metodológico cuja operacionalização permitem sua realização.

MATRIZ TEÓRICA E APARATO METODOLÓGICO

Para que se possa alcançar tal objetivo, é fulcral a importância de tecer, nas próximas linhas, o horizonte teórico-metodológico que

viabiliza nosso dispositivo de análise. De acordo com as orientações de Orlandi (2003, p. 27), “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões”. Em preendemos, a seguir, o recenciamento dos conceitos que subsídiam o exame de nossa análise acerca do pronunciamento de posse presidencial de Jair Messias Bolsonaro em primeiro de janeiro de 2019.

A despeito da distinção entre dispositivo teórico e dispositivo analítico, caminhamos na esteira orlandiana, quando observamos que “o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2003, p. 27). Segundo a autora, deve-se pensar o dispositivo analítico como já “individualizado” pelo próprio analista, diferente do dispositivo teórico que diz respeito aos princípios gerais da Análise do Discurso como forma de conhecimento com seus métodos e conceitos próprios.

Orlandi conceitua o discurso como sendo a palavra em movimento. Como entremedio da língua e da fala, o discurso é o ponto de intersecção e efeito de sentidos entre os interlocutores. Os estudos discursivos mostram a opacidade da linguagem e a não transparência da língua. Dito de outro modo, é de fundamental relevância que o analista tenha ciência do dispositivo teórico que embasa sua análise enquanto campo de conhecimento para que o mesmo não venha a cair em armadilhas, como, por exemplo, crer que “há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2003, p. 26).

Desde a “Análise Automática do Discurso de 1969” (PÊCHEUX, 2010) até as “Novas tendências em Análise do Discurso” (MAINGUENEAU, 1997b), quase todos os principais estudiosos firmaram suas bases teóricas tanto em Michel Pêcheux quanto em Michel Foucault (SOARES, 2020). Para Pêcheux (2010, p. 109), “chamamos discurso uma sequência linguística limitada por dois brancos semânticos e que corresponde a condições de produção discursivas definidas”.

Outra fundamental contribuição para formulação de uma teoria do discurso foi a de Michel Foucault. Distanciando-se do Materialismo Histórico que tanto embalsamou os conceitos de Pêcheux, Foucault propôs-se a pensar o discurso a partir de um ordenamento, que pode ser tanto interno quanto inerente ao mesmo (SOARES, 2020). Sob suas palavras, “suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2009, p. 8-9). Portanto, “Muito pode ser dito sobre o discurso, mas, antes de qualquer coisa, é fundamental compreendermos que o discurso é a própria sociedade funcionando manifestadamente através dos jogos de sentidos” (SOARES, 2019, p. 26).

Até aqui, podemos asseverar que os conceitos sobre o que é o discurso, bem como sua funcionalidade auxiliam-nos no sentido matricial ao que se pretende realizar na presente análise. Pois, o discurso, se considerarmos a explicação pecheutiana, não se realiza no vazio, ou ele mesmo não é sua fonte originária. Está quase sempre ligado a outros dizeres, às condições discursivas de produção e ao que já foi dito e que está na “memória discursiva” (ORLANDI, 2003). O discurso de posse presidencial, utilizado como objeto condutor de nossa análise, não se

ancora somente na imagem que pretende construir em seus respectivos meandros discursivos, mas em outros dizeres que não estão materializados ali, porém fazem parte do que ali se diz. “Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (ORLANDI, 2003, p. 30).

Se também nos alinharmos aos pressupostos teóricos de Foucault, teremos no horizonte que não há ingenuidade no dizer, ou uma linearidade discursiva. Há uma ordem do e no discurso que o constituiu e o autoriza a ser enunciado. “Para Foucault, aquilo que define uma formação discursiva não é a unidade que tão-somente existe entre enunciados, mas, isto sim, um sistema de dispersão que, de certa forma, viabiliza a detecção de regularidades enunciadas” (SOARES, 2017, p. 28). É em busca dessas regularidades enunciativas, nas aproximações e distanciamentos presentes no primeiro pronunciamento presidencial de Jair Messias Bolsonaro tidos como objeto de investigação, que assim trilhamos esta análise, não perdendo de vista que “para a Análise do Discurso, a língua não é transparente e tampouco um mero instrumento que serve para transmitir um sentido produzido” (SOARES, 2018, p. 108).

Ao termos essas considerações no horizonte, o dispositivo analítico “individualizado” é esboçado teoricamente em relação ao conceito de *Ethos*, mobilizado por Patrick Charaudeau (2017) com as noções de “pré-construído” e “memória discursiva”, ambos tracejados conceitualmente por Orlandi (2003). Assim, esses se tornam operadores analíticos que garantem nosso dispositivo teórico-metodológico, permitindo-nos investigar como as imagens de si resgatam dizeres anteriores, constituindo, desse modo, sujeitos e sentidos e, em filigrana, compreender como o *ethos* é construído no primeiro pronunciamento oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Acerca da relação entre o político e o discurso, Charadeau adverte-nos que o discurso em si não é político, mas, sim, a situação de comunicação. Em suas palavras:

A análise do discurso, contrariamente às disciplinas anteriores, não se questiona sobre a legitimidade da racionalidade política, nem sobre os mecanismos que produzem esse ou aquele comportamento político, nem sobre as explicações causais, mas sobre os discursos que tornam possíveis a emergência de uma racionalidade política quanto a regulação de fatos políticos (CHARAUDEAU, 2017, p. 37).

O *ethos*, ou a construção da imagem de si no discurso, para Charadeau, está intrinsecamente ligada ao ato de linguagem. Toda vez que falamos, deixamos transparecer a nossa imagem. “No domínio político, a construção da imagem só tem razão de ser se for voltada para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados” (CHARAUDEAU, 2017, p. 87). Essa talvez seja uma das questões mais caras ao prosseguimento de nossa análise: as imagens, materializadas pelo ethos no primeiro pronunciamento do presidente (im)provável, só existem em função daqueles ao qual se dirigem. Por mais que o sujeito-presidente inscreva-se em uma formação discursiva na qual se espera que “governe para todos”, sabe-se que a depender de quem o seja, irá atender as necessidades deste ou daquele grupo social. “O ethos é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros” (CHARAUDEAU, 2017, p. 87).

Os desejos, anseios e expectativas dos interlocutores (eleitores e população em geral) mobilizam um “dizer-comum”, que constrói um já-dito operante na formação das imagens de si. Orlandi sintetiza este “pré-construído” ou o já-dito como memória discursiva.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em

relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamados memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2003, p. 31).

Dessa mesma perspectiva, em um estudo sobre o ethos nos discursos do ex-presidente Lula, Natália Rocha Oliveira Tomaz e Lúcia Helena Martins Gouvêa (2017) elaboraram um horizonte teórico pautado nas considerações tecidas por Charaudeau. Dentre elas, “é importante destacar que esse processo de construção do ethos por parte do enunciador é, no mais das vezes, inconsciente, orientado, principalmente, pelas condições que lhe são impostas” (TOMAZ; GOUVÊA, 2017, p. 448), ao que Pêcheux denomina de “condições de produção”. Portanto, mais uma vez, ressaltamos a ideia de que as construções das imagens de si não se assentam no vazio, ou muito menos caem do céu. São determinadas, contextualizadas e estão relacionadas às condições discursivas de produção de um dado período, constituindo, assim, sua historicidade.

Ao partir desse princípio da construção das imagens de si, Charaudeau agrupa os diferentes e possíveis *ethos* do discurso político em duas grandes categorias: ethos de credibilidade e ethos de identificação. “A credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado de construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos julgá-lo digno de crédito” (CHARAUDEAU, 2017, p. 115). Ou seja, o que leva o ouvinte de um discurso a ter a impressão de o orador ser digno de fé é a persuasão pelo ethos (ARISTÓTELES, 2005)

e, nesse caso, para que o ethos de credibilidade se efetive é “necessário que esta confiança seja resultado de discurso e não uma opinião prévia sobre o caráter do orador” (ARISTÓTELES, 2005, §1356a, p. 96).

Duas questões são pertinentes para o presente texto, quando se trata do ethos de credibilidade seguindo a perspectiva de Charaudeau: a primeira é que o sujeito se torna digno de crédito a partir do momento em que constrói uma ponte entre aquilo que diz com aquilo que faz. A segunda é que o propósito da credibilidade dentro do discurso político é tentar convencer determinado público no qual já se tem algum tipo de poder e influência exercida por quem está emanando o discurso. Posto que esse ethos está ligado ao locutor como tal; é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável” (DUCROT, 1987, p. 281).

Já o segundo *ethos*, o de identificação, possui uma característica que o diferencia do de credibilidade. “Os ethos baseados na identificação entre a instância cidadã e a instância política constroem-se por uma via distinta dos ethos de credibilidade. Em vez do uso da razão, o apelo recai para a afetividade” (TOMAZ; GOUVÊA, 2017, p. 450). Em outros termos, o sujeito político constrói sua imagem de si no discurso erigindo aspectos humanos, solidários, éticos, que necessariamente não precisam ser julgados pelo grande público: o próprio dizer o autoriza a ser virtuoso ou um sujeito de “caráter”. Será que esse (im)provável presidente estruturara seu ethos a partir das considerações tracejadas acima?

ANÁLISE DO PRONUNCIAMENTO DE POSSE PRESIDENCIAL DE BOLSONARO (2019)

Aqui analisamos, via conceito de *ethos* ancorado no aparato teórico derivado da Análise do Discurso, as construções enunciativo-discursivas presentes no pronunciamento de Jair Messias Bolsonaro quando de sua posse presidencial em primeiro de janeiro de 2019. Para que o exame proposto possa ser colocado em marcha, esclarecemos que o procedimento metodológico de seleção e separação de sequências de enunciados observou, prioritariamente, a nuclearidade temática que os envolvem. Por isso, dessa triagem textual, passamos à primeira parte da análise que consiste em atentar-se às enunciações, mais regulares e recorrentes, a fim de elegê-las e agrupá-las em famílias de enunciados que foram denominadas “Enunciados de Base”, doravante EB. Assim, sob cada EB, seguem-se várias sequências enunciativas que obedecem a determinadas regulações temáticas.

Extraímos cinco EBs que parecem sumarizar boa parte de elementos frequentemente apontados na campanha eleitoral de 2018: EB religiosa, EB autorrefencial, EB de planejamento, EB ética e EB econômica. Essas retomam outros dizeres, reformulam já-ditos, apagam e silenciam sentidos para erigirem “imagens de si” no processo enunciativo-discursivo, isto é, o *ethos*. “Na medida em que o ethos está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos” (CHARAUDEAU, 2017, p. 117). Na construção do ethos, compreendemos um necessário atravessamento da língua(gem) e da história constituindo indivíduo em sujeito circundado por formações discursivas diversas, portanto, aqui investigaremos a projetividade do sujeito no discurso através da compo-

sição enunciativa de sentidos mobilizados no pronunciamento de posse do então presidente Jair Bolsonaro.

De escolhas lexicais que passam de uma formação discursiva “branda” ao encontro de argumentos vazios, solidificados no senso comum, que se constroem no âmbito da persuasão falaciosa, os diversos *ethos* do presidente são edificados. Dessarte, assinalamos um dos principais procedimentos enunciativos empregados no texto sob análise: a enunciação elocutiva. “A enunciação elocutiva é expressa com a ajuda dos pronomes pessoais de primeira pessoa acompanhados de verbos modais, de advérbios e de qualificativos que revelam a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal” (CHARAUDEAU, 2017, p. 174). Todavia, outros mecanismos podem ser observados nos EBs a seguir.

EB religiosa

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operou um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus!

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida.

Com a bênção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos. Muito obrigado a todos vocês.

Brasil acima de tudo!

Deus acima de todos!

Nesse EB, existe uma retomada da memória discursiva bastante pontual quando do agradecimento de Bolsonaro por estar vivo, já que esse se refere à facada que tomou em Juiz de Fora (MG) e da qual foi salvo, atribuindo seu salvamento à vontade divina. Importa-nos observar o funcionamento argumentativo desse EB como um expediente que atravessa e constitui uma das imagens do presidente, qual seja, a de escolhido. Ao dizer que, depois de um momento trágico, está vivo por um desejo de Deus, diz também o que na memória discursiva encontra-se sob a forma de um regime argumentativo pré-construído segundo o qual o escolhido para dirigir o povo foi antes “tocado” por Deus. A menção a Deus não é gratuita como podemos ver; nela reside a mobilização da religião e da memória discursiva dessa. “A religião, sendo vista enquanto discurso, leva a apreender um dos lugares de sua constituição: o discurso religioso como a territorialização da espiritualidade do homem. É onde ele a constrói e expressa” (ORLANDI, 1987, p. 8-9).

EB autorrefencial

Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

O eixo enunciativo a partir do qual centraliza-se o EB acima é o dizer de si para outro e, para tanto, emprega-se a enunciação elocutiva. É certo afirmar que enunciadores usam desse recurso quando precisam valorizar a si através de sua própria história, pois a elaboração de um *ethos* potente para governar um país das proporções do Brasil parece demandar uma imagem condizente com tamanha estrutura. Vejamos isso no contexto enunciativo *Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil*. No fio desse discurso, é possível perceber um “ethos de superioridade, ao mesmo tempo que constrói para si uma imagem altruísta” (FERNANDES; SOARES, 2020, p. 48). Contudo, a experiência referenciada é um tanto vaga e engendra um efeito de imagem vazia, porquanto estar por 28 anos na mesma casa legislativa, no Brasil, não é um depoimento favorável à construção de um ethos de sério, de credibilidade ou mesmo de competência. Em outros termos, falar por quanto tempo se fez algo é diferente de dizer o que realmente se fez. Ora, ainda que se pudesse levantar a possibilidade da criação de um *ethos* de competência subsidiária na experiência de 28 anos como deputado, as atuais condições de produção da leitura de tal extensão de mandatos comprometem significativamente o efeito de credibilidade possivelmente pretendido. Em seu pronunciamento, Bolsonaro é projetado na enunciação de si dizendo o que fez: “grandes embates e acumulou experiências e aprendizados”.

EB de planejamento

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, conservando nossos valores. O

Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do poder Central para estados e municípios.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

amos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares.

Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

amos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.

Ainda fazendo uso da enunciação elocutiva, é posto em discurso a projeção de atos do governo que, por sua vez, dizem tanto de como funcionará a nova gestão quanto de como foi a anterior. O planejamento visa, em muitos pontos, (des)fazer o que foi realizado, voltando-se à supressão da ideologia militante, ao fortalecimento da segurança pública e ao empreendimento de reformas estruturantes. “Nesse ponto, o impossível e a contração se conjugam, manifestando o real da história” (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 94). A memória discursiva traz em seu interior a continuidade da oposição de forças antagônicas quando chegam ao “poder” para governar referindo-se às anteriores como fracassadas e ultrapassadas ou mesmo como compulsoriamente destrutíveis à soberania nacional. Vale ressaltar o fato de existir o atravessamento do EB religiosa como uma espécie de conservação necessária de seu valor social para chancelar o planejamento.

Nesse EB, figura-se o ethos de caráter, de acordo com Charaudeau (2017), forte o suficiente para praticar as mudanças necessárias ou mesmo a figura de coragem “que dá a entender ao cidadão que o político que a possui saberá enfrentar a adversidade sem enfraquecer e sem ceder à demagogia” (CHARAUDEAU, 2017, p. 143).

EB ética

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser

apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

A partir desse EB, temos a projeção da imagem da ética do político e de seus sentidos mobilizados no interior da memória discursiva de tal modo que o ethos de virtude é acionado.

O ethos de virtude é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e honradez, ao menos, em uma visão nobre da política (CHARAUDEAU, 2017, p. 124).

“Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo por um processo que tem como fundamento a ideologia e, eu acrescentaria, tendo como unidade o texto” (ORLANDI, 2012, p. 47). Grosso modo, a tematização da ética passa diretamente pelo funcionamento do aspecto econômico da máquina estatal e de seu impacto “tangível na vida política brasileira”. Assim, essa mobilização do *ethos* de virtude efetua, em boa medida, o efeito de sentido de ética articulado à corrupção; em outros termos, ética é o combate à corrupção, que, por sua vez, refere-se, via condições de produção, à gestão anterior.

Fossemos apontar a movimentação argumentativa da elaboração desse EB, observaríamos a seguinte estratégia: o argumento *ad rem* (voltando-se para o objeto, ética) gerando sub-repticiamente um argumento *ad hominem* (convergindo-se para o oponente, administração antecedente). “A extrema plasticidade axiológica das palavras do discurso dificulta a sua análise moral e exige a elaboração de um dispositivo global de análise relativa ao conjunto do ambiente” (PAVEAU, 2015, p. 326). Todavia, mesmo que o acionamento do ethos de virtude seja uma das características desse emprego já banalizado do combate à corrupção, cabe trazer à baila o núcleo conceitual da formação discursiva: “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2011, p. 73).

EB econômica

Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.

Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados.

Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico.

A respeito de economia, as formulações comumente construídas no tempo enunciativo do futuro encerram o início de um momento histórico no qual o país receberá uma série de mudanças. No entanto, não é possível perceber quais serão as reais ações a serem tomadas, de modo que o dizer parece já um fazer. A modalidade deôntica é açãoada, sobretudo, no sintagma *o governo não gastará mais do que arrecada* ao passo que tal enunciado é uma retomada da memória discursiva na qual está sua ancoragem histórica; em outros termos, há um implícito colocado em funcionamento.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase (ACHARD, 2007, p. 13).

As ditas “pedaladas fiscais”, que foram as responsáveis pelo crime de responsabilidade a partir do qual a presidente Dilma Rousseff foi deposta, também foram chamadas de gasto orçamentário excedente à arrecadação. Ora, o implícito de crítica ao governo petista parece ser uma marca constante no processo enunciativo-discursivo resultante do *ethos* político de Bolsonaro. Cabe, portanto, lembrar que as condições de produção nas quais a campanha eleitoral deu-se marcaram uma constante retomada de seus inimigos (imaginários) sempre discursivizados para a tomada de distância, a qual é realizada por seu dizer nuclearizado pela economia. Estratagema aparentemente recorrente no discurso político (PIOVEZANI, 2009), bem como os demais recursos identificados pela análise.

Assim, empreendido o gesto de leitura segundo o qual se depreenderam os processos de composição e de estruturação enunciativo-discursiva dos ethos presentes no pronunciamento de posse presidencial de Jair Bolsonaro, “seu efeito próprio é o de uma ‘espécie de retorno do saber no pensamento’ ou ainda é um processo de sustentação” (MALDIDIER, 2017, p. 53, aspas da autora) de conteúdos já disseminados em outros momentos e outros lugares.

Portanto, como é possível verificar, os diferentes EBs já propõem as primeiras relações enunciativo-discursivas capazes de produzir o ethos do presidente da República que formalmente acaba de tomar posse. O modo pelo qual as articulações desses EBs criam imagens de si no discurso, chancela a retomada de uma série de elementos presentes na memória discursiva adotada na própria campanha eleitoral e, sobretudo, permite-nos compreender os jogos de poder presentes na fabricação de imagens fugazes que mais denegam as próprias condições de produção do que a essas se aliam, engendrando e disseminando uma “nova narrativa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste texto foi analisar, principalmente, via noção de *ethos* discursivo, como foram mobilizadas e construídas as imagens de si através do pronunciamento de posse presidencial de Jair Messias Bolsonaro em 2019. A partir desse intento, percebemos que a construção enunciativo-discursiva do presidente, que aqui chamamos de (im)provável, inaugurou seu exercício executivo, sendo marcado por aproximações de conteúdos já disseminados, mirou a construção de um moralismo fundado em valores solidificados, entre outras coisas, na

religiosidade. Nossa metodologia apresentada por meio do rastreamento e sedimentação do texto sob enunciados base, EBs, deu-nos melhores condições de observar como uma gramática discursiva engendra assuntos que, por sua vez, recebem da memória discursiva as constrições de produção necessárias para serem enunciados.

Foram mantidos os EBs autorreferencial, de planejamento, ética e econômica que, em boa medida, tiveram como suporte semântico de construção semelhanças enunciativas. No limite, essas demonstraram, antes, um relativo distanciamento, embora em cada um desses enunciados base sempre houve a preocupação com a mudança, como se essa fosse um mote. Diferentemente disso, alguns enunciados de base não foram encontrados, como, por exemplo, histórica, do trabalho, sentimental, comumente percebidas em enunciados dessa natureza (SOARES; SANTOS, 2020).

No pronunciamento, da enunciação elocutiva à delocutiva, passando pela alocutiva, o *ethos* gradualmente fora fabricado a partir da mobilização de recursos linguísticos, projetando imagens no discurso. Em uma síntese mais ou menos rápida, verificamos que a figura política do presidente Jair Messias Bolsonaro é composta pelos *ethos*: *de competência, de caráter e de virtude*. Com essas imagens de si constatadas a partir da análise, não queremos sugerir que o dizer é um fazer, mas, a nível discursivo, ambos estão intimamente conectados, para não dizermos que um não se faz sem o outro.

É precisamente, dessa forma, que a composição do *ethos*, em cada um dos EBs, indicializa uma dada postura política e aponta, por conseguinte, para uma formação discursiva responsável pelo dizer e seu modo de enunciar, organizando de tal modo a produção de

sentidos vinculados à estruturação das imagens de si. Assim, encontra-se no macrocosmo discursivo de estabilização simbólica do *ethos* político, presente no pronunciamento, o confronto entre imagens de si distintas, o que, por sua vez, implica, nesse caso, cosmovisões praticamente antagônicas. Se pudéssemos traduzir e simplificar ao máximo a virtualização do choque entre forças contrárias no espaço de edificação desse presidente (im)provável, seria desse modo:

O oprimido *faz* o mundo e possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política). O opressor conserva o mundo, a sua fala é completa, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação, e a linguagem do opressor, a eternização (BARTHES, 2003, p. 24, grifos do autor).

Talvez, esse dualismo não possa ser observado tampouco constatado sem instrumentos adequados e afinados para tal uso. Contudo, não é necessário dispor de tão boa intuição para compreender que o pensamento de Barthes acerca da necessária contradição entre o oprimido e o seu opressor ainda tem alguma razão de ser nos dias atuais; maior perspicácia reside ainda na seguinte constatação: “Certos mitos amadurecem melhor em certas zonas sociais; também existem microclimas para o mito” (BARTHES, 2003, p. 24). Portanto, de acordo com nossa análise e a consideração barthesina, as imagens de Jair Messias Bolsonaro são menos (im)prováveis do que seu pronunciamento de posse as fazem parecer.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do científico. Trad. José Horta Nunes. In: ACHARD, P. [et al.]. **Papel da memória**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ARISTÓTELES. Retórica. Prefácio e introdução: Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Revisão: Levi Condinho; Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. In: MESQUITA, Antônio Pedro (Coord.). **Obras completas de Aristóteles**. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. v. VIII, t. I.

BARTHES, R. **Mitologias**. Trad. Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Trad. de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-219.

FERNANDES, E.A.S.; SOARES, T.B. Discurso da luta contra a violência: O porte de armas e os seus efeitos de sentido. **Revista Entremeios**. Volume 23. Ed. Especial, 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A Língua inatingível**. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2 ed. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2017.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1997b.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11-29.

ORLANDI, E. Apresentação. In: ORLANDI, E. (org) **Palavra, fé, poder**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani [et. al.]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagem, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAND, A. **Capitalismo: el ideal desconocido**. Trad. Luis Kofman. Buenos Aires: Grito Sagrado Editorial, 2009.

SOARES, T. B.; SANTOS, M. D. V. (Im)prováveis presidentes do Brasil: uma análise das imagens de si nos pronunciamentos de posse dos presidentes Lula e Bolsonaro. **Humanidades & Inovação**, v. 7 n. 24, (Análise do Discurso: o que é e como se faz?) out. 2020.

SOARES, T. B. **Discursos do sucesso: a produção de sujeitos e sentidos do sucesso no Brasil contemporâneo**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.

SOARES, T. B. **Percurso linguístico: conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas: Pontes, 2018.

SOARES, T. B. Teoria Crítica e Análise do Discurso: a mídia como objeto comum. **Porto das Letras**, v. 5, n. 1, p. 21 - 38, 9 mar. 2019.

SOARES, T. B. 1969, o ano que não terminou: o acontecimento da Análise do Discurso. In. BUTTURI Junior, Atilio; BRAGA, Sandro; SOARES, Thiago Barbosa (org.). **No campo discursivo: teoria e análise**. Campinas, SP: Pontes, 2020.

TOMAZ, N. R. O.; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Um estudo do ethos em discursos do ex-presidente Lula. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 441-471, 2017.

CAPÍTULO 5

Signos ideológicos no primeiro discurso de Bolsonaro sobre a pandemia

Priscila Aline Rodrigues Silva
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Rayssa Duarte Marques Cabral
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

INTRODUÇÃO

A palavra é o signo ideológico por excelência (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006). Ela, enquanto enunciado, dialoga com uma cadeia de significados incorporados a ela em diferentes contextos históricos, locais, culturais e sociais. É endereçada a diferentes sujeitos, objetivando atingir diferentes propósitos. Nesse sentido, a escolha de cada palavra na construção de um discurso reflete uma ideologia, uma forma de compreender e interagir com o mundo e, ao mesmo tempo, de (re)construí-lo discursivamente.

O discurso se materializa pelo uso da língua concreta e viva (BAKHTIN, 2002 *apud* BRAIT, 2006) e coloca em diálogo os sujeitos que dele participam produzindo e percebendo sentidos dentro de uma corrente histórica, geográfica, cultural e social. Logo, o todo discursivo não é construído apenas pelo falante, mas também pelo ouvinte, pois ocorre dentro dessa cadeia de significados compartilhados que constroem ideologicamente os sujeitos e a sociedade. E é nesse diálogo com o Outro que o enunciado participa da construção da realidade.

Em todas as esferas da atividade humana a linguagem é utilizada de forma a refletir ou refratar ideologias. Na esfera política não é diferente. Partindo dessas premissas, este capítulo faz uma análise do primeiro discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente da República do Brasil, para tratar da pandemia do COVID-19, uma doença respiratória provocada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (Sars-CoV-2). A fim de compreender os efeitos de sentido dos signos “família”, “deus” e “pátria”, constantemente utilizados nos discursos do presidente e reforçados no enunciado em questão, este trabalho

investiga as formas de interação verbal do presidente na esfera pública brasileira; elucida as principais características de sua enunciação e analisa os sentidos refletidos e refratados pelos signos supracitados. Finalmente, apresentamos as consequências possivelmente advindas desse primeiro diálogo entre o dirigente da nação e os cidadãos brasileiros no que diz respeito ao isolamento.

A ESFERA PÚBLICA E OS DISCURSOS DE BOLSONARO

As interações verbais de Bolsonaro ocorrem na esfera pública, que consiste no espaço de diálogo entre estado e sociedade. Construída por mídias como jornais, redes sociais, rádio e televisão, ela é palco de debates e discursos que comunicam ou influenciam as decisões do sistema político e intermedian a relação entre os atores e as ações dessa esfera (SILVA, 2020). É neste espaço virtual que pessoas públicas se enunciam como representantes de milhões de brasileiros anônimos que estão fora dos holofotes midiáticos. E, ao falar, ao mesmo tempo em que trazem as vozes ocultas desse grande público, também as remodelam em um movimento dialógico e alteritário. Personalidades como Jair Messias Bolsonaro não escapam a este fenômeno e se constroem estrategicamente nessa esfera pública a partir dele.

Nos últimos anos, a esfera pública brasileira foi palco de grandes conflitos políticos. O governo do Partido dos Trabalhadores – com todas as suas tensões e contradições – incluiu no debate político uma classe até então mal representada. A representatividade dos trabalhadores na política, embora não eliminasse as desigualdades sociais, abalava o poder hegemônico das classes dominantes. Para Mikhail Bakhtin,

todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (2006, p. 48).

Nesse sentido, o signo reflete também a luta de classes (BAKHTIN, 2006), pois contrapõe interesses de diferentes grupos. Assim como antecipa Bakhtin, quando a classe trabalhadora e os brasileiros marginalizados se sentem representados e inseridos no debate político ocorre uma reação da classe dominante para retomada do controle e resgate dos valores do passado. Com as tensões e contradições do Partido dos Trabalhadores noticiadas em tom novelesco pelas mídias, movimentos conservadores ganharam força e aderência entre as massas.

Como consequência dessas forças reacionárias, Bolsonaro ganha visibilidade na esfera pública e chega à presidência mesmo sem consideráveis realizações políticas e utilizando discursos considerados nada politicamente corretos. O uso de determinados signos linguísticos que refletem valores conservadores contribuiu sobremaneira para sua popularidade.

Enfatizando incessantemente os perigos de uma esquerda caracterizada como um “demônio vermelho”, Jair se apresenta como a sua antítese: o mito herói, o Messias. A visão maniqueísta de mundo é constantemente reforçada, separando o “nós”, cidadãos de bem, do

“eles”, comunistas ou petralhas. A ideia de bem e mal, verdade e *fake news* também é constantemente apresentada dentro dessa lógica. Seu lema de campanha, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, reforça sua posição nacionalista, absolutista e cristã. O trecho do evangelho de João, capítulo 8 versículo 32, “e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” também é repetido inúmeras vezes nos pronunciamentos do presidente para asseverar sua posição de verdade. O apelo à moral e a família também é um recurso repetidamente utilizado para despertar identificação com seu eleitorado. Além do mais, a facada sofrida em 06 de setembro de 2018, durante o período eleitoral, selou a imagem de mártir desenhada por ele.

Bolsonaro endereça seus enunciados para um público muito bem definido, que dialoga com seus valores fundamentalistas religiosos e internaliza a demonização do governo anterior. Tal estratégia, aliada ao uso das mídias de comunicação de massa que disparam suas mensagens, permite que os signos supracitados sejam frequentemente ressignificados em uma corrente dialógica com seus eleitores, transformando-o em um símbolo de salvação e legitimando sua posição de autoridade. Deste modo, autor, herói e ouvinte constroem-se mutuamente em uma cadeia dialógica ininterrupta. “Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade (BAKHTIN, 2006, p. 29).

Ademais, se o discurso na vida se relaciona com a situação extra verbal que o engendra (VOLOCHINOV, 1926), os discursos de Bolsonaro dialogam também com o contexto histórico em que se inserem e também assumem outros sentidos nesse contexto. Em 2020, nosso país está for-

temente afetado pela pandemia de COVID-19. As consequências sociais e econômicas do vírus intensificam ainda mais a crise política há muito instalada no cenário brasileiro e os signos utilizados frequentemente por Bolsonaro revelam ou mascaram suas políticas de governo. Por isso, para compreender os discursos do presidente neste contexto, este artigo analisa seu primeiro pronunciamento sobre a pandemia, de 24 de março de 2020, bem como seus impactos no comportamento social.

AS CARACTERÍSTICAS DO DISCURSO POLÍTICO DE BOLSONARO

Os discursos de Bolsonaro adentram a esfera pública a partir de diversos meios. De acordo com Bakhtin (2006) cada época e grupo social têm um determinado “repertório de formas de discurso na comunicação socio-ideológica” (p. 44) que são influenciados pela estrutura socio-política e determinam os temas dos atos de fala. Nesse sentido, os discursos e pronunciamentos políticos não escapam a esse fenômeno. As interações de Bolsonaro com o grande público refletem essas formas relativamente estáveis de enunciados, adequando-se aos gêneros mais pertinentes para cada tipo de enunciação.

O presidente alimenta uma relação bastante direta com seu eleitorado por meio de redes sociais como Twitter, Instagram e Facebook, além de suas *lives* e pronunciamentos oficiais para a imprensa. O uso das redes sociais permite uma comunicação mais direta com o eleitorado, que corrobora para a construção da imagem de governante que Bolsonaro almeja, visto que elas são alimentadas com textos e vídeos que

promovem as ações governamentais. Contudo, é no plano da oralidade que as suas ideologias encontram uma arena de disputa de sentidos bastante contraditórios, que revelam um querer ser do autor que vai de encontro com suas práticas. Os pronunciamentos oficiais de Bolsonaro, enquanto discursos pertencentes à esfera pública e política, apresentam características relativamente estáveis (BAKHTIN, 2016). Seu conteúdo temático, forma composicional e estilo apresentam traços do discurso político persuasivo. Como apresenta Patrick Charaudeau (2009), os discursos e pronunciamentos políticos são constantemente marcados pela argumentação, que se constrói por meio de organizações discursivas que objetivam convencer o interlocutor a tomar uma posição diante de uma questão.

O autor explicita que a política é um espaço onde se instalam “relações de forças simbólicas para a conquista e manejo de um poder que não se pode exercer senão quando se baseia em uma legitimidade adquirida e atribuída¹” (CHARAUDEAU, 2009, p. 283). Por isso o ator político busca conquistar credibilidade e persuadir seu público, elucidando o compartilhamento de determinados valores. Podemos observar esses aspectos nas organizações discursivas de Bolsonaro em seu pronunciamento de 24 de março, que não foge à regra de seus discursos anteriores e apela para os valores deus, família e pátria a fim de conquistar os interlocutores. Segundo Charaudeau,

el hombre político se encuentra en una situación cuyo objetivo esencial es la incitación a hacer, que lo lleva a querer atraer la simpatía de la mayor parte del público. En consecuencia, debe hacer gala de estrategias discursivas que dependen a la vez de cuatro factores: de la manera en la que él percibe la opinión pública, del modo en que él piensa que la

¹ Tradução livre

opinión pública lo percibe, de los otros actores políticos –sean aliados o adversarios– y de las ideas (o las personas) que él estima necesario defender o atacar (2009, p. 283).

Isto posto, comprehende-se o esforço de Bolsonaro de atrair a simpatia da maior parte de sua audiência como uma estratégia persuasiva. Nesse processo, que não é unilateral, visto que uma enunciação parte do enunciador para um determinado público, o autor destaca quatro fatores que podem ser equiparados a três perspectivas consideradas por Bakhtin na arquitetônica do discurso e que foram empregados neste discurso.

O primeiro, que é a maneira como Bolsonaro percebe a opinião pública, está para o outro-para-mim, evidenciada pela alusão à tríade de valores que o sustenta (família, deus e pátria). O segundo, é a maneira como ele acha que a opinião pública o percebe, que equivale ao eu-para-o-outro. No pronunciamento, observamos que o presidente reforça seu *status* de mito, ao mencionar seu “histórico de atleta” e a possibilidade de não sentir os efeitos da doença. Por fim, a forma como o presidente percebe os aliados e adversários e as ideias que precisa defender ou atacar, corresponde ao seu eu-para-mim. Podemos observar isso quando o presidente assevera o esforço de seu governo para traçar estratégias “para salvar vidas e evitar o desemprego em massa” (BOLSONARO, 2020), agindo “quase contra tudo e contra todos”, colocando-se nessa posição de injustiçado e atacando os meios de comunicação que “foram na contramão”, causando o que ele chama de “histeria”. Essas perspectivas modelam a arquitetônica de seus enunciados.

Além do dito, Patrick Charaudeau (2009) destaca algumas características argumentativas do discurso político que também marcam este texto. A primeira delas é a “condição de simplicidade” (p. 284). Para o au-

tor, dirigir-se à uma massa heterogênea de pessoas implica dialogar com os mais variados níveis de instrução e abordar valores compartilhados pela maioria, pois é necessário explorar o denominador comum das ideias do público. Observamos o emprego desse recurso pelo discurso majoritariamente impessoal e pouco rebuscado do presidente, que é repetitivo, direto, usa frases pouco complexas em termos de estrutura, apresenta uma fala pausada e com tom estável.

A segunda característica trata dos tipos de raciocínio. O autor defende que “devido ao contexto de persuasão, o político não tem que desenvolver um raciocínio lógico com um objetivo explicativo ou demonstrativo, mas sim mostrar a força da razão, pois não se trata tanto da verdade, mas da veracidade² [...]” (2009 p. 285). Nesse sentido, Bolsonaro faz simplificações argumentativas que propõem raciocínios causais simples fortemente amparados em crenças compartilhadas com os interlocutores. Ao afirmar que “O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19” (BOLSONARO, 2020) o presidente está atribuindo à capacidade de cura do medicamento uma força de verdade, visto que as pesquisas buscam a “comprovação de sua eficácia”, não a compreensão de seus efeitos que podem ou não ser positivos.

A terceira característica é a “eleição de valores”. Tais valores não necessariamente refletem posicionamentos pessoais do político, mas sim uma opinião majoritária sobre os valores dominantes. Como supracitado, observamos que os valores de pertencimento religioso (deus), identitário (pátria) e familiar são bandeiras políticas utilizadas por Bolsonaro na conquista do grande público desde a campanha eleitoral.

² Tradução livre

A quarta e última característica apontada por Charaudeau são os argumentos de prova, entre os quais se destacam três tipos, todos observáveis nas enunciações do presidente brasileiro. O primeiro tipo é o pressuposto de evidência, que “consiste em recordar a audiência da força dos valores compartilhados, reforçados pela constante evocação dos signos “deus”; “família” e “nação””. O segundo tipo, refere-se a argumentos que remetem ao *ethos* do enunciador, tratam de um compromisso em que o orador expressa sua vontade de atuar, como podemos verificar no início do pronunciamento, quando ele elucida o desejo de “salvar vidas e evitar o desemprego em massa”. Por fim, aqueles que dramatizam “a vida política recorrendo ao universo dos afetos” observados na menção de uma preocupação com o “sustento da família”.

Em suma, as características apresentadas por Patrick Charaudeau marcam o conteúdo temático, a forma composicional e o próprio estilo dos discursos políticos de Jair Bolsonaro. O entendimento de tais características é uma ferramenta importante para a compreensão das ideologias veiculadas nesse pronunciamento.

OS SIGNOS UTILIZADOS POR BOLSONARO

Nesse contexto de crise mundial, os signos repetidamente utilizados pelo presidente assumem novos sentidos, refletindo e refratando ideologias que revelam ou mascaram suas políticas de governo.

Embora um dos valores mais defendidos por ele em sua campanha presidencial seja a “família” – signo constantemente utilizado não apenas em seus discursos, mas na própria construção de figura pública

– o primeiro pronunciamento do presidente revela pouca preocupação efetiva com a saúde da família brasileira. Ele alega que o isolamento e fechamento das escolas são equivocados, pois o que o mundo revela é apenas as pessoas de 60 anos estão no grupo de risco. Afirma ser necessário proteger pais e avós, mas que “o sustento das famílias deve ser preservado” e que devemos voltar à normalidade.

No discurso, Bolsonaro reflete o signo “família” como valor essencial, mas refrata sua importância ao colocar o “sustento” em uma posição de maior valor em relação à saúde. Ao criticar as medidas de isolamento (única forma de evitar o contágio e o índice de mortes descoberta até o momento em questão) e afirmar que é necessário voltar à “normalidade”, o presidente desvaloriza as pessoas do grupo de risco e das que apresentam comorbidades, uma vez que não existe forma comprovada de protegê-las.

Ademais, ele transfere a responsabilidade de administrar a crise sanitária ao declarar que acredita em “Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença”. Ao evocar o signo de um “deus” todo-poderoso para trazer conforto aos interlocutores por meio da fé, ele refrata a sua responsabilidade no gerenciamento da pandemia, afinal não propõe meios de evitar o contágio, tampouco de dar suporte econômico aos cidadãos. Outrossim, ele traz a ação divina como algo concreto, indubitável: o Deus “que capacitará”. Nesse discurso, o presidente defende a suspensão das medidas tomadas por governadores e prefeitos sem, no entanto, apresentar qualquer proposta de contenção do vírus e terceirizando a responsabilidade da cura para uma instância abstrata. Na prática, o corte de investimentos em educação e saúde evidenciam que não existe um verdadeiro interesse em propor ações concretas para encontrar a cura.

Ainda nesse discurso, Bolsonaro afirma que casos fatais da doença são raros entre pessoas “sãs”. Ele ainda faz uma analogia do vírus com uma “gripezinha” ou um “resfriadinho”, afirmado que devido a seu “histórico de atleta” não seria necessário se preocupar caso fosse contaminado. O uso do diminutivo na comparação do COVID-19 com uma gripe ou resfriado reduz sua periculosidade no nível semântico. Isso dá ao interlocutor uma falsa sensação de segurança que resulta na negligência dos cuidados necessários. Também, nesse discurso o presidente se apresenta como uma figura heroica, potente, forte e invencível. Alguém inalcançável, mesmo pelo vírus. Essa posição se conecta ao seu *status* de “mito”.

No encerramento de sua fala, Bolsonaro diz que “Sem pânico ou histeria, [...] venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos, Deus abençoe nossa pátria querida”. O governante repete a palavra “histeria” três vezes em seu discurso para se referir à pandemia, também como uma estratégia de subestimar seus perigos. Finalmente, ele usa os signos “Brasil”, “nação” e “pátria”, evocando o espírito nacionalista que embasa seu governo. Além do apelo emocional, faz outra menção à deus, colocando os signos em diálogo com seu lema de governo.

DIÁLOGOS E ALTERIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS DO DISCURSO DE BOLSONARO

Para Bakhtin, “o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato

de comunicação viva entre eles” (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 2006). Nessa perspectiva, ele provoca uma resposta do outro, que dialoga com ele e seus sentidos. Se, como pressupõe a teoria do Círculo, não há álibi para a existência, somos responsáveis por tudo aquilo que enunciamos. Logo, os pronunciamentos de Bolsonaro afetam diretamente seus interlocutores, visto que ele é um enunciador dotado de autoridade.

A reportagem de Diogo Schelp evidencia essa questão, ao apresentar uma análise de dados de geolocalização compilados pela *startup In Loco*, que criou um índice de isolamento social bastante preciso pela leitura de dados de celulares de usuários brasileiros. Eles revelam que após as principais declarações do Presidente sobre o isolamento social, a porcentagem de pessoas que permanece em casa tende a cair. A análise destaca, ainda, que “Nos intervalos entre um pronunciamento e outro ou quando Bolsonaro ameniza o discurso, o índice de isolamento volta a subir ou estabiliza” (SCHELP, 2020). Essa notícia evidencia a influência dos enunciados do presidente no comportamento social.

Nossos discursos dialogam com o outro, constituindo-o e transformando-o. A palavra do Outro nos coloca em uma relação alteritária que pressupõe responsabilidade. Essa responsabilidade é ainda maior, quanto mais amplo for o alcance do discurso. Bolsonaro é uma autoridade. Seus enunciados são ouvidos e compreendidos por milhões de pessoas que se encontram em posição responsiva. Essa resposta pode ser imediata ou retardada e se manifestar em forma de outros enunciados ou mesmo por outras linguagens, como comportamento. O uso constante de signos que remetem à um universo familiar aos seus interlocutores contribui para a adesão popular, remodelando a realidade.

Assim, os discursos de Bolsonaro têm uma forte responsabilidade nas mais de cem mil vidas perdidas por coronavírus no Brasil. Desde

o primeiro pronunciamento até hoje, o presidente minimiza os perigos do vírus não apenas com suas palavras, mas também com seus comportamentos, incentivando aglomerações. É urgente problematizar as enunciações do presidente com a população, fazendo notar que comparar a doença com uma gripezinha” não é um discurso inofensivo. Toda escolha de palavra importa, sobretudo quando oculta ou revela uma política de Estado genocida.

REFERÊNCIAS

- BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth.(org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. Cap 1, p. 9-32.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CHARAUDEAU,Patrick. “La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político”. In: SHIRO M. & Alli. **Haciendo discurso**. Homenaje a Adriana Bolívar, Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2009.
- DAL MOLIN, Giorgo. De desacreditado a virtual presidente: a trajetória de Bolsonaro. Brasil, 27 de outubro de 2018. **Gazeta do povo**. Eleições 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/campanha-presidente-jair-bolsonaro-presidencial/>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- ‘Gripezinha’: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. 24 de março de 2020. **Uol**. São Paulo. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- SHELP, Diogo. Dados de celulares mostraram impacto de discurso de Bolsonaro em isolamento. **Uol**. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/columnas/diogo-schelp/2020/04/06/dados-de-celulares-mostraram-impacto-de-discurso-de-bolsonaro-em-isolamento.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 09 ago. 2020.

SILVA, Cris Guimarães Cirino. **O bolsonarismo da esfera pública.** Uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro. Manaus, 2020.

VOLÓCHINOV, Valentin. **O discurso na vida e o discurso na arte.** Trad. a partir do inglês para uso didático por C. Tezza e C. A. Faraco. [1926].

VOLÓCHINOV, Valentin; BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do Método Sociológico da Ciência da Linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

CAPÍTULO 6

Ex, futuro presidente? A polêmica presente em tweets do ex-presidente Lula

Cláudio Humberto Lessa

Centro Federal de Educação Tecnológica
de Minas Gerais (CEFET-MG)

Denise de Souza Assis

Centro Federal de Educação Tecnológica
de Minas Gerais (CEFET-MG)

Jéssica Gomes

Centro Federal de Educação Tecnológica
de Minas Gerais (CEFET-MG)

INTRODUÇÃO

Ainda estamos em 2021, mas já muito se fala em 2022, ano eleitoral, em que serão escolhidos novos deputados nos âmbitos federal e estadual, governadores, senadores e, principalmente, o presidente do país. Como já era de se esperar, mesmo sem o lançamento oficial de nenhum candidato, muito se especula sobre nomes que disputarão as eleições, principalmente ao cargo de maior representatividade executiva do Brasil. Nesse sentido, as diversas mídias já atuam em prol da apresentação de possíveis nomes, e alguns prováveis candidatos já fazem uso dessas mídias, principalmente das redes sociais, para se autopromoverem, mesmo que de uma forma indireta.

Essa corrida eleitoral, mesmo que feita de forma não oficial, já parece sinalizar um cenário político que será marcado, novamente, por uma forte polarização entre o ex-presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), considerado de esquerda¹, e o atual mandatário do País, Bolsonaro, que fundamenta suas ações e seus discursos políticos em valores defendidos pelo que podemos chamar de extrema direita².

1 De acordo com Mauro Iasi (2006), ao longo dos congressos, o PT foi substituindo a palavra “socialismo” por “democracia”; essa e outras inflexões pelas quais passou a agremiação ao longo das décadas, as diversas opções políticas e coligações realizadas com partidos de centro causaram algumas cisões internas, duas delas levaram a uma dissidência de atores políticos, o que contribuiu para a criação do PSTU e, mais tarde, do PSOL; esses acontecimentos, além das ações políticas e econômicas realizadas durante o primeiro governo Lula levaram diversos intelectuais tais como pesquisadores da Ciência Política ou da Filosofia Política a desenvolverem a tese de que o PT ou o governo Lula não podem mais ser caracterizados como um partido e um governo autenticamente de esquerda; devido às dimensões deste artigo, não aprofundaremos essa questão, que pode ser encontrada nas seguintes referências, entre outras: Chasin (1995) e Tonet (2005).

2 Miguel (2018) reflete sobre o recrudescimento de movimentos e de políticos de direita e de ultra-direita em todo o mundo na última década, o que aponta para um processo de reorganização chamada de neoconservadora, que pode ser caracterizada pela defesa de valores tais como i) o libertarianismo, entendido como uma crença e uma aposta no mercado como força reguladora máxima da economia; ii) o fundamentalismo religioso; iii) o estímulo à propagação do imaginário do anticomunismo, presente em vários momentos da história brasileira; iv) a produção e disseminação do discurso do ódio em relação à esquerda e v) a militarização de vários setores institucionais.

Ambos os atores políticos já sinalizaram que concorrerão ao cargo. Nesse contexto, tanto nas mídias quanto na academia, emergem análises conjunturais que têm refletido sobre a possibilidade do surgimento de uma possível “terceira via”, que, até o presente momento, ainda não foi proposta por outros partidos ou por coligações entre partidos.

As expectativas em prol da candidatura de Lula aumentaram desde que foi decretado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, a anulação de todas as condenações do ex-presidente no que tange à operação Lava-jato. Logo, tal fato proporcionou uma abertura para que o ator político pudesse concorrer à presidência. Em entrevista à revista *Paris Match*³, o petista confirmou sua pré-candidatura e afirmou estar disposto a enfrentar as eleições de 2022, e, desde então, vem, principalmente por meio das redes sociais, dialogando com seus possíveis eleitores e falando sobre os atuais problemas do país e possíveis mudanças que podem e precisam ser realizadas.

Tal conversa inicial já estabelecida pelo ex-presidente evidencia que é extremamente importante pensarmos que “a política não pode agir sem a palavra” (CHARAUDEAU, 2014, p. 21). Logo, é possível acentuar a importância dessa interrelação entre linguagem e ato político, tendo em vista que a palavra, nesse âmbito social, possibilita o fazer político a partir de um espaço de discussão e também de persuasão. Desse modo, segundo Charaudeau (2014), a palavra não é o todo da política, mas sem os lugares de valor que ela constrói, não se faz política e não se garante a legitimidade do ato político. Portanto, são diversos os espaços nos quais o discurso político se propaga de forma a atingir seus ideais de

³ Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2021/05/4925755---serei-candidato-contra-bolsonaro---diz-lula-a-revista-francesa.html>. Acesso em: 19 set. 2021.

convencimento e de persuasão, e o processo de midiatização se mostra importante neste momento.

Neste contexto, Castells (1999) considera as mídias como grandes potencializadoras das batalhas políticas e evidencia que os aparatos técnicos, tecnológicos e organizacionais dessa esfera contribuíram de forma significativa para a ascensão do poder político. Dessa forma, levando em consideração essa nítida importância da midiatização na esfera pública e política, objetivamos, neste artigo, analisar o uso de um desses espaços midiáticos, as redes sociais, mais especificamente o *Twitter*, como um meio de construção discursiva utilizado pelo ex-presidente Lula, logo após o anúncio de sua provável candidatura ao pleito presidencial no próximo ano.

Para o presente artigo, pautamos-nos em uma metodologia de cunho qualitativo e empírico-dedutivo, já que a proposta é realizar uma análise descritiva e interpretativa a partir da análise linguístico-discursiva dos dados coletados. Desse modo, será feita a identificação, a descrição e a interpretação de cinco *tweets* postados pelo ex-presidente, em sua conta oficial na dita rede social⁴, no intervalo de 28 de junho a 25 de setembro de 2021. Essa análise visa discutir como o sujeito Lula, na figura de ex-presidente e também de possível candidato, aproveita esse espaço *online* para propagar, por meio dos *posts*, posicionamentos políticos-ideológicos e até mesmo uma proposta de projeto político. Buscamos mostrar como tais posicionamentos constituem índices da inscrição do enunciador em algumas polêmicas travadas na esfera pública em torno de temas como a campanha de vacinação contra a Covid-19, a proteção ao meio ambiente, entre outras.

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/LulaOficial?s=20>. Acesso em: 19 set. 2021.

Primeiramente, refletiremos sobre a midiatização do discurso político e focaremos nas novas formas de eloquência política, baseando-nos, sobretudo, nos estudos de Courtine (2003), Piovezani Filho (2007) e Castells (1999). Apresentaremos também uma discussão acerca da rede social *Twitter* e do seu uso como meio que permite a afirmação de uma nova eloquência política, pautando-nos nos estudos de Sargentini (2015) e de Silva (2018). Além disso, para a análise discursiva pretendida, neste estudo, serão utilizados alguns conceitos da Teoria Semiolinguística, principalmente no que diz respeito ao discurso político, bem como as reflexões sobre polêmica trabalhadas por Amossy (2017).

DISCURSO POLÍTICO, MÍDIA E TWITTER: NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA

As produções linguageiras no ambiente digital têm constituído nova materialidade nos estudos da Análise do Discurso (AD). Afinal, os novos ambientes *online* têm se tornado importantes plataformas para a disseminação de ideias e de posicionamentos das mais diversas fontes e formatos. Neste espaço, práticas discursivas são resinificadas e características marcantes do ciberespaço⁵ são incorporadas às interações. Embora sejam amplas as discussões sobre o discurso político, este trabalho propõe como *corpus* de análise pronunciamentos veiculados nas redes sociais, com a expectativa de trazer novas reflexões sobre a propagação da palavra política neste ambiente.

⁵ Ciberespaço, segundo Recuero (2006), é o espaço em que as interações sociais acontecem na internet.

De forma a contextualizar a questão discutida nesta seção, é necessário, em primeiro plano, reforçar a importância do processo de midiatização para práticas sociais como a política, que sofreu grandes reformulações, ao decorrer dos anos, devido às mudanças e às inovações midiáticas. Nesse sentido, Gaspareto (2009) nos mostra que a midiatização diz respeito a um processo técnico, discursivo e social, no qual as mídias se relacionam com as diferentes esferas sociais, afetando-as e sendo afetadas por elas, no processo de produção e de veiculação dos discursos. Em relação a esse conceito, Braga (2006) vai mais além e ressalta que o uso das mídias pelas práticas sociais consiste em “processos sociais de interação mediatizada, os quais passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem, mas se ajustam” (BRAGA, 2006, p. 11). Desse modo, vê-se que esse processo permite que as diversas práticas sociais passem a contar com a mídia como uma nova aliada na divulgação e na propagação de seus discursos; mas, para isso, é necessário que as mediações, os ajustes e as transformações exigidos por esse processo sejam considerados e efetivamente realizados.

Tanto Courtine (2003, 2006) quanto Piovezani Filho (2007) mostram como o discurso político passou a ser caracterizado por formas breves, pelo emprego de uma linguagem multimodal, pela gestão meticolosa *do corpo, da voz e verbo*. Esses e outros autores explicam que a discursividade política tem sido marcada mais pelo agenciamento da imagem, pela exploração das dimensões íntima e privada do que pela apresentação e pela fundamentação em um projeto, em ideias e em ideais políticos. Nesse sentido, pensamos, ancorados em Miskolci (2011) e em outros pesquisadores, que o processo de midiatização pelo qual passa a sociedade potencializa esse jogo com as imagens construídas pelos atores políticos e pelos ditos marqueteiros políticos.

Em relação às mudanças advindas da utilização das mídias *online* pelos políticos, Castells (1999) expõe o conceito de redes e define-as como sendo hoje as formas de condução e de materialização das práticas social e cultural que impactam todos os espaços políticos e sociais da atualidade. Corroborando as ideias de Castells (1999), Galo (2011) também reflete sobre o conceito de rede e expõe que ela:

funciona apontando inúmeros caminhos, múltiplas possibilidades, que se apresentam simultaneamente e que, embora não sejam realizáveis simultaneamente pelo sujeito, que tem o limite de só poder estar em um lugar discursivo a cada enunciação, o sentido produzido por esse sujeito é um entre inúmeras possibilidades latentes (virtuais) (GALLO, 2011, p. 3).

Dessarte, podemos expor que tal conceito, que foi bem delineado pelos autores, abarca o que definimos, na atualidade, como rede social, e é o foco deste trabalho, já que objetivamos estudar a rede social *Twitter*.

Na concepção de Silva (2018), as redes sociais, na contemporaneidade, devem ser vistas como um espaço no qual a política tem se destacado de forma mais contundente, ou seja, essa prática social acontece de fato a partir de postagens nessa rede, na medida em que as informações veiculadas por ela recebem réplicas quase que instantaneamente, permitindo, então, que as notícias, as opiniões e os posicionamentos propagados ali tenham amplo engajamento e alcancem uma grande parcela de usuários. Dessa forma, essa autora analisa que isso se dá a partir das diversas narrativas e disputas que se tornam mais abrangentes nesse espaço, que é considerado por ela como um ambiente de experiências discursivas. Levando em consideração essa ideia da pesquisadora, fica claro que os sujeitos políticos estão cada vez mais ocupando esse lugar e expondo nele suas ideologias⁶.

⁶ Consideramos ideologia, segundo Brandão (1995), como um conjunto de representações, nem totalmente individuais, nem totalmente coletivas, que permitem aos sujeitos estabelecer

Ao falar sobre o *Twitter*, cabe ressaltar que tal rede social vem adquirindo cada vez mais notoriedade dentro do ciberespaço. Normalmente, vê-se screenshots de postagens feitas no Twitter sendo repostadas em outras redes, o que deixa evidente que os discursos em circulação nesse espaço possuem tanta relevância que são replicados em outros ambientes *online*. Na visão de Sargentini (2015), o *Twitter*, ao ser utilizado como porta voz do discurso político, destaca-se por sua dinamicidade, principalmente pelo fato de seus usuários se sentirem perto de seus candidatos a todo o tempo. Dessarte, o agir político, por meio de *tweets*, oferece ao candidato a possibilidade de que eles estejam sempre ativos e não possam ser esquecidos; o eleitorado, por sua vez, pode se sentir mais íntimo do seu candidato e acompanhar de perto os seus projetos e seus posicionamentos, bem como sua vida particular. Logo, é inegável a importância dessa rede social como ferramenta de engajamento durante uma campanha eleitoral.

Acresce ressaltar ainda que uma das características mais marcantes da rede social estudada é o fato de que ela limita o número de 280 caracteres por texto e, diferente de antes, tal rede, além dos textos verbais, também permite a inserção de vídeos, de imagens e de *links* nas postagens, o que destaca ainda mais a sua potencialidade e a sua importância na propagação e na veiculação de discursos políticos. Essas novas características fazem jus às modificações e às metamorfoses (COURTINE, 2003) que o meio *online* trouxe à palavra e ao discurso político. Nesse viés, a dinamicidade da rede se mostra de forma mais

uma relação imaginária com a sociedade (conceito que a AD, de acordo com a autora, buscou em Althusser, a partir dos desenvolvimentos teóricos de Pêcheux). Ainda quanto a este conceito, segundo Ansart (1990), a ideologia pode exercer diversas funções na sociedade: ser um cimento social, garantir o elo e as representações identitárias, naturalizar, essencializar ideias, exercer domínio.

ampla, já que as figuras políticas precisam ser sucintas ao emitirem seus posicionamentos e ideias em tal ambiente, além de poderem utilizar, caso seja de seu interesse, fotos e vídeos. Essas mudanças deixam claro como o meio *online* interfere e remodela os discursos, ao mesmo tempo em que dá novas oportunidades de aproximação entre as diversas instâncias políticas, como define Charaudeau (2015).⁷

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NA ERA DIGITAL: A POLÊMICA PRESENTE NOS TWEETS DO EX-PRESIDENTE LULA

A AD, ao longo do tempo, tem se debruçado sobre uma série de questões que permeiam a produção do discurso político. Uma delas se relaciona à polêmica que constitui as trocas verbais na esfera social, incluindo sua presença como forte demarcadora do dissenso; podendo, assim, ser considerada uma parte constituinte da estratégia discursiva no campo político, afinal, conforme pontua Amossy (2017), a polêmica é muito mais do que um mero discurso agressivo, podendo ser compreendida como uma modalidade argumentativa. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise detalhada sobre o papel que ela desempenha

⁷ Tais instâncias são, segundo Charaudeau (2015): i) *instâncias política e adversária*, que ocupam o lugar da governança: na primeira, os atores políticos detêm um poder fazer (de decisão, de ação); propõem programas, justificam decisões, buscam preservar sua legitimidade e manter-se no poder; a segunda defende projetos sociais, ideais, visa legitimar-se e credibilizar-se a fim de conquistar o poder; ii) a *instância cidadã* é aquela que tem a responsabilidade e a função de escolher quem exercerá a ação política, é definida por um processo de filiação simbólica dos sujeitos a comunidades; trata-se de um lugar que constrói opiniões fora do governo; pode questionar a legitimidade e a credibilidade da instância política, por meio de discursos de reivindicação, de interpelação e de sanção. Essa Instância pode, assim, organizar-se na forma de um contra-poder; e, finalmente, iii) a *instância midiática*, que exerce a função, via de regra, de comentário político, além de entretecer relações complexas com as demais instâncias, bem como participar ativamente na circulação e na propagação dos discursos; essa instância busca se credibilizar perante as demais; inscreve-se, assim, nas lógicas democrática, de captação e de sedução.

nos enunciados proferidos por atores políticos, desvendando de que maneiras elementos patêmicos contribuem para o processo de persuasão e o consequente despertar de “paixões” na esfera pública.

Amossy (2017) aponta que os conflitos de opinião ocupam lugar de destaque na cena pública, já que parte das trocas polêmicas se baseia na crítica aos argumentos do opositor. Seja pela dificuldade dos atores políticos em obedecer às regras do debate minimamente racional, ou pelo interesse do público no espetáculo da violência, a polêmica sempre se mostrou presente nas disputas políticas. Entretanto, nem sempre o fenômeno é bem-vindo, já que enunciados carregados de violência e de parcialidade podem ser considerados incapazes de contribuir para o desenvolvimento do debate num sistema democrático.

Ainda é interessante pontuar que a polêmica costuma ocupar funções sociais importantes justamente naquilo em que é normalmente criticada, a gestão verbal do conflito por meio do dissenso. Ao apresentar tal contradição, Amossy (2017) destaca o papel desempenhado por tal modalidade argumentativa nas mídias, ocupando espaços e nutrindo opiniões sobre temas de interesse público.

Na publicação abaixo, postada no perfil oficial do ex-presidente Lula, no *Twitter*, observamos alguns traços interessantes da polêmica. Isso se deve especialmente pelo *post* tratar de tema em destaque na época de sua publicação, ligado ao retorno às eleições por meio de voto impresso, modelo defendido pelo adversário político Jair Bolsonaro.

Figura 1 - Tweet ex-presidente Lula



Lula  @LulaOficial · 6 de jul

Voto impresso é voltar pra época dos dinossauros. Se fosse possível roubar na urna eletrônica, jamais um metalúrgico teria sido eleito presidente da República. Eleição roubada foi a do Bolsonaro, que foi eleito com fake news, sem participar de um único debate.

6,2 mil 8,6 mil 54,1 mil 

Fonte: Disponível em: <https://cutt.ly/xEg8rpy>. Acesso em: 29 set. 2021.

No *tweet* de 06 de julho, o enunciador reage à tese da defesa pelo voto impresso sustentada por Bolsonaro. Esse posicionamento instaurou um acontecimento discursivo que gerou uma polêmica, no sentido dado ao termo por Amossy (2017). Trata-se de uma questão que se apresenta como relevante para a sociedade e que coloca em causa princípios defendidos por grupos político-ideológicos que se confrontam na *esfera de visibilidade pública*, cf. Gomes (2008). De acordo com Amossy (2017), a polêmica surge do antagonismo de opiniões, pode manifestar-se em situações de interação face a face ou ser constitutiva do discurso, ou seja, expressa-se a partir de contradições no nível interdiscursivo.

Como vimos, anteriormente, a autora considera a polêmica um tipo de modalidade argumentativa que se estrutura a partir dos seguintes traços: *dicotomização* (expressa posições antitéticas excludentes, forte oposição, tende a radicalizar o debate, torna-o difícil ou mesmo impossível). Há também a *polarização* (ocorrem agrupamentos em campos sociais adversos, que se manifestam a partir da cisão entre um “nós” e um “eles”, por isso implica reivindicação identitária). Por último, a *desqualificação* do outro (implica um reagrupamento por identificação, designa o outro pejorativamente).

Como podemos observar no *tweet* representado pela figura 1, o enunciador inicia seu texto realizando uma predicação que atribui traço axiológico negativo ao sintagma nominal (SN) “voto impresso”, que indica, no dizer, a polêmica instaurada no nível interdiscursivo “Voto impresso é voltar pra época dos dinossauros”; o uso do sentido metafórico visa desqualificar o posicionamento do adversário, na medida que estabelece uma comparação implícita entre o ato de votar tradicional, impresso e um estágio na história da evolução do planeta que foi extinto. A expressão “época dos dinossauros” é usada recorrentemente nas interações para evocar *imaginários sociodiscursivos*⁸ que se estruturam em torno de sentidos que remetem ao que é considerado ultrapassado ou decadente; geralmente, em oposição a imaginários estruturados pelos lugares da modernidade, da tecnologia e de sua eficiência.

Na sequência, o enunciador reage a outro ponto de vista sustentado pelo adversário, circulante no interdiscurso, refutando-o, como podemos observar no período iniciado por uma oração condicional “Se fosse possível roubar na urna eletrônica, [ponto de vista sustentado por Bolsonaro e por seus seguidores, tal como tem sido veiculado nas mídias e nos pronunciamentos do atual presidente], jamais um metalúrgico teria sido eleito presidente da República”. Nesse enunciado, observa-se que o enunciador do *tweet*, Lula, além de lançar uma dúvida em relação à tese adversária, projeta uma imagem positiva de si, fazendo referência a um de seus papéis sociais que exercera em sua trajetória de homem público, no caso, o papel de trabalhador da indústria.

⁸ Segundo Charaudeau (2015), imaginários sociodiscursivos podem ser compreendidos como formas de identificação e de interpretação do real por meio de enunciados lingüísticos semanticamente reagrupáveis. O conceito integra os estudos propostos pelo autor que incorporam ao campo da AD a ideia de imaginário, desenvolvido no âmbito da Sociologia.

Nesse ponto da argumentação, explicita-se a operação de *polarização*, estruturada, como afirma Amossy (2017), a partir de uma cisão entre um “nós” e um “eles”: o enunciador faz alusão a um dos seus papéis sociais exercidos, o de metalúrgico, que se associa à imagem de um homem do povo, representante dos trabalhadores e que chegou à Presidência; assim, opõe-se ao seu adversário, o atual presidente da república, Bolsonaro, representante de outros grupos sociais e a quem são atribuídos traços caracteriológicos negativos, expressos a partir dos seguintes enunciados que são apresentados em sequência: “Eleição roubada foi a do Bolsonaro”, “que foi eleito com Fake News”, “sem participar de um único debate”; como vimos, outro traço da modalidade polêmica é, neste ponto, explicitado, qual seja, a *desqualificação do outro*. Vejamos como podemos propor outros *possíveis interpretativos*, conceito de Charaudeau (2010), para outras polêmicas encenadas na enunciação do ex-presidente a partir dos próximos *tweets*:

Figura 2 - Tweets ex- presidente Lula

The figure displays two tweets from the official Twitter account of former President Lula (@LulaOficial). The first tweet, posted at 12:13 PM on June 28, 2021, discusses the International Day of Pride (LGBTQIA+). It emphasizes the right of people to be who they are and the need for society to be just, without discrimination based on gender identity or sexual orientation. The second tweet, also posted on June 28, 2021, demands respect for all individuals, highlighting the need for governments to prioritize employment, vaccination, and the fight against prejudice and discrimination. Both tweets have received significant engagement, with over 3,400 retweets and nearly 30,000 likes.

1 - Hoje é Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. A construção de uma sociedade mais justa passa pelo direito às pessoas serem o que elas são. Essas pessoas não são discriminadas quando pagam seus impostos, quando votam, nem quando exercem suas obrigações junto ao Estado...

12:13 PM · 28 de jun de 2021 · Twitter Web App

3.431 Retweets 560 Tweets com comentário 29,5 mil Curtidas

Lula @LulaOficial · 28 de jun
Em resposta a @LulaOficial

2 - E demandam respeito: pelo direito de existirem e exercerem sua vida de forma plena. Por um governo que se preocupe mais em gerar empregos, comprar vacinas, do que disseminar preconceito e fiscalizar a vida alheia. Mais amor e menos ódio.

183 1,1 mil 9,8 mil

Fonte: Disponível em: <https://cutt.ly/fEg8seI>. Acesso em: 29 set. 2021.

Nos *tweets* postados no dia 28 de junho, é possível observar como o enunciador estabelece *dicotomização* em relação a outra polêmica que circula no espaço público, gerada a partir de enunciados e pontos de vista atribuídos a Bolsonaro ao longo de sua trajetória política e constitutivos de sua *história discursiva*, cf. Amossy (2007); trata-se da polêmica em torno do respeito aos direitos de grupos minoritários; no caso em destaque, tematiza-se o direito do grupo LGBTQIA+. Novamente, é possível observar traços da polarização e da desqualificação do outro. Nos enunciados: “E demandam respeito (...)” e “Por um governo que se

preocupe mais em gerar empregos, comprar vacinas, do que disseminar preconceito e fiscalizar a vida alheia. Mais amor e menos ódio.”, o ex-presidente Lula atualiza pontos de vista circulantes no interdiscurso que contribuem para projetar imagens negativas em relação às ideias e às ações políticas de Bolsonaro e de seu governo; desde que tomou posse, analistas políticos, cientistas políticos, entre outros atores sociais ressaltaram e/ou analisaram pronunciamentos do atual mandatário os quais manifestam: i) posicionamentos preconceituosos sustentados ao longo de sua carreira política⁹; ii) suas propostas e projetos para facilitar o porte de armas; iii) o dito “discurso de ódio” e iv) mais recentemente, durante a pandemia, seus pronunciamentos negacionistas em relação às medidas protetivas contra o novo Coronavírus, contra a atitude de se vacinar e todas as ações políticas em relação à compra das vacinas que estão sendo apuradas, atualmente, pela CPI instaurada no Legislativo. É interessante ressaltar que o ex-presidente Lula, em sua enunciação, busca demarcar-se ideologicamente de seu adversário, por meio de uma estratégia pela qual ele hierarquiza valores, cf. Perelman; Oldbretch-Tyteca (2002), a partir de um argumento por comparação, pelo qual ressaltam-se os valores que são considerados pelo enunciador como sendo os mais adequados para a coletividade no momento atual.

⁹ Conforme pontuam Carmelino e Possenti (2019), pronunciamentos realizados por Bolsonaro durante seus mandatos como Deputado Federal o trouxeram notoriedade justamente por sua característica radical e, até mesmo, folclórica. Falas públicas contrárias às reservas indígenas e quilombolas, referências derrisórias às mulheres e ao público LGBTQIA+ e a ampla defesa da ditadura militar são alguns dos exemplos citados pelos autores. Mais recentemente, uma *live* realizada pelo político foi retirada do ar após ele ter mencionado uma notícia falsa que associava a vacinação contra COVID-19 à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS): Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/10/22/e-fake-que-relatorios-do-governo-do-reino-unido-sugerem-que-vacinados-contra-covid-tem-desenvolvido-aids.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

Os últimos *tweets* selecionados trazem alguns aspectos interessantes do discurso polêmico. Neles, observamos o ex-presidente Lula apresentando uma espécie de reavaliação de seu comportamento como sindicalista, o que nos remete ao uso da polêmica como forma de protesto.

Figura 3 - Tweets ex-presidente Lula

The figure displays two tweets from the official Twitter account of former President Lula (@LulaOficial). The first tweet, posted at 2:19 PM on September 25, 2021, discusses his desire to implement radical agrarian reform in the 1980s and how he adjusted his communication style to better connect with the people. The second tweet, a reply to himself, emphasizes that political protest should focus on changing hearts and minds rather than attacking individuals. Both tweets have received significant engagement, with over 1,000 retweets and thousands of likes.

Nos anos 80 eu adorava subir no palanque e me esgoelar: "Vamos fazer reforma agrária ampla e radical!". Um dia uma senhorinha me falou: "Ô Lula, por que você tá nervoso?! Você me assustou". E daí entendi que precisava falar de outra forma, porque se não o povo não ia me entender.

2:19 PM · 25 de set de 2021 · Twitter Web App

1.126 Retweets 1.737 Tweets com comentário 15,7 mil Curtidas

Lula @LulaOficial · 25 de set
Em resposta a @LulaOficial
A gente não vai ganhar voto xingando as pessoas. O que a gente falar tem que bater na cabeça e no coração e a pessoa pensar: "pô, é isso aí mesmo!"

339 827 6,6 mil

Fonte: Disponível em: <https://cutt.ly/mER5vzg>. Acesso em: 29 set. 2021.

Conforme aponta Amossy (2017), a polêmica favorece protestos sociais e individuais, justamente por sua capacidade de levante contra adversários. O objetivo é impedir o que se considera intolerável, utilizando a força das palavras na tentativa de concretizar mudanças. Nos *tweets* em cena, Lula reavalia sua postura como sindicalista nos anos

80, apresentando um exemplo de fala proferida por ele marcada por um intenso traço patêmico e, talvez, por isso, não compreendida pelo povo.

Ao abordar sua própria mudança de comportamento linguageiro, o ex-presidente levanta questões interessantes sobre os limites do dissenso. A fala que apresenta em seguida, “a gente não vai ganhar voto xingando pessoas”, parece encenar uma conversa direta com seu eleitorado, numa espécie de orientação em relação ao tom que o debate no ambiente *online* deve seguir. Sabemos que a polêmica é nutrida pela polarização, entretanto, é necessário refletir sobre os limites do antagonismo no debate político.

Para Amossy (2017), a polêmica nem sempre será bem-vinda na cena política, já que palavras que chegam ao limite da violência podem ser incapazes de contribuir para o desenvolvimento do debate. Entretanto, sua presença só é possível na esfera democrática, por esta ser capaz de abrigar a gestão do conflito verbal por meio da dissensão. Em relação ao uso da violência verbal, podemos considerá-la como forte demarcadora do dissenso, ainda que não tenha presença obrigatória na troca polêmica. Ainda assim, ela intensifica a polarização ou a dicotomização presente no discurso, acentuando-se quando o ponto de vista do outro é ridicularizado ou desconsiderado totalmente. Se a violência não se faz presente como um traço definitório da polêmica, podemos afirmar que dá mais força a ela, intensificando a oposição de ideias e a polarização.

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Charaudeau (2019) nos lembra que a presença da violência verbal no discurso inflama paixões, independentemente de ser introduzida por meio de um insulto ou de formas mais sutis. No espaço do debate, é comum que se apele aos sentimentos com o objetivo de tocar a sensibilidade do auditório, já que o

que está em jogo é uma questão de sedução e de persuasão. Qualquer ato de fala pode produzir efeito emocional no público ao combinar alguns fatores, incluindo a maneira pela qual a palavra é colocada em cena.

A partir dos *tweets* em questão, percebemos certa precaução de Lula em relação à dosagem em que o dissenso deve ser empregado. Afinal, falas que chegam à expressão da violência verbal podem não ser bem recebidas pelo público, como o próprio político defende. Ao afirmar “o que a gente falar tem que bater na cabeça e no coração”, Lula parece defender tanto o uso da razão quanto o da emoção nos discursos, incluindo ambas as vertentes como estratégia argumentativa. Logo, fica claro que, ainda que doses de polêmica e de viés patêmico se façam presentes, elas devem ser administradas com certo grau de parcimônia para que não cheguem a alcançar o patamar da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise proposta, pudemos observar que a polêmica se insere nos *tweets* por meio da sua definição básica, ligada ao intenso antagonismo de ideias que gera o confronto e a refutação ao adversário. Conforme pontua Amossy (2017), a polêmica pode participar da construção de um espaço público e da deliberação cidadã, mesmo que seu objetivo não seja o consenso. Ao contrário, não é incomum que enunciados retomem discursos anteriores os respondendo direta ou indiretamente com o objetivo de desqualificá-los. A polêmica se constitui, portanto, como contradiscorso voltado à refutação, em que o outro só aparece para ser descreditado ou contrariado. Ela comporta diferentes traços do discurso reportado, apresentando-o sob a forma de

citação, paráphrase, discurso indireto, antífrase irônica, negação etc. Nos *tweets* de Lula, que ocupa o lugar de *instância adversária*, há uma alusão a falas de Bolsonaro que estariam sendo refutadas de modo constante na rede social, aproveitando-se disso para reforçar o caráter inapropriado do inimigo político como governante.

A missão de persuasão do discurso polêmico é outro ponto que merece destaque a partir das análises realizadas. Como lembra Amossy (2017), a polêmica não visa ao adversário, mas sim a um terceiro sujeito que pode ser convencido da tese ali apresentada. No caso das publicações, podemos compreender que o destinatário central das críticas de Lula não é Bolsonaro; mas, sim, a *instância cidadã*, representada por todos aqueles que acompanham os *tweets* do ex-presidente. A polêmica se enquadra, nesse contexto, como estratégia argumentativa que tem como objetivo persuadir o eleitorado. Para tal, ela precisa ocorrer no nível interdiscursivo, já que não temos uma situação face a face ou síncrona em que os oponentes entram em combate direto.

Podemos considerar que tal modelo de entrecruzamento de discursos encontra nas redes sociais, mais precisamente, no *Twitter*, um amplo espaço de difusão. Afinal, como pontua Sargentini (2015), ao se estabelecer como uma forma de difusão do discurso político, o *Twitter* se coloca como ponte entre o ator político e seus eleitores, tornando-se forma indispensável de acesso às figuras públicas. As redes sociais, dessa forma, atuam como ferramenta do marketing político e recebem a função de potencializar os processos interativos entre as instâncias política, cidadã e midiática, exercendo, igualmente, o papel de nutrir debates e propiciar visibilidade às práticas de militância e de ativismo político.

Outro ponto interessante que merece ser comentado é o fato dos atores políticos passarem a ter acesso aos cidadãos sem a necessidade de

figuras mediadoras, tendo campo aberto para o diálogo direto com os eleitores. No último *tweet* analisado, por exemplo, Lula parece dar uma espécie de orientação para que sua militância tome iniciativas verbais mais comedidas, além de fazer uma reavaliação de sua própria postura. Ao afirmar “a gente não vai ganhar voto xingando as pessoas”, o político apresenta para seu eleitorado quais seriam os limites do dissenso e se posiciona contrariamente à violência verbal como fator potencializador da polêmica. E, neste mesmo movimento, parece querer projetar uma imagem de si distinta daquela comumente atribuída a Bolsonaro e a seus seguidores, associada àquela atribuída a políticos que sustentam um discurso de ódio.

Retomando Castells (1999), percebemos as mídias como intensificadoras das disputas políticas, que ganham livre espaço para serem celebradas. No caso do *Twitter*, temas delicados são lançados ao debate num movimento que une a polêmica à persuasão. O objetivo é conquistar a adesão das instâncias cidadã e civil e fazer com que as ideias do ator político ganhem visibilidade e colaborem para a construção de imagens positivas a seu respeito. Nesse sentido, o uso da polêmica passa a integrar a estratégia argumentativa adotada pelos sujeitos políticos, que têm a cada 280 caracteres uma nova chance de convencer um número cada vez maior de seguidores a aderirem às suas ideias.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 09-23.
- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. Ethos prealable et ethos discursif: ethos et positionnement dans le champ. Curso: **L'argumentation dans le discours: l'ethos**, Belo Horizonte, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 3f. Mimeografado.
- ANSART, P. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. **ANIMUS – Revista interamericana de comunicação midiática**. Universidade Federal de Santa Maria. n. 2, p. 9-35, jul./dez. 2006.
- CARMELINO, A. C.; POSSENTI, S. Charge, memória e polêmica: o caso Bolsonaro. **Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras**, v. 15, p. 27-50, 2019.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHASIN, J. A morte da esquerda e o neoliberalismo. **Revista Ensaios Ad hominem**, A determinação ontonegativa da politicidade. São Paulo, Editora Ensaio, edição especial, p. 115- 128, 1995.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.
- CHARAUDEAU, P. **Línguagem e discurso: modos de organização**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARAUDEAU, P. Reflexões para a análise da violência verbal. **Revista Desenredo**, v. 15, n. 3, 12 set. 2019.

COURTINE, J.-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: Gregolin, M.R. et al. (orgs). **Discurso político e mídia: a cultura do espetáculo**. São Paulo: Claraluz, 2003.

FERREIRA, J.; GOMES, P. G.; NETO, A. F.; BRAGA, J. L.; ROSA, A.P (org.). **Redes, sociedade e pólis: recortes epistemológicos na midiatização**. e-book. Santa Maria: FACOM-UFSM, 2020.

GALLO, S. **Discursividade online**. Texto apresentado no V SEAD – Seminário em Análise de Discurso, ocorrido em Porto Alegre (UFRGS), 2011. Disponível em: <http://solangegallo.blogspot.com/2012/09/discursividade-online.html>. Acesso em: 09 out. 2021.

GASPARETTO, P. R. **Midiatização da religião**. Processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento. Estudo sobre a recepção da TV Canção Nova. 2009.459 páginas. Tese de Doutorado. Unisinos – São Leopoldo.

GOMES, P. G. **Dos meios à midiatização**: Um conceito em evolução. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Editora expressão popular, 2006.

LUDOVICE, C; PERNAMBUCO, J. O *ethos* do Presidente Lula no programa Café com o presidente. **Revista Lingüística** / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. 10, número 1, junho de 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: Gallego, Esther, S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**. v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIOVEZANI FILHO, C. Metamorfoses do discurso político contemporâneo: por uma nova perspectiva de análise. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n.1, p. 25-42, jan/jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52714/32415>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SARGENTINI, V. Discurso político e redes sociais. In: **Revista da Abralin**, v.14, n°2, p. 215-232, jul/dez. 2015.

SILVA, M. **Comunicação política e redes sociais:** produção discursiva dos senadores no Facebook sobre o impeachment de Dilma Rousseff. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo- 139 p. Vitória, 2018.

TONET, I. Esquerda Perplexa. **Revista Espaço Acadêmico.** n. 54, nov./2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54tonet.htm>. Acesso em 9 de setembro de 2021.

CAPÍTULO

7

Contração dialógica orientada em discursos de presidentes brasileiros

Erick Kader Callegaro Corrêa
Universidade Franciscana (UFN)

Sara Regina Scotta Cabral
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

INTRODUÇÃO

A indagação sobre a natureza e o funcionamento do fenômeno da negação na linguagem perpassa obras de vários especialistas do conhecimento, como linguistas, lógicos, metafísicos e filósofos da linguagem, desde Aristóteles e Platão até a atualidade. O fenômeno de negação “ocupa a encruzilhada de desenvolvimentos em teoria linguística, psicolinguística, filosofia da linguagem e da mente e da história das ideias” (HORN, 2001, p. xiv). Semântica e discursivamente, a negação serve também como um indicativo de contração dialógica, assim defendido por Martin e White (2005), ao construírem o sistema de avaliatividade. Partindo da perspectiva hallidayana de linguagem (HALLIDAY, 1989, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), que vê a polaridade como um construto da metafunção interpessoal, o sistema de avaliatividade considera a negação como uma marca de refutação ao que se supõe como “posto”.

Do ponto de vista dialógico, a negação é um recurso para introduzir a posição alternativa positiva no diálogo e, portanto, reconhecê-la, de modo a rejeitá-la. Assim, nesses termos dialógicos, o negativo não é o oposto lógico simples do positivo, uma vez que o negativo necessariamente carrega consigo o positivo, enquanto o positivo não carrega reciprocamente o negativo, ou pelo menos não tipicamente (MARTIN; WHITE, 2005, p. 118).

Pesquisas anteriores realizadas por Corrêa (2015; 2019) apontaram alta incidência de negação em discursos de presidentes brasileiros, principalmente naqueles proferidos no período pós-ditadura militar. Motivados por esse importante achado, buscamos refinar o exame do fenômeno da contração dialógica e investigar outras peculiaridades da

negação no discurso político. Sendo assim, objetivamos, neste capítulo, explorar o caráter léxico-gramatical e semântico-discursivo do Adjunto modal **não** em um *corpus* de 100 discursos, a fim de examinarmos sua capacidade de controle do espaço dialógico. Empregamos esta denominação para darmos conta de agrupamentos como **não apenas ... como também** e suas variações, cuja função discursiva é alterada pela ocorrência de determinadas coligações. Para tanto, mobilizamos os estudos hallidayanos sobre polaridade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) e, na mesma linha teórica, as pesquisas sobre avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), além dos trabalhos de Horn (2001) sobre negação. Buscamos auxílio na abordagem da Linguística de *Corpus* (BERBER-SARDINHA, 2000; SINCLAIR, 1991) e em ferramentas computacionais (KILGARRIFF *et al.*, 2014).

Este capítulo está assim constituído: na seção 2, apresentamos o referencial teórico sobre características do discurso político e sobre polaridade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) e refutação (MARTIN; WHITE, 2005). Na seção 3, discorremos sobre os procedimentos metodológicos e, a seguir, apresentamos o resultado de nossa análise. Por fim, em 4, expomos nossas considerações finais.

DISCURSO POLÍTICO

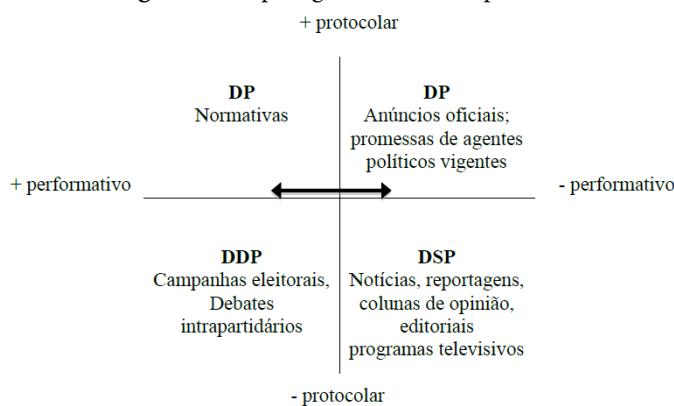
“A política permeia nossas vidas – mesmo que nós nem sempre tenhamos consciência disso”, afirma Wodak (2009, p. xi). Sendo assim, entendemos que a política é onipresente e ordena “as relações sociais na vida tanto pública quanto privada” (WODAK; FORCHTNER, 2017, p. 4). Para se fazer política, é necessário o concurso, em processos e eventos políticos, de instituições e indivíduos - atores ou agentes

políticos (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), responsáveis pela ação política, aqui entendida como um conjunto de atitudes concretas e um modo de empregar a linguagem para persuadir outras pessoas.

Como a ação política, de uma forma ou de outra, é sempre discursiva em sua essência, acaba por manifestar valores, crenças e ideologias, assim constituindo a interface entre linguagem e sociedade. O discurso político, então, é um construto sociossemiótico “no qual os atos de sentido encapsulam, constroem e moldam a realidade social em que os agentes sociais estão situados” (LI; LUI; FUNG, 2020, p. 6).

Bochett *et al.* (2017, p. 143), por sua vez, definem discurso político como a movimentação da “produção de textos por agentes políticos de contextos sociogeográficos particulares tanto para a disputa pelo poder quanto para o processo de cooperação”. Para orientar o exame das práticas discursivas da esfera política, os autores (2017) propõem uma tripartição entre discurso político (DP), discurso do político (DDP) e discurso sobre política (DSP), que podem ser mais ou menos protocolares e mais ou menos performativos (Figura 1).

Figura 1–Topologia do discurso político



Fonte: Bochett *et al.* (2017, p. 147).

O discurso político (DP) caracteriza-se por pertencer à esfera institucional e ser mais protocolar. Quando mais performativo, manifesta-se em decretos, leis e documentos similares. Quando menos performativo, realiza-se em anúncios oficiais ou pronunciamentos realizados por agentes políticos. O discurso do político (DDP) é performativo, porém menos protocolar. São discursos produzidos e dirigidos à população por agentes políticos legitimados, visando à persuasão, como é o caso dos debates eleitorais. Já o discurso sobre política (DSP) envolve textos menos protocolares e menos performativos, mas também importantes para a vida política. Nesse grupo, encontram-se os textos jornalísticos nas suas mais diversas instâncias, como os artigos de opinião.

Uma vez que o discurso político, em todas as suas dimensões, abrange “todos os tipos de falas públicas, institucionais e privadas sobre temas políticos” (BURKHARDT, 1996, p. 78), é importante que o analisemos a partir de uma abordagem linguística, o que buscará tornar mais compreensíveis os entrelaçados de discursos políticos que nos rodeiam e as funções que o uso da linguagem desempenha ao servir a atores políticos diversos (DESOUZA, 2018).

Na próxima seção, discorremos sobre o sistema de polaridade orientado pela Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) e sobre a categoria refutação do sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005).

POLARIDADE E REFUTAÇÃO DIALÓGICA

A linguagem, na concepção hallidayana, é um sistema sociossemiótico (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) que tem caráter plurifuncional, uma vez que pode ser examinada de acordo com três metafunções: ideacional, textual e interpessoal. A primeira diz respeito ao campo de atividades em que o(s) texto(s) ocorre(m); a segunda, concerne à organização da mensagem, e a terceira, nosso interesse neste capítulo, está alinhada aos participantes e às relações sociais entre eles. Cada uma das metafunções realiza-se por meio de um sistema, um conjunto de componentes gramaticais que existem dentro de uma relação de contraste com outros, num dado ambiente específico; quando em uso, um componente é escolhido a depender das condições do ambiente no qual os interlocutores se encontram (HALLIDAY, 1994).

A polaridade está abrigada na metafunção interpessoal (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014). Horn (2001) considera a polaridade um protótipo de sistema presente em todas as línguas naturais. O sistema é constituído pelos componentes positivo/negativo, sendo a barra (/) que representa o contraste da escolha (ou um ou outro). A condição de entrada é a localização de um sistema dentro de uma rede de sistemas, isto é, a “condição sobre a qual o sistema está disponível” (MATTHIESSEN; TERUYA; LAM, 2010, p. 89) e toma a forma de um componente gramatical ou um complexo deles, a depender de quais sistemas estão e podem estar disponíveis no processo de fraseamento.

Desde a escolha entre uma oração afirmativa ou uma oração negativa, outros níveis de especificidade tornam-se disponíveis: o nível de especificidade corresponde ao ordenamento do sistema da esquerda para a

direta, por meio de novas condições de entrada (relação do princípio de níveis e do princípio paradigmático entre o que é possível ou não). Matthiessen (1995, p. 487) sugere que

a escolha entre positivo e negativo é claramente interpessoal; em princípio, o falante escolhe a negativa se julgar que deve cancelar o que o destinatário acredita ou fará. A escolha da polaridade depende, portanto, de o falante manter e revisar um modelo de relações entre ele mesmo e o ouvinte: qual é a distância semiótica entre eles em sua interpretação da experiência e sua prontidão para agir? - qual é o equilíbrio entre o consenso e o conflito?

A polaridade realiza-se prototípicamente com o uso do Adjunto **não**, há alguns outros itens, como nem/nem, nunca e, em alguns contextos, até itens como dificilmente, raramente, e assim por diante, apesar de não terem sido pensados como realizadores da polaridade negativa (HASAN, 2010, p. 288). Também pode exercer outro papel nas orações, além daquele de Adjunto de modo: intensidade: contraexpectativa: limitativo. Uma vez acompanhado de outros itens lexicais, o Adjunto **não** enfraquece sua força de negatividade e passa a incorporar significados de expansão: adição. Há padrões com polaridade negativa, por exemplo, nos correlativos **não apenas/não somente ... mas também** (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 453), a exemplo de (1). Variações também são possíveis: **não somente mas, não só isso ... mas, apenas ... mas, não apenas...como, não somente ... senão** e outros.

1 A par disso, buscamos utilizar a educação como instrumento do processo de democratização de oportunidades. O que tem sido atingido **não apenas** com a ampliação das matrículas do curso médio em estabelecimentos oficiais, **mas também** mediante vigoroso sistema de bolsas. (SA85#1.5)¹⁰

¹⁰ A indicação de cada exemplo, feita com letras e números, está explicada na seção Procedimentos Metodológicos.

Os agrupamentos **não apenas** e **não somente** constituem um tipo particular de negação pela presença de Adjunto modal de intensidade em âmbito tanto da oração simples quanto do complexo oracional. Halliday e Matthiessen (2014, p. 128) categorizam tal padrão de uso como Pré-Modificador (**não**) e Núcleo de Adjunto modal de intensidade e contrarespectativa de limite (**só**, **somente**, **apenas**), se olharmos para análise de uma oração apenas. Em âmbito de complexo oracional, é uma conjunção correlativa, porque esse *n-gram* pode vir acompanhando da conjunção **mas** ou agnatas na oração estendida ou em nova oração (excertos 2 e 3).

2 Seja ele o encontro de brasileiros solidários, **não somente** nas horas alegres, **senão** em todas as horas. (ME73#2.1)

3 Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, **não apenas** causando dificuldades aos países em desenvolvimento, **mas também** abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional. (GE79#2.1)

Na obra de 1976 (p. 246), ao abordar a questão da coesão em inglês, Halliday e Hasan já destacavam que “[h]á um grande número de expressões conjuntivas, as quais têm este¹¹ significado, a exemplo de (...) **não só isso ... mas**”. Horn e Kato (2000, p. 153) lembram Quirk *et al.* (1985, p. 941), para quem

[o] significado de *não apenas ... mas*¹² é essencialmente aditivo, como o de *ambos ... e*: distingue, em vez de igualar os conjuntos, forçando-nos a olhar para o primeiro conjunto como base “dada”. Mas com *não apenas ... mas* a ênfase é maior, sugerindo que o conteúdo da primeira oração é surpreen-

11 Significado de adição.

12 Grifos do autor.

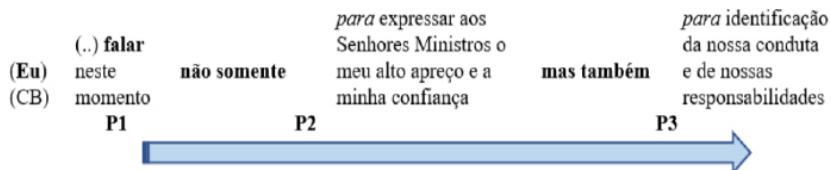
dente, e que o da segunda oração, muitas vezes reforçado por um advérbio como *também* ou *mesmo*, é ainda mais surpreendente.

O exposto leva-nos a incluir na análise o componente gradação, se partirmos do ponto de vista de que qualquer um dos dois termos é relevante. Para que isso ocorra, é preciso que ambos (**não somente** e **como também**, por exemplo) apresentem a mesma direção de orientação (HORN; KATO, 2000), a exemplo de (4).

4 [...] senti-me no dever [[de falar neste momento]], **não somente** para expressar aos Senhores Ministros o meu alto apreço e a minha confiança, **mas também** para identificação da nossa conduta e de nossas responsabilidades. (CB64#1.5).

Em (4), a direção de orientação revela-se pela presença do Experienciador **eu** e dos ouvintes **Ministros**, ao “expressar (...) o meu alto apreço e a minha confiança” e “para identificação (sic) da nossa conduta e de nossas responsabilidades” (Figura 2).

Figura 2 – Direção e orientação concomitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Horn e Kato (2000) argumentam que a direcionalidade de orientação ocorre somente se os itens estiverem no mesmo eixo de seta e que o valor mais forte ou mais extremo com relação a essa orientação esteja

mais perto da ponta da seta. Na nossa representação, denominamos P1 a oração inicial (“[...] senti-me no dever de falar neste momento”, à oração sequencial chamamos P2 (“**não somente** para expressar aos Senhores Ministros o meu alto apreço e a minha confiança”) e P3 foi atribuído à outra oração sequencial (“**mas também** para identificação da nossa conduta e de nossas responsabilidades”). O valor atribuído a P2, nessa formulação, é tido como dado, e P3, o valor mais extremo da seta, é o mais proeminente. Entretanto, vale observar que as orações afirmativas apresentam mais força do que as negativas. Podemos formular a seguinte equação:

$$P1 \wedge + P2 \wedge + P3$$

Horn também aponta que é possível empregarmos os valores negativos em “escalas emparelhadas” (HORN, 2000, p. 245), aquelas que empregam o comparativo **como**, seja ele claro ou subentendido. Nossa *corpus* revelou a presença de tais comparações, como podemos observar em (5).

5 E **não** é apenas obra do Eduardo ou minha, é quase **como** se fosse uma benção de Deus. (LU10#2.1)

Um outro argumento defendido por Horn (2000) aponta que **não apenas** é inherentemente pressuposicional e opcionalmente escalar por natureza, e **não somente** é não pressuposicional, mas obrigatoriamente escalar. Os excertos (6) e (7) evidenciam a diferença entre os dois agrupamentos.

6 Agora já posso referir-me a Ribeirão Preto **não apenas** como «a vossa», **mas** como «a nossa cidade». (CS69#2.1)

7 Preocupado em proporcionar à mocidade brasileira os meios mais adequados e eficientes à sua formação, teve o Governo **não somente** de investir consideráveis somas no aperfeiçoamento do ensino, **mas, acima de tudo**, modificar o ambiente de continuada agitação, incompatível com a tranquilidade inseparável de qualquer sistema educacional, que se não destine à subversão e à inficiência. (SA85#1.5)

Estendendo o estudo da linguagem para o estrato semântico-discursivo, Martin e White (2005, p. 1) propõem o sistema de avaliatividade, definido como rede de sistemas semânticos que oferecem categorias de análise no que diz respeito à presença subjetiva de falantes/escritores quando esses “adotam posições em relação ao material que apresentam e com aqueles com os quais se comunicam”. Os autores oferecem, na tradição sistêmico-funcional, redes de sistemas semânticos (atitude, engajamento e graduação) que mapeiam as diversas realizações léxico-gramaticais com potencial avaliativo: como falantes/escritores aprovam e/ou condenam, prezam ou desprezam, apreciam ou depreciam o campo, valor contextual da LSF, em todas as possibilidades concretas e/ou abstratas.

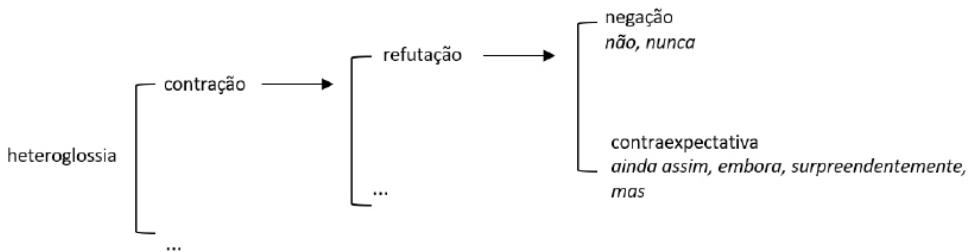
Ao mesmo tempo, por meio da avaliatividade, é possível resgatar pistas que invocam ouvinte/leitores, tanto físicos como putativos, e como falantes/escritores se posicionam e os convencem (ou não) de sua posição ideológica. O sistema de avaliatividade, portanto, oferece ao linguista orientação teórico-metodológica, a partir dos pressupostos da LSF, para desvendar o potencial avaliativo da linguagem e como as escolhas léxico-gramaticais e semânticas constroem tipos específicos de “identidades autorais ou *personae*”, resultando

em “alinhamentos e desalinhamentos com correspondentes físicos ou potenciais” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1).

Martin e White (2005) alocam o uso da negação no subsistema de engajamento, que retoma o dialogismo bakhtiniano (VOLOSHINOV, 1995) por meio da heteroglossia (BAKHTIN, 1981), que opera características do subsistema em jogo. A heteroglossia adota a tradição de que “enunciados expressam duas coisas: a informação proposicional e, também, a atitude do falante/escritor em relação a essa informação” (STUBBS, 1996, p. 2). Partindo da natureza dialógica do engajamento, Martin e White (2005, p. xi) concebem esse subsistema como “um recurso para a gestão do jogo de vozes no discurso”, de modo a contrair ou a expandir o discurso. Os autores propõem que, para categorizarmos textos heteroglóssicos, devemos mensurar o grau com o qual “um enunciado, pela força de uma ou mais locuções,ativamente faz concessões para posições e vozes dialógicas alternativas (expansão dialógica), ou alternativamente, age para contestar, defender ou restringir o escopo dos mesmos (contração dialógica)” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 102).

Avançando em níveis de especificidade no subsistema de engajamento, aqui apresentamos apenas o campo semântico que diz respeito à negação. O Adjunto negativo **não** – categoria prototípica de **negação** – está abrigado no campo da **refutação**, onde os significados ou são realizados com o efeito de contração do espaço dialógico para alternativas subsequentes nas situações de comunicação, ou são suplantadas por outras que vão de encontro às expectativas do ouvinte/leitor. A Figura 3 localiza a negação no subsistema de engajamento.

Figura 3 - Contração: refutação no subsistema engajamento



Fonte: Traduzido de Martin e White, 2005, p. 122.

Com base na caracterização dada ao Adjunto modal **não** por Martin e White (2005) e às posições de Quirk (1985) e Horn e Kato (2000) de que operamos em termos de saliência no discurso, assumimos, neste capítulo, a denominação *contração dialógica orientada*. Este construto, localizado principalmente na metafunção interpessoal da linguagem e aliada à metafunção ideacional, por meio do sistema de CONJUNÇÃO (MARTIN; ROSE, 2007), para nós significa que o falante/escritor opera voluntariamente sobre seu dizer e lhe dá significados de proeminência. A negativa perde sua força de refutação e tem, como efeito retórico, a adscrição.

Na próxima seção, apresentamos os procedimentos metodológicos para a realização deste trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingirmos nosso objetivo – explorar o caráter léxico-gramatical e semântico discursivo da contração dialógica orientada em discursos de presidentes brasileiros a partir da perspectiva da Linguística Sistêmico-

Funcional - reunimos um *corpus* de cem (100) discursos proferidos por dez presidentes brasileiros do período de 1964 até 2010. Para constituição desse *corpus*, selecionamos os cinco (5) primeiros discursos do primeiro mandato e os cinco últimos discursos do último mandato de cada chefe da nação. A seleção resultou em cinquenta discursos (50) do regime militar, entre os anos de 1964 e 1985, e cinquenta (50) discursos pós-regime militar, entre os anos de 1985 e 2003.

Rotulamos, neste trabalho, os dois *corpora* como (1) discursos políticos de ex-presidente militares e (2) discursos de ex-presidentes civis. Estes últimos são assim denominados, porque, a partir do presidente Sarney, em 1985, o contexto histórico, cultural e político brasileiro mostrou que o processo de redemocratização ocorreu quando os Atos Institucionais começaram a ser revogados, e a representação militar no Poder Executivo diminuiu.

Para viabilizar a análise, optamos por utilizar o **Método Misto** (CROKER, 2009) para a análise dos *corpora*. Sendo assim, cruzamos procedimentos de análise quantitativa com análise qualitativa, a fim de construir uma investigação que perpassasse o estrato da léxico-gramática e chegue ao estrato da semântica do discurso. A análise qualitativa visou fornecer hipóteses sobre como as associações léxico-gramaticais, isto é, as colocações e as coligações que os agrupamentos **não apenas, não somente** e suas variações operam nos discursos dos ex-presidentes e se relacionam com o contexto institucional e cultural em que foram produzidos.

Quanto à análise estatístico-textual dos *corpora*, utilizamos a ferramenta computacional *Sketch Engine* (KILGARRIFF *et al.*, 2014), juntamente com a abordagem da Linguística de *Corpus* (BERBERSARDINHA, 2000; SINCLAIR, 1991) com os conceitos de colocação e coligação. Utilizando a abordagem estatística e sua vertente interna,

classificamos a extensão do *corpus* como média (BERBER-SARDINHA, 2000). O processamento do total dos 100 discursos selecionados para nosso *corpus* (*batch 1*)¹³, apresentou os resultados expostos no Quadro 1.

Quadro 1 – Números totais do batch 1 – *corpus* total

Textos	<i>Corpus 1</i>	<i>Corpus 2</i>	Total
Número	50	50	100
<i>Tokens</i>	71.532	89.466	160.998
<i>Types</i>	11.591	11.377	22.968

Fonte: Dados da pesquisa.

A aplicação dos programas computacionais revelou a recorrência de dois *n-grams*¹⁴ mais frequentes no *corpus*: **não apenas e não somente**. Para a identificação dos exemplos, utilizamos uma legenda constituída por duas letras e números. As letras maiúsculas indicam o nome do presidente que proferiu o discurso (CB – Humberto de Alencar Castelo Branco, CS – Artur da Costa e Silva, ME - Emílio Garrastazu Médici, GE - Ernesto Beckmann Geisel, FI - João Baptista de Oliveira Figueiredo, SA - José Sarney de Araújo Costa, CO - Fernando Affonso Collor de Mello, IF - Itamar Augusto Cautiero Franco, FHC – Fernando Henrique Cardoso - e LU – Luís Inácio Lula da Silva). A seguir, empregamos dois números representativos do ano em que o discurso foi proferido, seguidos do símbolo cerquilha e acompanhado do número indicativo do

13 *Batch* é um conjunto de textos já “limpos”, no sentido da Linguística de *Corpus*, que estão compilados ou em uma pasta ou em único arquivo, em formato .pdf ou .txt.

14 *N-gram* é uma sequência com um N de palavras, N aqui indicando a palavra número. Por exemplo, o sintagma nominal “discurso político” é um 2-gram, por conter dois itens lexicais. Usamos o conceito de *n-gram*, da Linguística de *Corpus*, pois o objetivo do trabalho foi o de explorar o contexto léxico-gramatical do **não** e como ele é usado em uma miríade de possibilidades.

tempo de mandato (1 – início do mandato; 2 – fim do mandato) e do lugar que o discurso ocupa no ordenamento estabelecido nos *corpora*. Por exemplo **LU10#2.3** significa “Luís Inácio Lula da Silva – 2010 – discurso do segundo mandato – terceiro discurso proferido”.

Uma vez codificadas as ocorrências, executamos a análise léxico-gramatical (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), ao abordarmos o *locus* da negação orientada, o papel das evidências no discurso dos presidentes e o resultado avaliativo (MARTIN; WHITE, 2005) dos principais *n-grams*, já que muitas variações foram localizadas. Na seção a seguir, expomos nossa análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como as ocorrências do Adjunto de negação **não** (CORRÊA, 2019), os discursos dos presidentes civis apresentaram manejo mais frequente do espaço dialógico com seus ouvintes. Após percorrermos os dois *corpora* na busca do que estamos denominando *contração dialógica orientada*, encontramos 55 ocorrências, distribuídas em 19 para o grupo de presidentes militares e 36 nos dos presidentes civis. Os *n-grams* encontrados constam na tabela 1.

Tabela 1 – *N-grams* localizados nos corpora

Ocorrências	Militares	Civis
Não apenas ... (mas (também))	2	9
Não é apenas	-	2
Não somente ... (mas)também)	4	1
Não só...mas (também)	8	9

Não só(mente) ... como	1	2
Com o segundo articulador implícito	2	3
Variações	3	11
TOTAL	20	37

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise estatístico-textual dos dois *n-grams* **não apenas** e **não só**, também foram encontrados: **não apenas...como**, **não apenas...**, **não é só ... é**, **não só ... mas porque**, **não é mais ... apenas**, **mas...** e **não só como**, **não é só...é**, **não somente...mas**, **não somente...senão** e **não ... não apenas**.

O *locus* da negação dos *n-grams* **não somente** e **não apenas** indicou ou oração finita ou oração não finita. Halliday e Matthiessen (2014) categorizam este uso léxico-gramatical, no estrato da semântica do discurso, de parataxe por expansão e extensão aditiva. O que faz a negação funcionar como um conector de adição é o uso do Adjunto circunstancial de limitação (**somente**, **apenas**) que é usado após o marcador negativo. Assim, o marcador negativo recai na limitação dos Adjuntos em questão e constitui uma coligação que, mesmo com semântica negativa, funciona como locução conjuntiva correlativa para expandir uma oração por adição (excertos 8 e 9).

8 A exemplo do que fiz anteriormente, senti-me no dever de falar neste momento, **não somente** para expressar aos Senhores Ministros o meu alto apreço e a minha confiança, **mas também** para identificação da nossa conduta e de nossas responsabilidades. (CB64#1.5)

9 As distorções que se foram acumulando no setor público **não apenas**
lhe retiraram grande parte da utilidade **mas também** passaram a irradiar
exemplos e consequências altamente nocivas à vida econômica do
País. (CO90#1.3)

Em (8), o *n-gram* **não somente** tem, como *locus*, uma oração não finita (*expressar aos Senhores Ministros ...*); já em (9), o *locus* de **não apenas** é uma oração finita no passado (... *não apenas lhe retiraram grande parte da utilidade*). Nos dois casos, temos uma relação aditiva (... *expressar meu alto apreço E identificação da nossa conduta ...; ...retiraram grande parte E passaram a irradiar ...*).

Diversas são as funções léxico-gramaticais dos *n-grams* negativos encontrados, quando acompanhados de Adjuntos de limitação (**apenas**, **também**, **só**, **somente**). Podem integrar, como Pré-Modificadores, alguns grupos nominais (exerto 10), grupos verbais (11), grupos preposicionais (12), grupos adjetivais (13) e grupos oracionais (14).

10 Este **não é apenas** uma repartição uma repartição, **mas também** um centro de pensamento e de realizações. (SA85#1.2)

11 Mas procurando, a partir de agora, **não só** mantê-la como aprimorá-la, **não só** honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. (CO90#1.1)

12 Ao citá-lo quero prestar uma homenagem aos jornalistas **não apenas** do Piauí, **mas** de todo o Brasil. (IT93.#1.1)

13 **Não apenas** honrado e transparente por ser esta uma peculiaridade do Presidente e dos seus Ministros, **mas** honrado e transparente porque assim o exige a sociedade brasileira. (IT93#1.2)

Vendo na política e no poder exclusivamente um processo para fazer com que, na comunidade social, reinem a ordem e a justiça, agrada-me sobremaneira presidir a esta cerimônia, na qual se confere registro solene à data em que comemora o sesquicentenário da sua criação o departamento do governo especificamente encarregado de velar pelo império do Direito, colaborando, não só para que as leis se talhem segundo os critérios do justo, como também para que sejam elas justamente executadas. (ME69#2.4)

14 Vários excertos demonstraram a mesma direção de orientação (HORN; KATO, 2000), da contração orientada, como é o caso de (15).

15 Acontece que eu acho que política não é feita apenas de realizações, política também é feita de gestos. (LU10#2.2).

Nos *corpora* também foi encontrada, embora em pequeno número, a presença de escala emparelhada (HORN, 2000, p. 245), o que pode ser visualizado em (16).

16 Este não é apenas uma repartição, mas também um centro de pensamento e de realizações. (SA85#1.2)

Seguindo o argumento de Horn (2000), observamos também, nos *corpora*, a diferença entre realizações pressuposicionais e realizações escalares, como demonstram os excertos (17) e (18).

17 A escolha do Doutor Lucena para essa função não foi apenas uma indicação correta do seu partido, foi também uma escolha minha. (FH95#1.3)

18

Seja ele o encontro de brasileiros solidários, **não somente nas horas alegres, senão em todas as horas**; seja o encontro de homens que fazem da justiça social o mais alto valor da fraternidade humana, o indispensável vínculo entre os brasileiros providos de instrução, de capacidade de consumo e do exercício da liberdade e todos aqueles, irmãos nossos, ainda à margem dos benefícios da civilização (...). (ME73#2.1)

Em (17), Fernando Henrique Cardoso deixa pressupor que a indicação de seu partido não foi errônea, porque coincidiu com a sua, de modo a haver compatibilidade entre seus anseios e os de seus companheiros. Já em (18), a escalaridade revela-se nos Adjuntos de tempo “nas horas alegres” e “em todas as horas”, uma vez que o segundo ocupa lugar superior no *continuum* temporal (somente nas horas alegres x todas as horas).

Algumas ocorrências, nos discursos, apresentam apenas o primeiro segmento dos *n-grams*, deixando subentendido o segundo articulador, como podemos observar em (19).

19

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola **não é só** a função do professor - e a recuperação do seu salário, principalmente no ensino básico; é muito mais que isso. (FHC95#1.1)

No excerto (19), a relação entre as orações *Escola não é só a função do professor - e a recuperação do seu salário, principalmente no ensino básico e é muito mais que isso* é claramente de contraexpectativa, em que o articulador **mas** está subentendido. O *n-gram* **não é só** cumpre também o papel de quantificador que aponta para um lugar menor no *continuum* referente à identificação da escola.

No estrato da semântica do discurso, as avaliações feitas pelos presidentes, tanto civis quanto militares, movimentam-se principalmente para o polo positivo. Essa afirmativa parece ser contraditória, mas o que ocorre é que o **não**, quando controlado no espaço dialógico, perde sua característica negativa e empresta mais força ao segundo elemento da proposição. O Adjunto **não**, nesses casos, minimiza a negatividade e empresta mais força ao segundo componente do agrupamento, o que constitui o objetivo do locutor.

Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, **não apenas** causando dificuldades aos países em desenvolvimento,
20 **mas também** abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional. (GE79#2.1)

Em (20), Geisel, ao empregar a negativa na proposição **causando dificuldades aos países em desenvolvimento**, está negando, dialogicamente, a possibilidade de seu público avaliar os **desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo** como apenas capaz de causar dificuldades aos países em desenvolvimento. O locutor, por meio dessa estratégia, estende a proposição ao adicionar que os **desequilíbrios** também podem **abalar as moedas de maior prestígio no cenário internacional**. A presença do grupo conjuntivo **mas também** (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) faz com que a negação não mais se encontre no estrato da léxico-gramática e, sim, no estrato da semântica do discurso, apontando a possibilidade da exclusividade da proposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

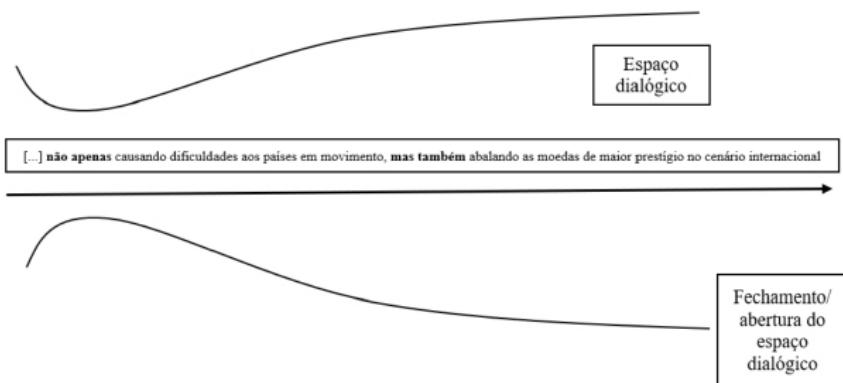
Neste capítulo, objetivamos explorar o caráter léxico-gramatical e semântico-discursivo da contração dialógica orientada em discursos de presidentes brasileiros a partir das orientações de Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e de Martin e White (2005). Analisar o discurso político (BOCHET *et al.*, 2017) na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional pode revelar muito da cultura política, das instituições políticas e dos eventos propriamente ditos (LI; LUI; FUNG, 2020).

Vale lembrar que Martin e White (2005) posicionam o uso do Adjunto modal **não** no campo semântico da negação, cujo sentido é o de negar enunciados anteriormente proferidos na tentativa de proteção da *persona* textual contra avaliações futuras, com vistas à construção de laços de solidariedade. Entretanto, quando acompanhados de Adjuntos de intensidade, a negativa perde sua força e adquire outros contornos, como realizar correlações, adições, emparelhamentos, pressuposições e escalas.

Ao analisarmos os *n-grams* **não apenas, não somente** e suas inúmeras variações, percebemos que o *locus* de negação não mais se encontra no estrato da léxico-gramática ou diretamente na totalidade do texto no estrato da semântica do discurso. O jogo lógico produzido por essas colocações faz com que o material experiencial que está sendo negado seja a exclusividade de uma proposição que supostamente o público pode ter em mente.

A Figura 4 mostra a movimentação da contração dialógica nos discursos analisados.

Figura 4 - Movimentação da contração dialógica nos *n-grams* não apenas e não somente



Fonte: Corrêa (2019).

A Figura 4 representa a logogênese do discurso político ao usar o *n-gram* **não apenas**, isto é, o desenrolar do significado na forma de texto no tempo. Tradicionalmente, pela avaliatividade, ocorre contração dialógica e o espaço para o prospecto avaliativo futuro é fechado. Contudo, com o *n-gram* em questão, não há um fechamento total do espaço dialógico em relação aos enunciados anteriormente produzidos e, também, para futuras avaliações acerca do material experiencial. O que acontece é uma contração dialógica orientada para caber ambas proposições (tanto a suposta negação da primeira proposição, iniciado por **não apenas**, quanto a proposição adicional, marcada e iniciada pelo uso do **mas também**) carregadas pelo uso dos *n-grams* em questão.

Em termos de prosódia semântico-avaliativa, pelo sistema de avaliatividade, a *persona* textual movimenta o espaço dialógico do seu texto, a fim de que possa se alinhar ou se desalinear com o público com que interage. Nesse controle do espaço, há graduação das categorias de realidade presentes no material experiencial das proposições: a *persona*

textual almeja persuadir pela negação da exclusividade da proposição, seja porque percebe que seu público não possui completa noção sobre a matéria em jogo e/ou porque enunciados terceiros promoveram apenas uma proposição.

Para não causar total fechamento do espaço diálogo, em especial na seara do registro político, cuja função é a de persuasão, o agente político recorre a uma distinta forma de avaliar negativamente o “desconhecimento” do seu público (vide “**não** apenas causando dificuldades”), pois, ao utilizá-la, pressupõe que seu público desconhece, parcial ou totalmente, a causa das dificuldades. Logo, numa ação de amenização linguística, insere o **mas também**, semântica-discursivamente para adicionar outra proposição, em polaridade positiva, supostamente em caráter monoglóssico, para construir uma forte ligação entre a primeira proposição e a segunda.

O que é interessante no jogo de orientação do espaço dialógico ao ponto de não o fechar totalmente para não causar possíveis desalinhamentos com o público, é que este padrão de uso não nega, diretamente, a proposição que precede: este uso de **não** apenas sinaliza a suposição do próprio produtor textual de que, talvez, seu público desconheça que há mais consequências, seja na dimensão semiótica, seja na social, quando a primeira proposição é construída. Logo, o que é negado não é a proposição *per se* e, sim, a crença do público de que apenas a primeira proposição é considerada verdadeira. É possível, então, denominar este fenômeno de *contração orientada do espaço dialógico*, no qual a direção é organicamente ligada a i) pressuposição do produtor textual e ii) desconhecimento, invalidação, inverdade por parte do suposto público em relação à proposição precedida de outro conetivo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **The dialogic imagination:** four essays. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BERBER-SARDINHA, T. Linguística de Corpus: histórico e problemática. **D.E.L.T.A.** São Paulo, v. 16, n 2, p. 323-367, 2000.
- BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- BOCHETT, A. C. *et al.* Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. **Moara**, Pará, n 47, pp. 128-161, 2017.
- BURKHARDT, A. ‘Politolingüistik. Versuch einer Ortsbestimmung.’ In Klein J & Diekmannshenke H (eds.) **Sprachstrategien und Dialogblockaden. Linguistische und politikwissenschaftliche Studien zur politischen Kommunikation.** Berlin/New York: de Gruyter, pp. 75–100, 1996.
- CORRÊA, E. K. C. **Discurso político de Lula:** o papel do marcador “não” na construção da *persona* textual. 151f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2015.
- CORRÊA, E. K. C. **Não é não, não?** Um estudo sobre o marcador negativo “não” em discursos políticos de presidentes brasileiros na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional. 236f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2019.
- CROKER, R. A. An Introduction to Qualitative Research. In HEIGHAM, J; CROKER R. A. **Qualitative research in applied linguistics:** a practical introduction. UK: Palgrave, 2009.
- DESOUZA, V. F. Political discourse analysis (PDA): theoretical and practical considerations. **Letras**, Santa Maria, v. 28, n. 56, p. 123-141, jan./jun. 2018.
- FAIRCLOUGH, N.; FAIRCLOUGH, I. **Political discourse analysis:** a method for advanced students. Nova York: Routledge, 2012.
- HALLIDAY, M. A. K. Part I In HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **Language, context and text:** aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1985, 1989.

HALLIDAY, M. A. K. Part I In HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M. I. M. **An introduction to functional grammar**. London: Hodder Education, 2004

HALLIDAY, M. A. K. Part I In HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **An introduction to functional grammar**. New York: Arnold, 2014.

HASAN, R. The meaning of ‘not’ is not in ‘not’. In: MAHBOOD, A.; KNIGHT, N. K. **Applicable linguistics**. London: Continuum, 2010.

HORN, L. **A natural history of negation**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

HORN, L.; KATO, Y. **Negation and polarity: syntactic and semantic perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

KILGARRIFF, A. et al. **The Sketch Engine: ten years on**. *Lexicography*, 1: 7-36, 2014.

LI, E. S.; LUI, P. L.; FUNG, A. K. **Systemic functional political discourse analysis**. London and New York: Routledge, 2020.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Working with discourse: meaning beyond the clause**. London: Continuum, 2007.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Lexicogrammatical cartography: English systems**. Tokyo: International Language Sciences Publishers, 1995.

MATTHIESSEN, C. M. I. M; TERUYA, K; LAM, M. **Key Terms in Systemic Functional Linguistics**. New York: Continuum Internacional Publishing Group, 2010.

QUIRK, R. et al. **A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.

- SINCLAIR, J. **Corpus concordance collocation**. Oxford: OUP, 1991.
- STUBBS, M. Towards a modal grammar of English: a matter of prolonged fieldwork. IN STUBBS, M. **Text and corpus analysis**. Oxford: Blackwell, 1996.
- VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WODAK, R. **The discourse of politics in action: politics as usual**. London: Palgrave, 2009.
- WODAK, R.; FORTCHNER, B. **The Routledge handbook of language and politics**. London: Routledge, 2017.

CAPÍTULO 8

Discursos da mídia sobre política: uma análise de representações atribuídas ao fenômeno da corrupção

Jéssica Cantele de Freitas
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

INTRODUÇÃO

A palavra “corrupção” tem estado presente em diversas manifestações linguísticas nas variadas plataformas midiáticas, com diferentes enfoques dependendo da intenção dos produtores dos discursos. Como exemplo recente desse destaque na mídia, citamos as manifestações discursivas de candidatos durante a campanha política das eleições majoritárias brasileiras do ano de 2018, a qual foi pautada por uma onda anticorrupção, com discursos que demonstravam um incessante interesse na luta contra esse problema de ordem moral e de grande prejuízo para o país.

Outro acontecimento que rendeu à mídia a propagação de discursos que abordam o tema em questão diz respeito à Operação Lava Jato, deflagrada com o propósito de desmembrar esquemas de corrupção que envolviam dirigentes, empreiteiras e políticos (NETTO, 2016). Embora a Lava Jato venha perdendo força, atrelada primordialmente ao posicionamento assumido pelo atual presidente de que no governo Bolsonaro não há corrupção (SHALDERS, 2020), acontecimentos dessa operação alimentaram inúmeros discursos da mídia em um passado recente. As copiosas manifestações linguísticas acerca da temática eram produzidas pela mídia nos mais diversos formatos e com distintos propósitos, como informar ou manifestar opiniões acerca desses fatos.

1 Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Corrupção na Lava Jato: desvio individual ou mal social? Uma análise das representações da mídia na perspectiva da LSF” (FREITAS, 2017), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM), sob orientação da professora Dr. Sara Regina Scotta Cabral. A pesquisa da qual deriva este artigo teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Frente à vasta gama de acontecimentos e com base na compreensão da necessidade de discussões sobre o tema “corrupção” em nossa sociedade, interessa-nos investigar como a mídia, enquanto formadora de opinião, atribui, linguisticamente, representações para esse fenômeno. Assim, entendendo a “corrupção” como um desvio de comportamento ligado à moralidade (FILGUEIRAS, 2008) e partindo da percepção de que se trata de um fenômeno de comportamento agressivo que ocorre tanto no campo público quanto privado (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014), o objetivo que rege a nossa pesquisa consiste em investigar representações linguísticas para a corrupção em textos sobre o tema Operação Lava Jato, veiculados na página *Observatório da Imprensa*, a fim de verificar se o fenômeno é tratado como um problema de caráter social ou individual. Selecionamos textos desse ambiente por se tratar de um fórum de opiniões, em que escritores publicam textos com o seu ponto de vista sobre fatos sociais midiáticos.

Classificamos os textos selecionados como **Discurso da Mídia Sobre Política** (BOCHETT *et al.*, 2017), uma vez que discorrem acerca de acontecimentos desse âmbito, mas não são produzidos por agentes políticos legitimados, e sim por escritores que alimentam um veículo midiático. Quanto à teoria que norteia nossa análise, tomamos por base a **Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)**, especificamente o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) e a representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997), os quais apresentamos na seção seguinte. Posteriormente, expomos a metodologia utilizada na análise, apresentamos e discutimos os resultados obtidos e, por fim, explicitamos algumas conclusões obtidas com esta investigação.

REFERENCIAL TEÓRICO

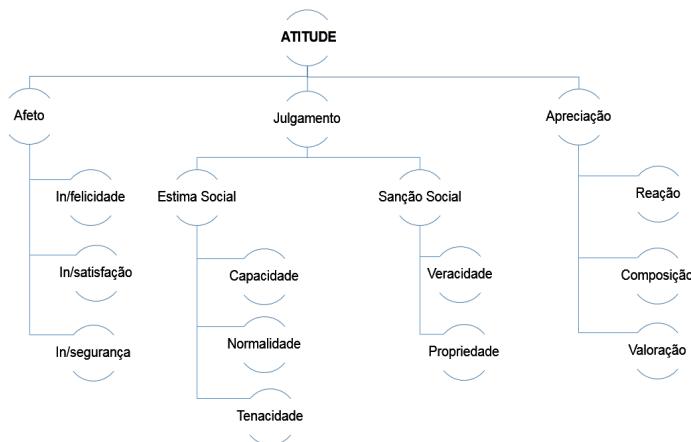
Compreendemos a linguagem como sociossemiótica, a qual dá conta do estudo de um sistema de significados produzidos por meio de relações em um determinado contexto social (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Como os significados são produzidos em ambientes específicos de significados, essa concepção é extremamente rica à Linguística Sistêmico-Funcional. Nesse viés, a função do contexto é a de ligar o texto à situação em que ele foi desenvolvido (HALLIDAY, 1985) e compreende dois tipos: *cultura* – geral, e *situação* – imediato. Neste, são dispostas três variáveis: *campo*, relacionada ao que está ocorrendo na interação; *relações*, referente à natureza e envolvimento dos participantes; *modo*, correspondente à organização simbólica do texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A LSF fornece diversas contribuições para o estudo da linguagem, e uma delas consiste em mecanismos para a investigação de representações, dos quais nos apropriamos do Sistema de Avaliatividade e da Representação dos Atores Sociais.

Sistema de Avaliatividade

O Sistema de Avaliatividade permite a realização de avaliações na linguagem, compreendendo posicionamentos, positivos ou negativos, de falantes/escritores (MARTIN; WHITE, 2005). As avaliações são expressas em textos, de modo que o leitor pode assimilá-las ou não, o que justifica o fato de esse sistema pertencer ao nível da semântica do discurso (VIAN JR., 2009). Ela compreende três subsistemas: *atitude* - mapeamento de sentimentos; *engajamento* - manifestação dialógica; *gradação* - recursos que avaliam os elementos em maior ou menor grau de positividade.

dade. Cada um desses subsistemas divide-se em outros, conforme os significados que expressam (MARTIN; WHITE, 2005). Visando investigar os posicionamentos dos escritores perante o fenômeno da corrupção, tomamos por base o subsistema atitude, uma vez que ele diz respeito à avaliação de sentimentos. Esse subsistema é apresentado atitude na Figura 1.

Figura 1 - Subsistema atitude



Fonte: Freitas e Cabral (2018, p. 234), a partir de Martin e White (2005).

Como podemos observar, são três as regiões semânticas que constituem o subsistema atitude. O *afeto* refere-se à avaliação de sentimentos, tanto positivos quanto negativos, e dá conta de três regiões afetivas: in/felicidade, insegurança e in/satisfação. Já o *julgamento* relaciona-se às avaliações de aprovação ou reprovação de comportamentos, e pode ser classificado em estima social (capacidade, normalidade e tenacidade) e sanção social (veracidade e propriedade). Por fim, a *apreciação* avalia fenômenos semióticos e naturais, cujas avaliações podem ocorrer por reação, composição ou valoração (MARTIN; WHITE, 2005).

Representação dos atores sociais

Com a finalidade de identificar representações dos atores sociais que se relacionam ao processo de corromper, tomamos por base a perspectiva proposta por Van Leeuwen (1997), situada também no nível da semântica do discurso. Essa perspectiva disponibiliza algumas categorias sociossemânticas das formas pelas quais os atores sociais podem ser representados no discurso, com destaque para a *exclusão* e a *inclusão*, utilizadas de acordo com o interesse do falante/escritor (VAN LEEUWEN, 1997). A exclusão pode ocorrer de duas formas: sem deixar marcas, quando não há marcas nem dos atores sociais nem de suas representações; com vestígios, quando se excluem os atores sociais envolvidos, mas se incluem as atividades representadas, podendo ocorrer por meio de supressão ou segundo plano. A Figura 2 sumariza essa categoria.

Figura 2 – Categorias de exclusão dos atores sociais

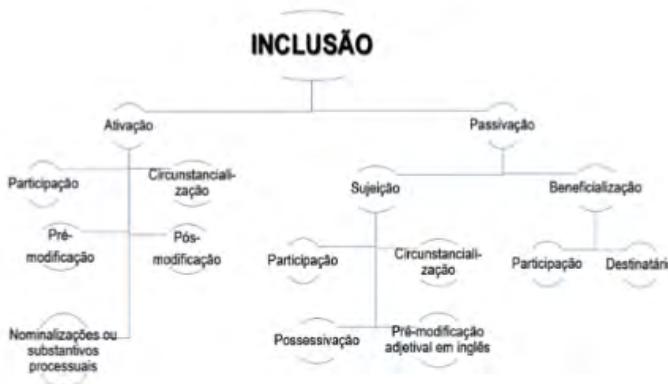


Fonte: Freitas (2017, p. 70), com base em Van Leeuwen (1997).

Já referente à inclusão, van Leeuwen (1997) apresenta a categoria de distribuição de papéis, que tem como foco identificar quem é representado como agente ou como paciente de determinada ação. As representações podem ocorrer de duas formas: por ativação ou passivação, que se dividem em categorias mais específicas conforme os atores sociais se apresentam.

Por ativação, as representações ocorrem quando os atores sociais são representados por forças ativas, e podem ocorrer de cinco maneiras: participação, circunstancialização, pré-modificação, pós-modificação e nominalizações ou substantivos processuais. Já por passivação, as representações acontecem quando os participantes submetem-se ou são afetados por alguma atividade, de modo que eles podem ser classificados por sujeição ou beneficialização. Por sujeição, os participantes são tratados como objeto, e pode se dar de quatro modos: participação, circunstancialização, possessivação e pré-modificação adjetival. Já por beneficialização, os participantes são representados como beneficiados positiva ou negativamente pelas ações, e pode ocorrer de duas formas: participação e destinatários (VAN LEEUWEN, 1997). Ilustramos as categorias de inclusão na Figura 3.

Figura 3 – Categorias de inclusão dos atores sociais



Fonte: Freitas (2017, p. 72), com base em Van Leeuwen (1997).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de cunho quantitativo e qualitativo (DENZIN; LINCOLN, 2006), uma vez que tem foco na frequência das ocorrências das categorias linguísticas do sistema de avaliatividade e de representação dos atores sociais, bem como na qualidade de seus significados. Ou seja, a ênfase recai sobre a predominância de elementos linguísticos nos textos analisados e também aos sentidos revelados por ela.

A temática refere-se à Operação Lava Jato, que representa um movimento de combate à corrupção (NETTO, 2016). Temos como ambiente de coleta do *corpus* a página *Observatório da Imprensa* (<http://observatoriodaimprensa.com.br/>), que opera como um espaço que acompanha o desempenho da mídia brasileira. Nesse ambiente, buscamos pelo termo “Operação Lava Jato” na ferramenta busca avançada do Observatório da Imprensa: (1) exibição dos textos pelo critério “relevância” da página; (2)

busca nos textos pelo termo “corrupção” e seleção daqueles que o apresentavam ao menos quatro vezes. Com esses passos, chegamos a 20 textos, publicados entre maio de 2014 (início da operação) e agosto de 2016 (data da coleta), os quais comportavam um total de 154 ocorrências do termo “corrupção”.

Posteriormente, a fim de encontrar as ocorrências das orações que eram predominantemente significativas para nossa análise, realizamos uma nova filtragem ao passar os textos pelo programa *WordSmith Tools 6.0*, nas seguintes etapas: (1) uso da ferramenta *Wordlist*, que indicou que a palavra “corrupção” ocupa a 27^a posição de palavras mais usadas, sendo a primeira na categoria dos substantivos; (2) busca pelo lema “corrup” com a ferramenta *Collocates*, o que permitiu identificarmos os termos que apareciam com mais frequência junto ao vocábulo “corrupção”: *a, de, e, à, institucional* e *é*; (3) seleção das orações em que “corrupção” aparecia acompanhado dos termos identificados na etapa anterior e exclusão das demais. A aplicação desses critérios resultou na seleção de 119 orações nos 20 textos coletados.

Quanto à análise, realizamos em duas etapas: análise contextual dos textos e análise semântico-discursiva das orações selecionadas. Os seguintes passos foram empregados: para a análise contextual (1) descrição do contexto de cultura que os textos se inserem, englobando aspectos referentes ao tema e ao meio de veiculação; (2) análise das variáveis situacionais dos textos: campo, relações e modo; já para a análise linguística (1) seleção das orações que apresentavam os termos delimitados; (2) análise do sistema de avaliatividade; (3) análise da representação dos atores sociais, pelas categorias de inclusão e exclusão; e (4) sistematização e categorização semântica dos resultados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

IDENTIFICAÇÃO E BREVE DESCRIÇÃO DO CONTEXTO

Em linhas gerais, o contexto de cultura que perpassa o tema da pesquisa é a atual conjuntura política brasileira. O Brasil é um país republicano, constituído em Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988) e, nesse cenário, algumas vezes ocorrem acordos entre partidos políticos ou alguns de seus membros e empresários, porém nem sempre de forma legal. Quando esses acordos são para benefício próprio, torna-se um ato ilegítimo (JANINE, 2017), o que acarreta, muitas vezes, escândalos e operações a fim de desmembrar os esquemas e punir os envolvidos, como a Lava Jato. Essa operação iniciou com investigações em um posto de gasolina no Paraná, mas aumentou suas proporções ao identificar um esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo dirigentes da estatal, empreiteiras e, também, políticos (NETTO, 2016). Devido ao interesse despertado na sociedade brasileira, a operação teve ampla divulgação na esfera midiática, sendo o *Observatório da Imprensa* um dos veículos que dava cobertura opinativa sobre os fatos.

Referente ao contexto de situação, investigamos as três variáveis nos textos do *corpus*: campo, relações e modo. Considerando que os textos foram publicados no mesmo veículo e da mesma maneira, compreendemos que as variáveis *relações* e *modo* coincidam em todos eles: há um distanciamento entre escritor e leitor (*relações*) em textos publicados em canal midiático e *online*, a partir do meio escrito (*modo*). O que se diferencia de forma significativa entre eles é a variável *campo*, pois, embora

todos tratam sobre a Lava Jato, cada um realiza exposição de informações e manifestação de opinião com foco em um acontecimento específico da operação (Quadro 2).

Quadro 2 – Identificação da variável *campo* nos textos do *corpus*

	Campo
T#1	Trata sobre a base política a ser montada por Temer após o novo foco da Lava Jato e como as novas investigações podem prejudicar seu governo.
T#2	Aborda o aumento de casos de corrupção divulgados e a importância da Lava Jato, que não pode ser reduzida às pautas da imprensa.
T#3	Versa sobre acusações a políticos e como a campanha eleitoral tornou-se uma guerra de interesses dos veículos de informação.
T#4	Discorre sobre a delação premiada de Nelma Kodama e como esse tipo de acordo pode servir para que as estruturas da corrupção sejam cortadas.
T#5	Alude à seletividade da mídia na divulgação e vazamento de informações e defende que o destino da democracia depende do MP, PF, Judiciário e mídia.
T#6	Retrata a evolução do papel da imprensa em contextos de crise política e argumenta a validade de estratégias comunicacionais para criar uma consciência coletiva anticorrupção.
T#7	Discute o aumento do uso de tornezeleiras eletrônicas e a importância dos cidadãos no destino da Lava Jato.
T#8	Disserta sobre a contaminação da política pelo vírus da corrupção e sobre a necessidade de algumas mudanças anticorrupção.
T#9	Apresenta informações sobre Dilma desrespeitar delatores e a necessidade de esse respeito existir.

T#10	Desenvolve sobre a possibilidade que a Lava Jato trouxe de punir corruptos e sobre a necessidade de rever a ideia de que os envolvidos nos casos não ameaçam a vida alheia.
T#11	Expõe o excesso de notícias sobre a Lava Jato divulgadas pela mídia, o que dificulta a compreensão por quem acompanha.
T#12	Indica os diferentes posicionamentos de dois jornais sobre os mesmos fatos da Lava Jato, o que revela à mídia caminhos distintos a percorrer na cobertura da operação.
T#13	Explana sobre a existência de interesses políticos e econômicos nas ações da mídia.
T#14	Revela que o poder do país está em três instituições – MP, PF e mídia; e isso altera o modo tradicional de fazer política.
T#15	Aponta que a mídia, ao noticiar casos da Lava Jato, não foca no que é primordial.
T#16	Evidencia a perda do foco da imprensa na checagem de fontes e o seu ataque ao PT.
T#17	Traz informações sobre a bancada de Eduardo Cunha tentar fazer manobras a seu favor, mas está resultando na sua desidratação.
T#18	Mostra que é papel da imprensa investigar as causas da corrupção, mas que não o faz pois também está envolvida.
T#19	Expressa o objetivo da mídia de defender seus interesses, o que ameaça a democracia.
T#20	Delibera sobre a mídia transformar a Lava Jato em um problema de ordem moral e sobre a necessidade de democratização dos meios de comunicação.

Fonte: A autora, com base em Freitas (2017).

O Quadro 2 evidencia que, embora todos os textos tratem do mesmo tema, o campo é variado. As informações apresentadas nos textos são referentes a assuntos políticos e, também, à mídia, o que vai ao encontro da proposta da página em que estão veiculados, que é discutir fatos divulgados pela imprensa. Além disso, percebemos que os textos possuem uma estrutura de organização em comum: exposição de informações e manifestação de opinião do autor sobre o tema abordado.

ANÁLISE LINGUÍSTICA DA REPRESENTAÇÃO DA CORRUPÇÃO

A “corrupção” pelo sistema de avaliatividade

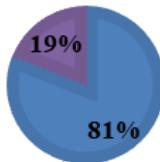
Referente à análise do sistema de avaliatividade, nosso foco recai apenas sobre o subsistema atitude, que diz respeito ao mapeamento de sentimentos (MARTIN; WHITE, 2005). Das 109 orações com “corrupção” analisadas, as avaliações pelo subsistema atitude estavam presentes em apenas 64 delas, com as três regiões semânticas presentes nas seguintes porcentagens: 57,8% para apreciação, 31,2% para julgamento e 10,9% para afeto. A predominância de avaliações por apreciação revela-nos que há um foco maior sobre o próprio fenômeno da corrupção, do que sobre o comportamento dos envolvidos ou dos sentimentos que ela provoca. A análise das categorias das três regiões semânticas nas orações analisadas revelou o que ilustramos nas Figuras 4, 5² e 6.

² ES = Estima Social; SS = Sanção social.

Figura 4 – Categorias de apreciação

APRECIAÇÃO

■ Composição ■ Valoração

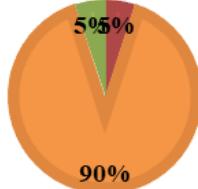


Fonte: As autoras.

Figura 5 – Categorias de julgamento

JULGAMENTO

■ ES - Capacidade
■ SS - Propriedade

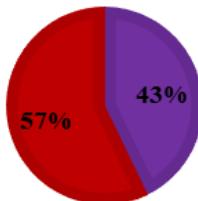


Fonte: As autoras.

Figura 6 – Categorias de afeto

AFETO

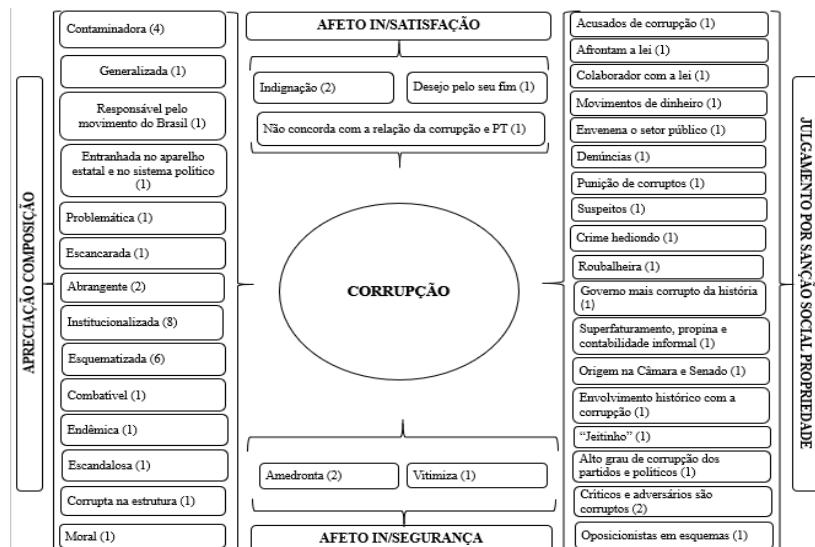
■ In/Segurança ■ In/Satisfação



Fonte: As autoras.

A Figura 4 expõe a predominância de apreciação por composição, em 30 orações, o que indica um foco em avaliações que dão conta do equilíbrio e complexidade do fenômeno da corrupção. Na Figura 5, percebemos a dominância de julgamento por sanção social propriedade, em 18 orações, o que revela a centralidade em avaliações relacionadas a normas, julgando a ética nos envolvidos no fenômeno na corrupção. Por fim, a Figura 6 demonstra a equivalência entre afeto in/segurança e in/satisfação, em 3 e 4 orações respectivamente, o que revela avaliações voltadas ao sentimento de satisfação ou frustração dos participantes relacionadas a “corrupção”, bem como a sensações de paz ou ansiedade que ela provoca. A partir das categorias predominantes das três regiões semânticas do sistema de avaliatividade, realizamos a categorização apresentada na Figura 7.

Figura 7 - Categorização das avaliações predominantes de apreciação, julgamento e afeto para a “corrupção”



Fonte: As autoras, com base em Freitas (2017).

Percebemos que as avaliações por apreciação composição denotam majoritariamente um caráter negativo à corrupção, as quais atribuem características para esse fenômeno, tais quais “problemática”, “endêmica”, “escandalosa” e “moral”. Em relação ao julgamento de sanção social propriedade, verificamos, novamente, a recorrência de atitudes do campo negativo, como “roubalheira” e “crime hediondo”, com exceção de uma, “colaborador com a lei”, que diz respeito às contribuições dos acusados à justiça após as investigações. Concernente ao afeto, evidenciamos sensações repulsivas que a corrupção provoca, tais como indignação e medo. A título de ilustração, selecionamos um exemplo de categoria de cada região semântica para discussão, o que apresentamos na sequência.

Ex. 1	o expurgo da “corrupção” institucionalizada será desinflado quando for definida a luta pela presidência da República.
Ex. 2	E é esta mesma mídia que gosta de apontar o dedo em riste e chamar adversários de “ corruptos ” que não noticia que o mensalão tucano está prestes a completar 10 anos e legalmente caducar, sem que ninguém tenha sido julgado ou condenado.
Ex. 3	nós, os cidadãos, estamos virando náufragos num “mar de corrupção” cujos limites desconhecemos e, de alguma forma, temos até medo de conhecer.

Em (Ex. 1), o epíteto “institucionalizada” indica uma apreciação por composição, na medida em que avalia o caráter da corrupção, o qual não está voltado para as pessoas que a praticam, e sim para as instituições, o que justifica pertencer à categoria “institucionalizada”. Em (Ex. 2), o julgamento por sanção social propriedade está no próprio termo foco de análise, visto que “**corruptos**” está operando como epíteto para julgar

comportamentos de críticos e adversários avaliados pela mídia, de modo que pertence à categoria “críticos e adversários são corruptos”. No (Ex. 3), o afeto in/segurança está designado pela expressão “estamos virando naufragos”, o que revela a sensação de atemorização provocada nos cidadãos pelos casos de corrupção existentes, enquadrando-se, dessa maneira, na categoria “amedronta”.

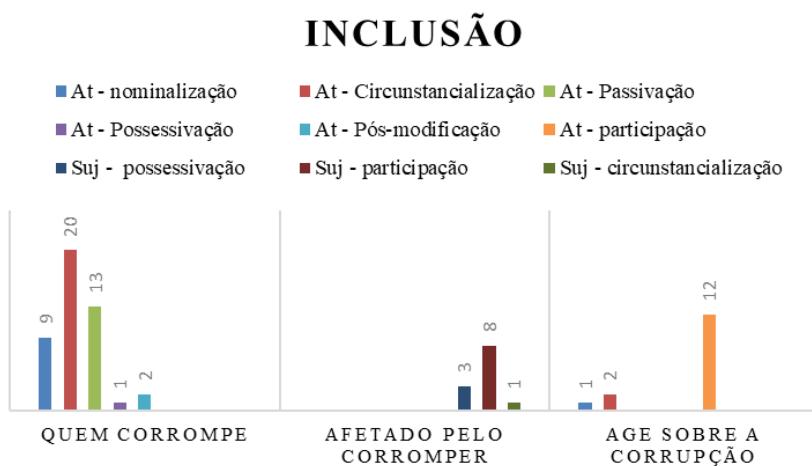
A corrupção pela representação dos atores sociais

A última etapa de análise da representação da corrupção consistiu na investigação dos atores sociais envolvidos com esse fenômeno, com base nas categorias de exclusão e inclusão propostas por Van Leeuwen (1997). Direcionamos o olhar para três categorias de participantes: **quem corrompe, quem é afetado pela corrupção e quem age sobre a corrupção**. Percebemos um destaque para representações por exclusão para as categorias “quem corrompe”, em 58,7% das orações que esse agente opera, e “quem é afetado pela corrupção”, em 88,9% das orações que esse participante realiza.

Sobre a categoria exclusão, a identificação de quem corrompe revelou 49 ocorrências de supressão e 15 de encobrimento, enquanto a investigação de quem é afetado indicou 97 ocorrências de supressão. A predominância de supressão revela que os autores apresentam a atividade de corromper, mas omitem os responsáveis corruptos e não focalizam os participantes afetados, de modo que não podem ser recuperados no texto. As ocorrências numéricas indicam o relevante papel da supressão nos textos selecionados, pois essa estratégia exime os escritores da responsabilidade de definir os envolvidos, apenas apresentando os fatos,

mas não nomeando quem está por trás do processo da corrupção e nem quem é acometido por ela. Todavia, devido ao fato de esses participantes não poderem ser retomados no texto, selecionamos para a análise apenas as orações pertencentes a categorias de inclusão, indicadas na Figura 8³.

Figura 8 – Classificação dos atores sociais - Inclusão



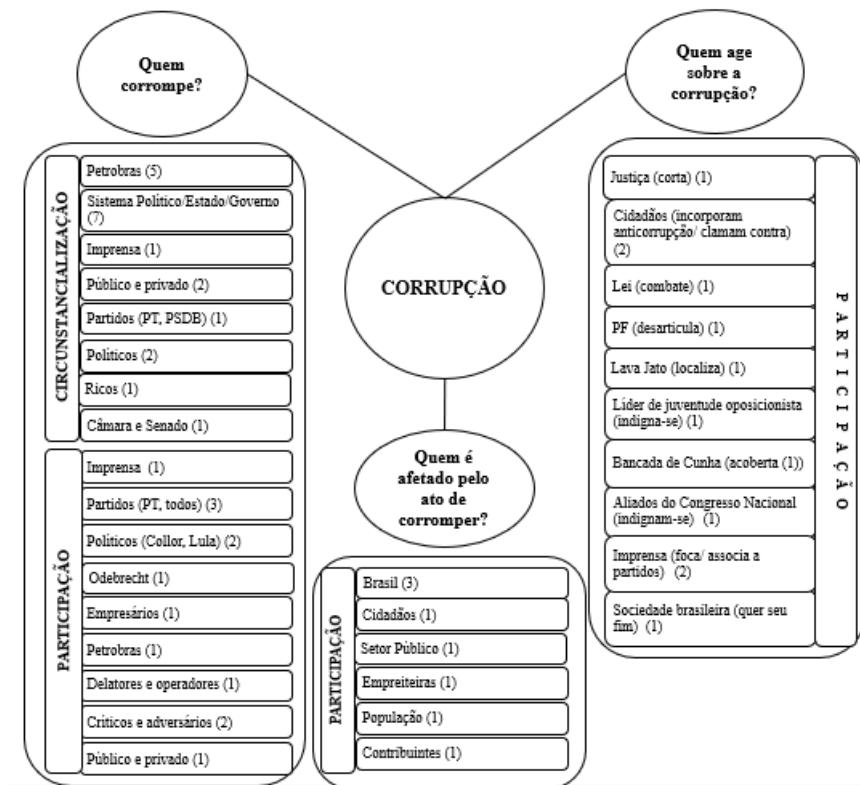
Fonte: As autoras.

Referente a quem corrompe, a predominância recaiu sobre a representações por ativação circunstancialização (20) e passivação (13), ou seja, a representação se dá de forma ativa por meio de circunstâncias e pelo destaque do papel do participante. Sobre os atores sociais afetados pelo ato de corromper, a predominância indicou sujeição participação (8) quando há destaque para o participante, mas de forma passiva, isto é, recebendo a ação de outro participante que corrompe. Por fim, quanto a quem age sobre a corrupção, houve predomínio de ativação

³ At = Ativação; Suj = Sujeição.

participação (12), destacando o papel dos participantes ativos nesse processo. Escolhemos as orações referentes às categorias predominantes para a categorização semântica, a qual é ilustrada na Figura 9.

Figura 9 – Categorização das representações dos atores sociais



Fonte: As autoras, com base em Freitas (2017).

Notamos que, tanto por circunstancialização quanto por participação, os atores sociais “que corrompem” estão vinculados ao meio político e empresarial, à imprensa e àqueles com maior acúmulo de dinheiro. Por circunstancialização, os participantes não são nomeados, eles são representados de forma geral, como políticos, partidos, etc; o mesmo ocorre nos casos de participação, com poucos casos em que os participantes são designados, como Collor, Lula e Odebrecht. Do mesmo modo, os atores sociais passivos que são “afetados pela corrupção” também não aparecem nomeados, sendo, de forma generalizada, os indivíduos brasileiros, o país, as empreiteiras e o setor público. Já referente aos atores sociais que “agem sobre a corrupção”, identificamos que também há uma generalização, e são instituições e a população que objetivam seu fim, a imprensa que a tem como foco, os participantes que se indignam e os políticos que a acobertam. A seguir, exemplificamos uma categoria de cada ator social investigado⁴.

Ex. 4	A população pode começar a dar-se conta de que a “corrupção” é tão generalizada que só uma eleição geral pode acenar com a possibilidade de uma limpeza geral num sistema político que passa a ser visto, cada vez mais, como uma instituição que cuida apenas dos seus interesses eleitorais.
Ex. 5	O ator-jornalista William Bonner aparece agora mais cordial e mais consternado com a praga da “corrupção” que assola o país .
Ex. 6	A sociedade brasileira quer o fim da “corrupção”.

Em (Ex. 4) há um exemplo de quem corrompe, uma vez que, de forma ativa, “num sistema político” circunstancializa o local onde ocorre

⁴ Os atores sociais analisados encontram-se destacados em negrito.

a corrupção, ressaltando a sua presença no sistema político, enquadrando-se na categoria “sistema político/Estado/Governo”. O (Ex. 5) ilustra uma ocorrência de participante afetado pela corrupção, em que “o país” é o ator social que sofre, de forma passiva, as ações da “praga corrupção”, o que justifica pertencer à categoria “Brasil”. No (Ex. 6), temos “a sociedade” como o ator social que age sobre a corrupção, que, através do processo mental “quer”, revela o seu sentimento sobre ela: desejo pelo seu fim, compreendendo a categoria “sociedade brasileira”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em um *corpus* constituído de Discursos da Mídia Sobre Política (BOCHETT *et al.*, 2017), ou seja, textos que tratam de temas políticos, veiculados em contexto midiático, mas escritos por agentes que não são políticos, investigamos representações linguísticas para um tema de grande divulgação e de amplo interesse social: a corrupção. Inserimo-nos culturalmente no contexto político brasileiro, tumultuado por polêmicas degeneradas, no qual a Operação Lava Jato vem realizando ações de investigação e punição aos envolvidos em atividades ilícitas. Devido à relevância social dessa operação, seus fatos são divulgados cotidianamente em veículos de informação, incluindo o *Observatório da Imprensa*, do qual nos apropriamos para a investigação.

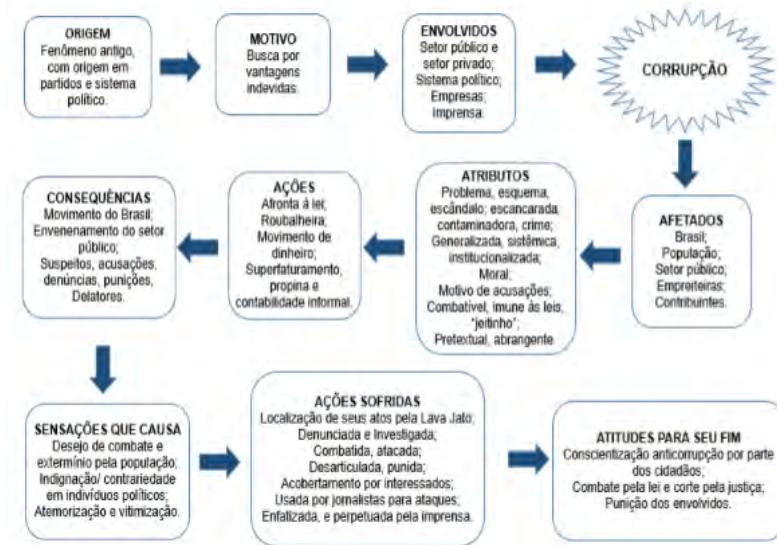
Situacionalmente, os 20 textos investigados são escritos e veiculados em mídia *online*, estabelecem uma relação entre os escritores e os leitores e tratam de diversos temas relacionados à Operação Lava Jato e à Imprensa. A esses textos, com base no sistema de avaliatividade (MARTIN;

WHITE, 2005) e na representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997), aplicamos uma metodologia quantitativa com o propósito de verificar as categorias linguísticas predominantes, bem como o seu significado na construção de representações para a corrupção.

A análise do sistema de avaliatividade nos mostrou que as avaliações atribuídas à corrupção são predominantemente voltadas ao seu equilíbrio e complexidade, à ética dos envolvidos e às sensações que provoca nos indivíduos, tanto nos participantes implicados quanto nos cidadãos em geral. Ademais, houve a hegemonia de avaliações de campo negativo, o que está de acordo com o tema “corrupção”, compreendido como um desvio moral de conduta. Por fim, a análise da representação dos atores sociais permitiu-nos compreender que os atores sociais relacionados com a corrupção são apresentados predominantemente por exclusão e de forma generalizada, com raras especificações, o que pode ser uma estratégia dos autores dos textos, com o intuito de não se comprometerem ao apresentarem os envolvidos. Nos poucos casos em que os atores sociais estavam incluídos nos discursos, percebemos que os participantes são representados como pertencentes ao âmbito institucional (política, empresas e imprensa) além do contexto nacional (país e sociedade).

Em cada uma das análises, apresentamos uma categorização semântica das representações da “corrupção” a partir dos elementos linguísticos predominantes. A fim de verificarmos a representação geral para esse fenômeno, compilamos todas as categorizações semânticas, o que culminou na identificação de que as representações para “corrupção” são realizadas por meio de dez distintas regiões semânticas, que vão desde a sua origem até as atitudes que visam o seu fim, como expomos na Figura 10.

Figura 10 – Categorização geral de representações para a “corrupção”



Fonte: FREITAS (2017, p. 145).

Através da Figura 10, percebemos que a origem da corrupção é antiga e está ligada ao sistema político, que tem o único motivo de buscar vantagens indevidas, das quais estão envolvidos os setores público e privado, o sistema político, as empresas e a imprensa. Sobre os participantes que sofrem as ações da corrupção, estão a população brasileira no geral, o setor público e as empreiteiras. Seus atributos são de caráter negativo, tais como: problema, escândalo e crime, além disso, é sistêmica, moral e institucionalizada. Por efeito, suas ações e consequências também são negativas, uma vez que são atos ilegais, como roubalheira e propina, que resultam em um movimento prejudicial ao país, como o envenenamento do setor público, por exemplo, o que resulta em sentimentos de aterrorização na população, que deseja o seu combate. Atualmente, sofre ações pela Lava Jato, como investigação e desarticulação, e pela imprensa,

como ataque e perpetuação. Para o seu fim, de acordo com as análises, são necessárias três ações: aplicação de anticorrupção pela população, combate pela justiça e punição dos envolvidos.

Em síntese, considerando o contexto que os textos se inserem, a corrupção é representada predominantemente em virtude de seu caráter político, com sua ocorrência dentro desse sistema, ou seja, as informações representadas referentes a ela são de fenômeno institucional. Assim, o objetivo norteador deste trabalho não é respondido com as hipóteses levantadas inicialmente, visto que “corrupção” não é abordada nem de forma individual e nem social, uma vez que o foco das representações é de caráter **institucional**. Desse modo, escritores que publicam no *Observatório da Imprensa* sobre assuntos relativos à Operação Lava Jato propagam o estereótipo de que a corrupção está entranhada no sistema político brasileiro, já que, ao representá-la como institucionalizada, revelam que ela está arraigada na cultura do país.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, P. Analysing Language and Politics, **Mediazione**: Rivista online di studi interdisciplinari su lingue e culture. 2008. Disponível em: http://www.mediazioni.sitlec.unibo.it/images/stories/PDF_folder/documentpdf/2005/articoli2005/4%20bayley.pdf. Acesso em: 26 dez. 2016.

BOCHETT, A. C.; *et al.* Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. In: **Moara**, v. 47, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CORTELLA, M, S; BARROS FILHO, C. **Ética e vergonha na cara!** Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2014.

DENZIN, N, K, LINCOLN, S. R. N. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Nentz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FILGUEIRAS, F. **Corrupção, democracia e legitimidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FREITAS, J. C. **Corrupção na Lava Jato:** desvio individual ou mal social? Uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2017. 174p.

FREITAS, J. C.; CABRAL, S. R. S. Avaliatividade: marcas linguísticas em exemplares do gênero exposição. In: CABRAL, S. R. S; BARBARA, L. **Estudos Sistêmico-Funcionais no âmbito do projeto SAL.** 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, PPGL, 2018, p. 230-251.

HALLIDAY, M. A. K. "Part A". In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Context and Text:** aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HALLIDAY, M.A.K. e MATTHIESSEN, C. **Halliday's Introduction to Functional Grammar.** New York / London: Routledge, 2014.

JANINE, R. Pode existir ética na relação entre políticos e empresários? **Jornal da USP**, 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/actualidades/pode-existiretica-na-relacao-entre-politicos-e-empresarios/>. Acesso em: 30 out. 2017.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. **The language of evaluation:** appraisal in English. 2005.

NETTO, V. **Lava Jato:** o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em: <http://observatorio-daimprensa.com.br/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SHALDERS, A. "Acabei com a Lava Jato": as medidas de Bolsonaro que já enfraqueceram a operação. **BBC NEWS**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472964>. Acesso em: 28 out. 2021.

VAN LEEUWEN. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E.R. (Org.). Análise Crítica do Discurso. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222

VIAN Jr., O. O sistema de avaliatividade e os recursos para Gradação em língua portuguesa: questões Terminológicas e de instanciação. *Delta*, 25:1, 99129, 2009.

Sobre o organizador



ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA

É doutorando em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Mestre em Linguística Aplicada pelo mesmo programa (PosLA-UECE). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade UNIBF, Metodologia da língua inglesa e espanhola também pela Faculdade UNIBF e Gestão Escolar pela Faculdade Cidade Verde (FCV). Graduado em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE campus Crateús) e Graduado em Pedagogia pela Universidade Venda Nova do Imigrante (UNIFAVENI). Atua como Professor Substituto na Universidade Estadual do Ceará (UECE), no campus da Faculdade de Educação de Crateús (FAEC) e Professor de Língua Portuguesa e Redação do Colégio Estadual Regina Pacis (CERP) na Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE). É autor do livro “Análise de Discurso Crítica do Golpe de 2016 na mídia hegemônica brasileira” (2020). Possui interesse nas áreas de Linguística Aplicada, Análise de Discurso Crítico e Discurso Político.

Sobre os autores



CLÁUDIO HUMBERTO LESSA

Possui graduação em Letras Português e Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1993), mestrado e doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem se dedicado ao estudo do discurso político, das ideologias políticas, de discursos midiativistas e da argumentação. Desde o pós-doutorado, em 2011, tem desenvolvido pesquisa sobre a relação entre as representações sociais e a constituição de identidades em narrativas de si (de alunos da EJA, de políticos, de celebridades, entre outras). É professor do CEFET-MG, onde atua nos cursos técnicos, na Educação de Jovens e Adultos, no terceiro turno, no curso superior de Letras e na pós-graduação. Atualmente, coordena o grupo de pesquisas Narrar-se CEFET-MG: estudos sobre narrativas de si em diversos corpora e suportes. Integra o projeto de extensão: “Escritas de si”, voltado para a formação de trabalhadores (as) terceirizados (as) do CEFET-MG, Campus!



ID

DENISE DE SOUZA ASSIS

Doutoranda em Estudos de Linguagens - Discurso, Mídia e Tecnologia pelo CEFET - MG. Mestre em Letras - Estudos discursivos pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Licenciada em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Atuou em 2017 como Professora de Magistério Substituto na Universidade Federal de Viçosa, ministrando as disciplinas de LET 104 - Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos e LET 191- Linguística III. Atuou em 2019 como professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Unidade Carangola), lecionando as disciplinas de Português Instrumental, Alfabetização e Letramento e Estágio Supervisionado. Atuou em 2020 como professora de Língua Portuguesa, Redação e Literatura no IFMG - Campus Sabará, onde também lecionou no ensino superior. Possui interesse de pesquisa na Análise do discurso, principalmente em relação à Teoria Semiolinguística , à Interseccionalidade e às relações entre Discurso político, mulher e mídia.



JÉSSICA GOMES DE OLIVEIRA

Mestre e Doutoranda em Estudos de Linguagens no Programa de Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Graduada em Comunicação Social, com bacharelado em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). No CEFET-MG, tem desenvolvido trabalhos voltados para a análise de discursos políticos em diversos corpora, especialmente nas redes sociais digitais. Possui interesse nos estudos ligados à argumentação, imaginários e ideologias políticas. É membro do grupo de pesquisas Narrar-se CEFET-MG: estudos sobre narrativas de si em diversos corpora e suportes. De 2018 a 2020, atuou como professora na Faculdade Ciência da Vida, em Sete Lagoas – MG, onde ministrou as disciplinas de Português Instrumental – Oficina de Textos e Filosofia. Em 2021, atuou como professora tutora na mesma instituição de ensino.



ERICK KADER CALLEGARO CORRÊA

Possui graduação em Letras Português/Inglês e respectivas literaturas pelo Centro Universitário Franciscano (2011). Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Teoria e Análise Lingüística, atuando principalmente com as seguintes teorias: Linguística Sistêmico-Funcional, Teoria da Avaliatividade, Análise Crítica do Discurso e Análise de Discurso Político. Possui mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal em Santa Maria, com a produção da dissertação intitulado “Discurso político de Lula: o papel do marcador negativo na construção da persona textual”, cujo foco de estudo foi a exploração do Adjunto negativo “não” em discursos do ex-presidente. Possui doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria, na qual pesquisou sobre o comportamento léxico-gramatical da negação em discursos de presidentes militares e presidentes civis e produziu a tese “Não é não, não? Um estudo sobre discursos políticos de presidentes brasileiros pela perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional”. É membro da Associação de Linguística Sistêmico-Funcional da América Latina (ALSFAL).



SARA REGINA SCOTTA CABRAL

Possui Mestrado (2002) e Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2007). Realizou pós-doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a supervisão da Profa. Dra. Leila Barbara, abordando os processos verbais no discurso jornalístico. Faz parte do Grupo do CNPq SAL (Sistêmica, Ambientes e Linguagens), da Linha de Pesquisa Linguagem no Contexto Social (UFSM) e do Grupo de Estudos em Linguística Funcional (UFOP). É membro a Associação de Linguística Sistêmico-Funcional da América Latina (ALSFAL). Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal de Santa Maria, onde atua em cursos de graduação e de pós-graduação. Suas pesquisas envolvem Linguística Aplicada aos Estudos da Linguagem com foco em Língua Portuguesa na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional e do Sistema de Avaliatividade, com especial atenção para o tratamento dos dados utilizando a Linguística de Corpus.



TAYSON RIBEIRO TELES

Nasceu em 1991, em Brasileia, no estado do Acre. Atua como Servidor Público desde os 18 anos de idade (há 11 anos) e Servidor Público Federal desde janeiro de 2012. Atualmente, integra o quadro funcional efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC, em cargo de Docente da Carreira do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico-EBTT, área Economia e Gestão de Finanças e Comércio, lecionando nos níveis de Graduação e Cursos Técnicos. É Líder do Grupo de Pesquisa NUPEGEN-Acre (Núcleo de Pesquisas em Gestão e Negócios do Acre) do IFAC/CNPq. Adota uma visão humanista sobre a vida e tem formação multidisciplinar. É Doutorando em Linguagem e Identidade (Lingua[gens] e Formação Docente) pela Universidade Federal do Acre-UFAC [2020-2024], com Projeto de Tese versando sobre análise do discurso do currículo de Economia no/do IFAC. Possui Mestrado em Linguagem e Identidade (Cultura e Sociedade) pela UFAC [2016], com dissertação no campo da análise do discurso político-jurídico/constitucional brasileiro. Possui 3 graduações: Tecnologia em Gestão Financeira, pela UniSEB/Estácio-SP [2013], Licenciatura em Matemática (Formação Pedagógica), pelo Ceuclar-SP [2015] e Bacharelado em Direito, pela UFAC [2017], tendo sido aprovado no 20º Exame Nacional da OAB [2016].

Concluiu 4 Pós-graduações Lato Sensu: Gestão Administrativa na Educação [ESAB/ES, 2014], Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) [UFAC, 2015], Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica [IFAC, 2015] e Gestão de Políticas Públicas com Ênfase em Gênero, Raça e Etnia [UFOP/MG, 2016]. Pesquisa e estuda temáticas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, notadamente interfaces entre Economia, Administração, Contabilidade, Direito, Ciência Política, Linguagem (Análise do Discurso) e Educação (Planejamento Educacional, Prática Docente e Ensino de Ciências Econômicas).



THIAGO BARBOSA SOARES

Thiago Barbosa Soares é professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no curso de Letras, no Programa de Pós-Graduação em Letras e pesquisador do campo dos estudos do discurso. Possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É colíder do Núcleo de Estudos da Linguagem (NEL-UFT) e membro pesquisador do Grupo de Estudos em Análise do discurso e História das ideias linguísticas (VOX-UFSCar). É editor-chefe da revista Porto das Letras (ISSN - 2448-0819) vinculada ao programa de pós-graduação em Letras da UFT.



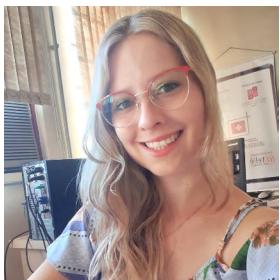
PRISCILA ALINE RODRIGUES SILVA

É licenciada em Letras - Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mestra em Educação pelo PPGEdU/UFMT/Rondonópolis, e atualmente é doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa REBAK - Relendo Bakhtin e desenvolve pesquisas dentro da perspectiva da análise dialógica do discurso. Atualmente, atua como professora da rede pública do Estado de Mato Grosso.



RAYSSA DUARTE MARQUES CABRAL

É licenciada em Letras - Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bacharela em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC), especialista em Língua Portuguesa - Gêneros Textuais pela UFMT, mestra em Estudos de Linguagem pelo PPGEL/UFMT, e atualmente é doutoranda em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), tendo como enfoque de estudo e pesquisa a literatura brasileira contemporânea produzida a partir do século XXI, principalmente a de autoria feminina. Atualmente é professora da rede pública do Estado de Mato Grosso.



JÉSSICA CANTELE DE FREITAS



Possui graduação em Letras Português e Literaturas da Língua Portuguesa - Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É mestra e doutoranda em Letras, com ênfase em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Língua Portuguesa (NELP), dos projetos Mídia Política e Gramática Sistêmico-Funcional e Laboratório de Língua Portuguesa (LABPORT) e do Grupo de Estudos em discurso político (GEDP), sitiados na Universidade Federal de Santa Maria.

Índice remissivo

A

Análise de Discurso Crítica 7, 32, 189

Análise do Discurso 7, 37, 54, 61, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 96, 97, 117, 196

C

Constituição Federal 5, 10, 33, 34, 41

COVID-19 56, 103, 127

D

Democracia 8, 14, 31, 34, 63, 88, 114, 173, 174, 187

Discurso político 5, 7, 8, 12, 20, 36, 46, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 69, 71, 74, 81, 82, 91, 96, 104, 105, 115, 117, 118, 120, 121, 131, 134, 138, 139, 140, 151, 157, 159, 160, 186, 190, 195, 199

E

Enunciação 40, 44, 45, 61, 62, 76, 82, 84, 86, 88, 93, 95, 100, 103, 105, 119, 125, 127

Enunciado 10, 34, 36, 37, 39, 40, 79, 91, 99, 109, 124, 148

Ethos 54, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 107, 133, 134

G

Golpe 14, 15, 16, 21, 23, 25, 28, 32, 189

I

Ideologia 39, 55, 61, 88, 89, 99, 101, 119, 120

Interdiscurso 74, 81, 124, 127

L

Linguagem 7, 11, 12, 31, 32, 35, 38, 40, 42, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 77, 80, 94, 96, 99, 112, 115, 118, 137, 139, 141, 147, 149, 162, 166

M

Memória 44, 62, 78, 79, 80, 81, 85, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 133

Mídia 6, 7, 10, 12, 14, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 97, 118, 134, 163, 164, 165, 170, 173, 174, 175, 178, 179, 183, 187, 189, 191

P

Poder 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 31, 44, 45, 46, 48, 49, 55, 62, 63, 67, 74, 82, 87, 88, 89, 92, 96, 100, 104, 116, 119, 121, 133, 139, 154, 174

Política 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 19, 22, 23, 28, 33, 35, 41, 46, 48, 58, 60, 63, 67, 68, 74, 75, 80, 82, 87, 89, 93, 94, 99, 100, 103, 104, 107, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 126, 127, 129, 131, 134, 135, 138, 139, 140, 155, 157, 163, 164, 172, 173, 174, 184

Política brasileira 5, 9, 10, 89, 172

Pós-modernidade 4

Pronunciamento 5, 11, 65, 66, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 83, 84, 86, 92, 93, 94, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 111

S

Signo ideológico 99, 101

V

Violência 29, 42, 95, 122, 129, 130, 132, 133

